

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Rio de Janeiro, 2016.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações constantes da Portaria CGU nº 522/2015, elaborado na Assessoria da Direção-Geral do INES.

Rio de Janeiro, 2016.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE

- 1.1 Relatório de gestão individual
- 1.2 Finalidades e competências institucionais da UPC
- 1.3 Organograma funcional
- 1.4 Macroprocessos finalísticos
- 1.5 Principais parceiros

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento organizacional: Plano de Desenvolvimento Institucional

- 2.1.1 Período de abrangência do PDI
- 2.1.2 Vinculação do PDI com as competências institucionais
- 2.1.3 Vinculação do PDI com o PPA
 - 2.1.3.1 Programas temáticos
 - 2.1.3.2 Programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado
- 2.1.4 Contexto de planejamento estratégico
- 2.1.5 Objetivos estratégicos do PDI e Plano de Ação para 2015
- 2.1.6 Estratégias de atuação
- 2.1.7 Execução do plano de ação
- 2.1.8 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

2.2 Desempenho orçamentário

- 2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da UPC
- 2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário
- 2.2.3 Execução física e financeira de subtítulos de ação pela UPC
- 2.2.4 Ações não previstas LOA do exercício – restos a pagar OFSS
- 2.2.5 Ações do orçamento de investimento
- 2.2.6 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento
- 2.2.7 Restos a pagar de exercícios anteriores
- 2.2.8 Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos
- 2.2.9 Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores
- 2.2.10 Visão gerencial da análise das contas prestadas
- 2.2.11 Visão gerencial das despesas
 - 2.2.11.1 Despesas totais por modalidade de contratação
 - 2.2.11.2 Despesas por grupo e elemento de despesa
 - 2.2.11.3 Despesas com suprimento de fundos
- 2.2.12 Renúncia de receitas

2.3 Desempenho operacional: indicadores e resultados

3 GOVERNANÇA

- 3.1 Estrutura de Governança
- 3.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna
- 3.3 Sistemas de correção

3.4 Avaliação do funcionamento dos controles internos

3.5 Ambiente de atuação

4 Relacionamento com a sociedade

4.1 Canais de acesso do cidadão

4.2 Carta de serviços ao cidadão

4.3 Mecanismos para medir a satisfação quanto a produtos e serviços

4.4 Acesso às informações da UPC

4.5 Avaliação do desempenho da UPC

4.6 Medidas relativas à acessibilidade

5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

5.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

5.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

6 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de pessoas

6.1.1 Força de trabalho da UPC

6.1.2 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

6.1.3 Qualificação da força de trabalho da UPC

6.1.4 Despesas do pessoal

6.1.5 Irregularidades na área de pessoal

6.1.6 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

6.1.7 Terceirização irregular de cargos

6.1.8 Riscos identificados na gestão de pessoas

6.1.9 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

6.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

6.2.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

6.2.1.1 Frota de veículos automotores de propriedade da UPC

6.2.1.2 Frota de veículos automotores a serviço da UPC, mas contratada de terceiros

6.2.1.3 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

6.2.2 Gestão do patrimônio imobiliário

6.2.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

6.2.2.2 Cessão do espaço físico em imóvel da União de responsabilidade da UPC

6.2.2.3 Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UPC

6.2.2.4 Imóveis locados de terceiros

6.3 Gestão da tecnologia de informação

6.4 Gestão do uso de recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

- 7.1.1 Deliberações do TCU pendentes de atendimento no exercício
- 7.1.2 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/1993
- 7.1.3 Situação do cumprimento das obrigações
- 7.1.4 Medidas em caso de dano ao erário
- 7.1.5 Alimentação SIASG e SICONV
- 7.1.6 Informações contábeis
 - 7.1.6.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público
 - 7.1.6.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades
 - 7.1.6.3 Conformidade contábil
 - 7.1.6.4 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

7.3 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

7.4 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

7.5 Outras informações sobre a gestão

- 7.5.1 Parcerias de cooperação técnico-científica

ANEXO 1 – PLANO DE AÇÃO 2016

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CAP – Colégio de Aplicação (INES)
CAS – Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez
CGU – Controladoria-Geral da União
DDHCT – Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico (INES)
DEBASI – Departamento de Educação Básica (INES)
DEPA – Departamento de Planejamento e Administração (INES)
DESU – Departamento de Ensino Superior (INES)
DIAU – Divisão de Audiologia (INES)
DIEPRO – Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional (INES)
DINFO – Divisão de Informática (INES)
DN – Decisão Normativa
D.O.U. – Diário Oficial da União
GRPU – Gerência Regional de Patrimônio da União
IN – Instrução Normativa
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Rio de Janeiro)
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos
MEC – Ministério da Educação
Port. – Portaria
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PPP – Projeto Político-Pedagógico
Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RG – Relatório de Gestão
SEF2 – Serviço de Ensino Fundamental – 2º segmento (INES)
SEME – Serviço de Ensino Médio (INES)
SEPAT – Serviço de Patrimônio (INES)
TCU – Tribunal de Contas da União
UPC – Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE QUADROS

Item	Localização
Quadro I – Organograma do INES conforme Regimento Interno vigente	Capítulo 1
Quadro II – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	Capítulo 1
Quadro III – Macroprocessos finalísticos e de apoio	Capítulo 1
Quadro IV – Diagnóstico da surdez e acesso ou permanência na escola	Capítulo 2
Quadro V – Atendimento audiológico e acesso ou permanência no trabalho	Capítulo 2
Quadro VI – Convênios e instrumentos congêneres em vigor no exercício de 2015	Capítulo 7
Quadro VII – Termos de execução descentralizada em vigor no exercício de 2015	Capítulo 7
Quadro VIII – Convênios, termos de execução descentralizada e outros dispositivos elaborados em 2015 e em processo de formalização prevista para 2016	Capítulo 7

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – PLANO DE AÇÃO 2016

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Relatório de Gestão do Instituto Nacional de Educação de Surdos, alusivo ao exercício de 2015. O documento foi estruturado em itens, observadas as normas do Tribunal de Contas da União, possibilitando ao leitor dimensionar a gestão institucional, seus sucessos e dificuldades, bem como o impacto de sua atuação no contexto da inclusão social da pessoa surda. No período, alcançamos boa parte das metas estabelecidas, e os recursos orçamentários demonstraram-se adequados às necessidades institucionais. Um Plano de Ação para 2016 encontra-se no Anexo 1 deste Relatório.

Na esfera de Macroprocessos Finalísticos, merecem destaque as seguintes realizações:

No campo de **Políticas Públicas e Desenvolvimento Institucional**, o INES viu contempladas, em linhas gerais, na Lei 13.005, de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE, propostas suas encaminhadas ao Congresso Nacional com respeito à educação bilíngue, formuladas a partir do diálogo com o movimento social surdo, e seguiu participando de Grupo de Trabalho Ministerial que elabora subsídios para a Política Nacional de Educação Bilíngue. A partir de interlocução e colaboração INES – INEP, os Editais do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM tornaram-se acessíveis em Libras. O esforço do INES em prol da efetivação da acessibilidade linguística no âmbito dos Direitos Humanos foi reconhecido com a conquista, pela TV INES, do Prêmio Direitos Humanos 2015, conferido pela Presidência da República.

No campo da **Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão**, o Curso Bilíngue de graduação em Pedagogia – Licenciatura, ofertado pelo INES, manteve a oferta de 60 vagas e teve, em 2015, o maior número de candidatos em processo seletivo desde sua criação, em 2006: 381 candidatos, 64 surdos e 317 ouvintes. Destacamos a divulgação em espaços acadêmicos, sistemas públicos de ensino, movimentos surdos e redes sociais, e o cumprimento da Lei 12.711/12 (reserva de vagas para estudantes egressos da rede pública, estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos per capita e estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção aos dados censitários). Grande foi a procura por egressos de escolas públicas e por mulheres, com participação de 71 candidatos com necessidades especiais. De 2006 a 2014, o Curso preencheu 93,6% das vagas ofertadas e, dos matriculados no período, 64,35% já se formaram.

Em 2015, completou-se a nomeação de 28 docentes do Magistério Superior aprovados em concurso público, o que reforça a Graduação e da Pós-Graduação Lato Sensu, viabiliza a oferta do Curso de Pedagogia Bilíngue – Licenciatura semipresencial (em polos nas cinco regiões do Brasil, com 360 alunos surdos e ouvintes (*Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite*, regido pelo Decreto nº 7.612/2011) e a construção de um Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu. Também foram nomeados Tradutores e Intérpretes de Libras, Técnicos Administrativos e Técnicos de TI, concursados. O Curso de Pós Graduação Lato Sensu em Educação Bilíngue ofertou, para a turma 2015/16, 40 vagas, das quais 36 foram preenchidas, por surdos e ouvintes. Foi realizada com I Jornada de Iniciação Científica do Instituto, onde temos 23 alunos bolsistas.

No campo da **Educação Básica: Colégio de Aplicação**, reduziu-se um pouco o patamar de matrículas no CAP-INES, para 433 alunos, o que é compreensível no contexto de políticas de inclusão escolar. Passamos a contar com Tradutores e Intérpretes de Libras e Professores para o Ensino de Libras concursados. Na Qualificação Profissional e Encaminhamento ao Trabalho, foram certificados 232 jovens e adultos surdos em cursos de preparação para o mercado de trabalho e a geração de renda. Destacaram-se as parcerias com o Sistema S. Com o SENAI e empresas, no Programa *Jovem Aprendiz*, foram capacitados 61 pessoas surdas para Assistente Administrativo e Operador de Computador. As 26 empresas ofertantes de vagas contrataram 182 pessoas surdas com carteira assinada.

No campo **Saúde, Surdez e Educação**, foram realizados 7.010 procedimentos, em atendimento a 457 alunos do INES e 2.667 pessoas da comunidade. Houve 1.870 atendimentos a bebês e crianças (sendo 1.033 testes da orelhinha), relacionados direta ou indiretamente ao acesso e permanência na escola. Os atendimentos realizados também contribuíram para acesso ou

permanência no trabalho (553 pessoas), acesso ao transporte público gratuito (298 pessoas) e acesso e permanência em relação a benefícios da assistência social ou a atendimentos em saúde, incluindo reabilitação (71 pessoas).

No campo da **Gestão do Conhecimento**, 3.389 profissionais ligados à educação de surdos de todo o Brasil foram capacitados por ações do Instituto, incluindo 1 congresso internacional, 1 encontro de pais de surdos, 1 seminário na Região Norte (11 municípios atendidos), 2 fóruns no Rio de Janeiro, 14 assessorias técnicas (49 municípios atendidos), 5 palestras, 1 Programa de Prática Profissional e visitas técnicas que acolheram pessoas/profissionais do Brasil (18 Estados) e de 9 outros países. Foram enviados a instituições relacionadas à educação de surdos de todo o Brasil 12.365 itens de materiais produzidos pelo INES – abrangendo publicações, CDs e DVDs – e foi lançado o material informativo para pais *Conhecendo melhor a Surdez*. Houve 57 pesquisas em desenvolvimento, das quais 19 cadastradas em 2015, sendo 9 internas e 48 externas. O Curso de Libras presencial, desde 2014 com professores surdos concursados, alcançou 909 participantes concluintes, 73% do total de matrículas. Foram feitas importantes parcerias¹ de capacitação presencial de servidores externos em Língua de Sinais, visando ao atendimento e efetivação de direitos das pessoas surdas. Além disso, em 2015, o INES, em parceria com a UFSC, realizou a 7ª. Edição do Exame Nacional de Proficiência na Língua Brasileira de Sinais – ProLibras, em 34 cidades brasileiras, com 8.623 inscritos para Ensino da Libras (45%) e Tradução/Interpretação (55%) e 1.434 certificados ao final do Exame. Desde 2006, ano da primeira edição, já foram certificadas quase 8.000 pessoas, que atuam para a inclusão escolar e social das pessoas surdas nos termos dos Decretos 5.626/2005 e 6.949/2009. A Biblioteca INES construiu e apresentou proposta de reestruturação para melhor acondicionar o acervo e atender aos usuários.

A TV INES, primeira Web TV bilíngue (Libras e Português) do Brasil, acessível por dispositivos Desktop, Mobile e Tablet, em 2015 passou a transmitir também via satélite, e teve mais de 625 mil visualizações, 80% a mais do que em 2014. A TV alcança principalmente jovens e adultos e tem quase 70% de público feminino, destacando-se o sucesso do Curso de Libras. Em 2015, a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), parceira do INES, recebeu o Prêmio *Direitos Humanos 2015*, na categoria "Inclusão da Pessoa com Deficiência", pelo projeto da TV INES. A honraria é a mais alta condecoração do governo brasileiro a pessoas e instituições que se destacam na defesa, na promoção e no enfrentamento às violações dos direitos humanos no país.

Nos Macroprocessos de Apoio, que denominamos **Gestão Institucional**, em 2015, foram nomeados e empossados Professores do Ensino Superior e do Ensino Básico e Tecnológico, além de Técnicos Administrativos em Educação, aprovados em Concurso Público, o que resolveu pendências anteriores de terceirização. Na área de TI, encontra-se em implementação o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), com ferramenta de segurança tecnológica em operação, e foi constituído Comitê de Tecnologia da Informação. Foi instituída Comissão de Fiscalização de Obras, com participação de Engenheiro concursado e nomeado em 2015. Foi concluída a reforma da Biblioteca – Centro de Memória INES e foram adquiridos equipamentos e materiais para o Curso Semipresencial de Pedagogia Bilíngue (*Viver sem Limite*). O Instituto segue participando do Projeto Esplanada Sustentável, de sustentabilidade ambiental. Por fim, no Programa de Apoio ao Plano Anual de Capacitação – PAC / INES, foram apoiadas 398 capacitações de servidores.

¹ MP-RJ; TJ-RJ; DETRAN/RJ; Corpo de Bombeiros RJ; PROCON-RJ; Núcleo Estadual de Atendimento ao Deficiente - SETRAB/RJ; SINE; Instituto Benjamin Constant – IBC; ACERP/TV INES; Guarda Municipal - RJ; COMLURB-RJ; Secretaria Municipal de Educação - RJ; secretarias municipais de Educação do Grande Rio; Sistema “S”; CIEE; IBGE; FUNARJ; Arquivo Nacional; FIOCRUZ e parceiros da DIEPRO-INES.

1 VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1 Relatório de Gestão Individual

Identificação da UPC – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação		Código SIORG: 244	
Identificação da UPC			
Denominação Completa: Instituto Nacional de Educação de Surdos			
Denominação Abreviada: INES			
Código SIORG: 252		Código LOA: 26104	Código SIAFI: 152005
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.445/0273-01	
Principal Atividade: Educação superior - graduação			Código CNAE: 8531-7/00
Telefones/Fax de contato:	(21) 2285 5107	(21) 2285 7546	(21) 2285 7692
Endereço Eletrônico: dirge@ines.gov.br			
Página na Internet: http://www.ines.gov.br			
Endereço Postal: Rua das Laranjeiras, 232 - Laranjeiras - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22240-003			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da UPC			
Criação: Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857. Denominação atual: Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957. Balizamento como Instituição Federal de Ensino: art. 206 da Constituição Federal e Lei 9.394, de 1996 (LDB). Balizamento como centro de referência nacional na área da surdez: Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009 (D.O.U. de 26/8/2009).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da UPC			
Como órgão específico singular da estrutura do MEC: Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012 (D.O.U. de 6 de março de 2012). Balizamento como instituição educacional bilíngue (Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa): Lei 10.436, de 2002 e seu Decreto de Regulamentação nº 5.626, de 2005. Credenciamento para ensino superior: Portaria MEC nº 2.830, de 17 de agosto de 2005, publicada no D.O.U. de 18 de agosto de 2005. Regimento Interno: Portaria MEC nº 323, de 08 de abril de 2009 (D.O.U. de 9/4/2009), alterada pela Portaria 951, de 21/7/2010 (D.O.U. de 22/7/2012).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da UPC			
A instituição promoveu em regime participativo, ao longo do exercício de 2011, a elaboração de um Projeto Político-Pedagógico - PPP e de um Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI para o período de 2012 a 2016. Tais documentos de planejamento estratégico foram finalizados e divulgados à comunidade por meio da Intranet, bem como aprovados em reunião aberta do Conselho Diretor do INES e encaminhados ao Senhor Ministro de Estado da Educação.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à UPC			
Unidades Gestoras Relacionadas à UPC			
Código SIAFI		Nome	
152005		Instituto Nacional de Educação de Surdos	
Gestões Relacionadas à UPC			
Código SIAFI		Nome	
00001		Instituto Nacional de Educação de Surdos	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
152005	00001

1.2 Finalidades e competências institucionais da unidade

O Instituto foi originalmente criado pela Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857, e teve sua denominação atual dada pela Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957.

Como Instituição Federal de Ensino habilitada à oferta de Educação Básica (da Educação Infantil ao Ensino Médio) e Educação Superior (graduação e pós-graduação), a ação educativa do INES é balizada nos princípios firmados no art. 206 da Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394, de 1996. A Portaria MEC nº 2.830, de 17 de agosto de 2005, publicada no D.O.U. de 18 de agosto de 2005, credenciou a instituição para o ensino superior.

Como centro de referência nacional na área da surdez, sua atuação tem como base o Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Nos termos do Art. 5º, § 3º da Constituição, texto desse dispositivo tem valor jurídico de Emenda Constitucional no Brasil e baliza várias ações do INES, conforme demonstrado a seguir.

Em seu Artigo 24, relativo à **Educação**, esse Decreto estabelece que os Estados-Partes promovam:

- Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda; e
- Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças (...) surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Além disso, ainda na área da **Educação**, o referido artigo desse Decreto também determina que os Estados-Partes:

- (...) tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência.
- (...) assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência.

Com respeito ao **Encaminhamento Profissional**, determina-se:

- Possibilitar às pessoas com deficiência o acesso efetivo a programas de orientação técnica e profissional e a serviços de colocação no trabalho e de treinamento profissional e continuado;

O Decreto, em seu Capítulo 25, trata da **Saúde**, e define que os Estados-Partes:

- Oferecerão às pessoas com deficiência programas de atenção à saúde gratuitos ou a custos acessíveis da mesma variedade, qualidade e padrão que são oferecidos às demais pessoas, inclusive na área de saúde sexual e reprodutiva e de programas de saúde pública destinados à população em geral;
- Propiciarão serviços de saúde que as pessoas com deficiência necessitam especificamente por causa de sua deficiência, inclusive diagnóstico e intervenção precoces, bem como serviços projetados para reduzir ao máximo e prevenir deficiências adicionais, inclusive entre crianças e idosos;

Indicamos, a seguir, artigos da Convenção da ONU que norteiam a atuação do INES especificamente como **Centro de Referência Nacional na Área da Surdez**:

- Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e instalações com desenho universal, conforme definidos no Artigo 2 da presente Convenção, que exijam o mínimo possível de adaptação e cujo custo seja o mínimo possível, destinados a atender às necessidades específicas de pessoas com deficiência, a promover sua disponibilidade e seu uso e a promover o desenho universal quando da elaboração de normas e diretrizes;
- Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento, bem como a disponibilidade e o emprego de novas tecnologias, inclusive as tecnologias da informação e comunicação, ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, adequados a pessoas com deficiência, dando prioridade a tecnologias de custo acessível;
- Propiciar informação acessível para as pessoas com deficiência a respeito de ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, incluindo novas tecnologias bem como outras formas de assistência, serviços de apoio e instalações;
- Promover a capacitação em relação aos direitos reconhecidos pela presente Convenção dos profissionais e equipes que trabalham com pessoas com deficiência, de forma a melhorar a prestação de assistência e serviços garantidos por esses direitos.
- Proporcionar, a todos os atores envolvidos, formação em relação às questões de acessibilidade com as quais as pessoas com deficiência se confrontam;
- Promover, desde a fase inicial, a concepção, o desenvolvimento, a produção e a disseminação de sistemas e tecnologias de informação e comunicação, a fim de que esses sistemas e tecnologias se tornem acessíveis a custo mínimo.
- Facilitar a cooperação em pesquisa e o acesso a conhecimentos científicos e técnicos;
- Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;
- Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais;

- [Tomar] medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não somente em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade;
- As pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda;
- [Coletar] dados apropriados, inclusive estatísticos e de pesquisas, para que possam formular e implementar políticas destinadas a por em prática a presente Convenção.

As finalidades e competências do INES estão delineadas respectivamente em dois dispositivos. O primeiro deles é a Portaria MEC nº 323, de 08 de abril de 2009, publicada no D.O.U. de 09 de abril de 2009, alterada pela Portaria 951, de 21 de julho de 2010, publicada no D.O.U. de 22 de julho de 2010, que aprovou o Regimento Interno do INES. Nesse documento legal define-se que o Instituto é dotado de autonomia limitada e subordinado diretamente ao Ministro de Estado da Educação.

O segundo dispositivo a ser examinado é o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, publicado no D.O.U. de 6 de março de 2012, que aprovou a estrutura regimental do Ministério da Educação. Nele, define-se que o Instituto é órgão específico singular da estrutura organizacional do Ministério da Educação.

Assim, nos termos do art. 1º, § 1º de seu Regimento Interno, são **finalidades do INES**:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, da publicação ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e,
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Nos termos do art. 35 do Decreto 7.690/12, são **competências do INES**:

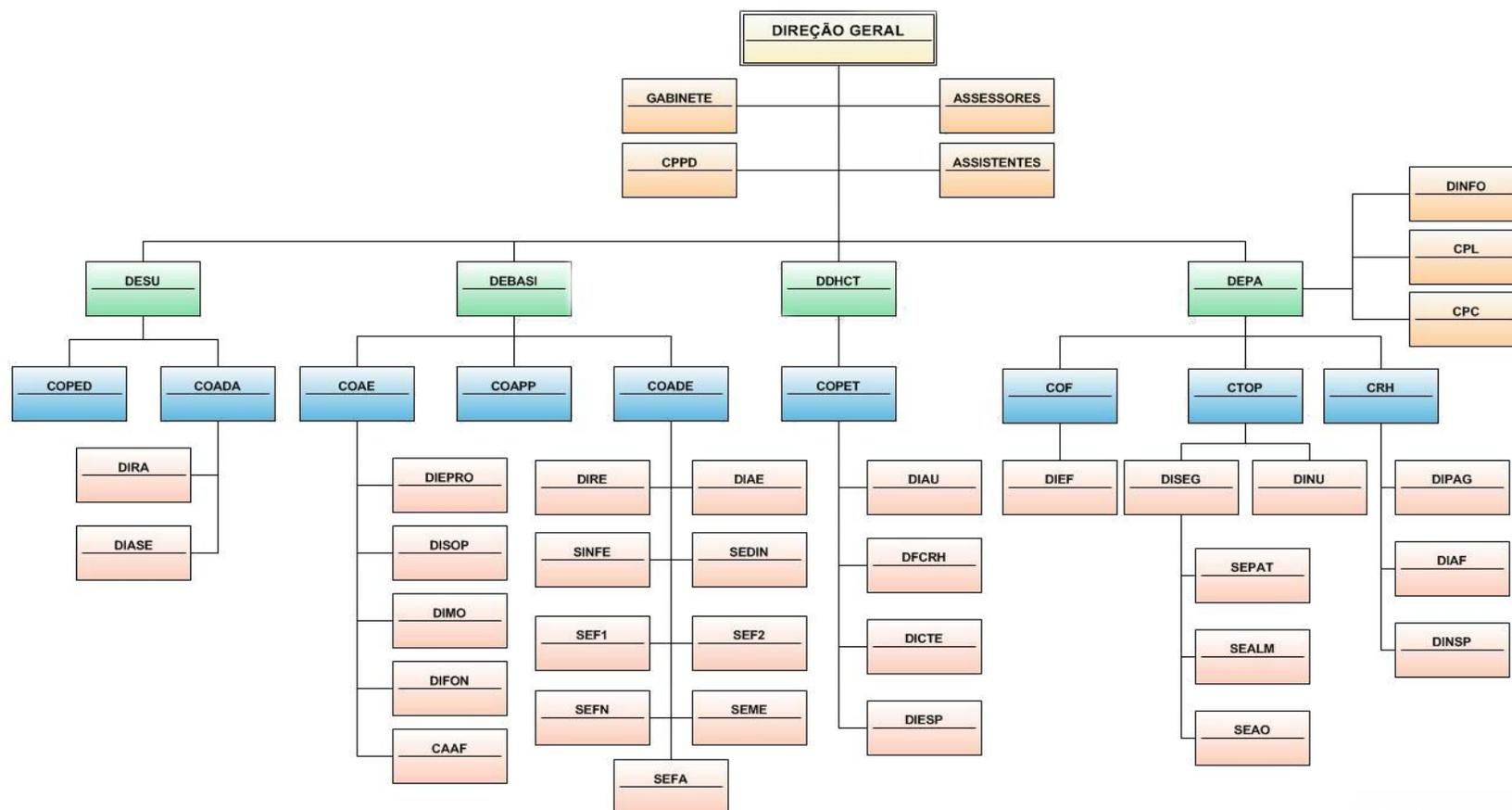
- I - subsidiar a formulação da Política Nacional de Educação na área de surdez;
- II - promover e realizar programas de capacitação de recursos humanos na área de surdez;

- III - assistir, tecnicamente, os sistemas de ensino, visando ao atendimento educacional de alunos surdos;
- IV - promover intercâmbio com as associações e organizações educacionais do País, visando a incentivar a integração das pessoas surdas;
- V - promover a educação de alunos surdos, através da manutenção de órgão de educação básica, visando a garantir o atendimento educacional e a preparação para o trabalho de pessoas surdas;
- VI - efetivar os propósitos da educação inclusiva, através da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, com o objetivo de preparar profissionais bilíngues com competência científica, social, política e técnica, habilitados à eficiente atuação profissional, observada a área de formação;
- VII - promover, realizar e divulgar estudos e pesquisas nas áreas de prevenção da surdez, avaliação dos métodos e técnicas utilizados e desenvolvimento de recursos didáticos, visando à melhoria da qualidade do atendimento da pessoa surda;
- VIII - promover programas de intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações na área de educação de alunos surdos;
- IX - elaborar e produzir material didático-pedagógico para o ensino de alunos surdos;
- X - atuar de forma permanente junto à sociedade, mediante os meios de comunicação de massa e de outros recursos, visando ao resgate da imagem social das pessoas surdas; e
- XI - desenvolver programas de reabilitação, pesquisa de mercado de trabalho e promoção de encaminhamento profissional, com a finalidade de possibilitar às pessoas surdas o pleno exercício da cidadania.

1.3 Organograma funcional

Quadro I: Organograma do INES nos termos do Regimento Interno vigente: Portaria MEC nº 323, de 08/4/ 2009 (D.O.U. de 9/4/2009), alterada pela Portaria 951, de 21/7/2010 (D.O.U. de 22/7/2012).

ORGANOGRAMA



Quadro II - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Direção-Geral	Dirigir, orientar, coordenar e supervisionar as ações do INES enquanto instituição federal de ensino superior e de educação básica e centro de referência nacional na área da surdez, incluindo planejamento estratégico, formulação de políticas, gestão, relações institucionais com o Estado e a Sociedade e com outras instituições do Brasil e do exterior, e comunicação social, sempre visando à cidadania e inclusão social e educacional da pessoa surda nas políticas públicas.	Solange Maria da Rocha Marcelo Ferreira de Vasconcelos Cavalcanti	Diretor(a) Geral	DE: 22/12/10 a: 19/01/15..... De: 19/01/15 ... a
Gabinete da Direção-Geral	Assistir o Diretor-Geral em sua representação social, política e administrativa, supervisionar as atividades administrativas do seu Gabinete e coordenar a comunicação social do Instituto.	Ana Paula de Paiva Figueiredo Paulo Roberto do Nascimento	Chefe de Gabinete	De: 01/02/11 a 20/03/15 De: 20/03/15 a
Departamento de Ensino Superior - DESU	Coordenar, supervisionar e orientar os cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e semipresenciais ofertados, bem como as atividades docentes, impulsionando, além do ensino em perspectiva bilíngue (Libras e Português), a pesquisa e a extensão e também o engajamento de alunos em práticas de iniciação científica e monitoria e promovendo a gestão democrática nos termos da lei.	Wilma Favorito Leila Dupret Machado Protásio Ferreira e Castro Tany Amara Felipe de Souza	Diretor(a)	De: 01/02/11 a 20/03/15 De: 20/03/15 a 04/11/15 De: 04/11/15 a 04/01/16 De: 04/01/16 a
Departamento de Educação Básica - DEBASI	Coordenar, supervisionar e orientar as atividades pedagógicas de educação básica – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - do Colégio de Aplicação do INES, impulsionando, além do ensino em perspectiva bilíngue (Libras e Português), a pesquisa e a extensão, assegurando também atendimentos na área de saúde ao aluno do CAP e oferta de cursos visando à qualificação profissional e à geração de renda para a pessoa surda, e promovendo a gestão democrática nos termos da lei.	Monique de Mattos Couto Amanda do Prado Ribeiro	Diretor(a)	De: 01/02/11 a 20/03/15 De: 20/03/15 a
Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico – DDHCT	Planejar, propor, desenvolver e avaliar ações voltadas ao desenvolvimento e produção de conhecimentos científicos, tecnológicos e pedagógicos; desenvolvimento de recursos humanos; articulação com instituições nacionais e estrangeiras, na área da surdez, para intercâmbio de experiências e informações; desenvolvimento na área de audiologia, principalmente diagnóstico; cooperação técnica visando impulsionar as políticas públicas para pessoas surdas; gestão da memória e do acervo histórico e bibliográfico do INES.	Maria Inês Batista Barbosa Ramos Gabriela Rizzo	Diretor(a)	De: 01/02/11 a 20/03/15 De: 27/03/15 a
Departamento de Planejamento e Administração	Conduzir e desenvolver atividades relacionadas a: organização e modernização administrativa; planejamento e programação orçamentária e financeira; gestão de tecnologias da informação; gestão de pessoas e serviços gerais; gestão da sustentabilidade ambiental; bem como compra, contratação de serviços, alienação e locações de bens, suprimento de fundos, licitações, etc., no âmbito do Instituto, zelando pelo interesse	Alvanei dos Santos Viana Marta Isabel Barros Silveira Duarte	Diretor(a)	De: 01/02/11 a 20/03/15 De: 20/03/15 a

- DEPA	público e pelo cumprimento das normas vigentes.			
--------	-------------------------------------------------	--	--	--

1.4 Macroprocessos finalísticos e de apoio

Nos termos do documento PDI INES 2012-2016, os macroprocessos finalísticos do INES podem ser assim organizados:

Quadro III – Macroprocessos finalísticos e de apoio

Macroprocesso	Descrição (processos)	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
* Políticas Públicas e Desenvolvimento Institucional (finalístico)	* Formulação de Políticas Públicas; * Gestão do Desenvolvimento Institucional * Gestão das Relações Institucionais	* Políticas educacionais, linguísticas, de saúde auditiva, de acessibilidade, de promoção de direitos humanos, de assistência estudantil e de comunicação social, dentre outras; * Construção de planejamento estratégico, indicadores, avaliação e acompanhamento, relatórios, atendimento ao cidadão e à sociedade em geral, bem como ao servidor e aos usuários dos serviços do INES; * Interlocução e laços de cooperação com instituições e atores nacionais e internacionais.	* Alunos surdos do INES, seus familiares e cidadãos surdos brasileiros; * Demais instituições parceiras.	* Assessoria da Direção Geral, em articulação com unidades finalísticas de educação, saúde e desenvolvimento científico e tecnológico do Instituto.
* Educação Superior: Ensino, Pesquisa, Extensão (finalístico)	* Ensino de Graduação * Ensino de Pós-Graduação * Pesquisa * Extensão	* Curso bilíngue de graduação em Pedagogia – Licenciatura; * Curso de pós-graduação Lato Sensu em Educação Bilíngue; * Manutenção de grupos de pesquisa; * Oferta de cursos livres à comunidade.	* Alunos surdos e ouvintes; * Pesquisadores internos e externos ao INES; * Comunidade.	* Departamento de Ensino Superior

* Educação Básica: Colégio de Aplicação (finalístico)	* Escolarização * Transição para o Trabalho	* Oferta de Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) a alunos com surdez severa e profunda; * Cursos de preparação para o trabalho e de atividades para a geração de renda e ações de triagem e encaminhamento profissional de pessoas surdas, abertos à comunidade.	* Alunos surdos do INES; * Pessoas surdas jovens e adultas da comunidade; * Empresas.	* Departamento de Educação Básica
* Saúde, surdez e educação (finalístico)	* Atendimentos clínicos para público interno (alunos) e externo relacionados a prevenção, diagnóstico a indicações terapêuticas em saúde auditiva * Construção e difusão de conhecimento em Saúde Auditiva	* Testes de acuidade auditiva; * Atendimentos e orientações fonoaudiológicas; * Exames médicos relacionados à saúde auditiva; * Atendimentos a alunos por assistentes sociais e psicólogos; * Pesquisa e ensino relacionados à saúde auditiva e à relação saúde e educação.	* Alunos surdos do INES; * Bebês, crianças, jovens e adultos da comunidade, surdos ou não; * Comunidade acadêmica.	* Divisões de Audiologia, Fonoaudiologia, Médico-Odontológica e Sociopsicopedagógica.
* Gestão do Conhecimento (finalístico)	* Apoio à Educação de Surdos * Produção Editorial; * Cooperação Técnica * Difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras	* Concepção, desenvolvimento e distribuição de materiais de apoio à educação de surdos; * Produção editorial na área da surdez; * Cooperação com os sistemas de ensino para a na área da surdez; * Difusão da Língua Brasileira de Sinais por meio de cursos e da TV INES.	* Sistemas de ensino, suas instituições e alunos; * Comunidade surda do Brasil; * Comunidade acadêmica.	* Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico.
* Gestão Institucional (de apoio)	* Programação e Execução Orçamentária e Financeira * Gestão de Pessoas * Gestão de Suporte Técnico e Operacional * Gestão de TI	* Gerenciamento de informações orçamentárias e financeiras via SIAFI; * Gerenciamento de informações sobre despesas de pessoal no SIAPE; * Gerenciamento das atividades-meio do INES; * Proposição e gestão da política de recursos humanos do INES; * Atualização e suporte técnico permanentes na área de TI, inclusive para trabalho em rede com outras instituições.	* A sociedade e os cidadãos surdos, por meio da boa administração dos recursos da instituição.	* Departamento de Planejamento e Administração

1.5 Principais parceiros

Os principais parceiros das ações realizadas pelo Instituto são:

- Presidência da República – Secretaria Nacional de Direitos Humanos
- Ministério da Educação – MEC
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG
- Ministério da Saúde – MS
- Instituto Benjamin Constant - IBC
- Unidades Regionais dos Serviços Nacionais de Aprendizagem – SENAI e SENAC
- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
- No Programa *Viver sem Limite* (Presidência da República / Ministério da Educação), para a realização do Curso de Pedagogia Bilíngue semipresencial: Universidade Federal do Amazonas; Universidade do Estado do Pará; Universidade Federal do Ceará; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal da Grande Dourados; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; Universidade Estadual de Campinas - Unicamp; Universidade Federal do Paraná e Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS de todo o Brasil (Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Santa Catarina, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Piauí, Paraná, Roraima, Rondônia, Tocantins, Ceará, Sergipe, São Paulo, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba)
- Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro
- Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro
- Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Rio de Janeiro) - INEPAC
- Secretaria Municipal de Educação de Niterói-RJ
- Departamento de Trânsito do Governo do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN/RJ
- Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ
- Tribunal Regional Federal da Primeira Região – Rio de Janeiro – TRF1
- Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP e Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa – Rede COMEP;
- Universidades públicas e privadas que encaminham, ao Instituto, alunos em regime de estágio curricular obrigatório supervisionado;
- Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL: PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Ao longo de 2011, o INES construiu coletivamente um Plano de Desenvolvimento Institucional, que foi aprovado por unanimidade em Reunião Extraordinária aberta do 7º Conselho Diretor do Instituto, no dia 18 de novembro de 2011. Sua publicação deu-se na Portaria INES nº 306/2012, Boletim de Serviço 11/2012.

2.1.1 Período de abrangência do PDI

O PDI INES abarca o período de 2012 a 2016.

2.1.2 Vinculação do PDI com as competências institucionais

No PDI INES 2012-2016, a missão do Instituto ficou assim definida:

O Instituto Nacional de Educação de Surdos, órgão da administração direta, específico e singular da estrutura do Ministério da Educação, Centro de Referência Nacional na Área da Surdez – com a missão de promover a inclusão social e a cidadania das pessoas surdas nas políticas educacionais do Brasil em uma perspectiva bilíngue (Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e Língua Portuguesa) e de colaborar para que tal propósito se efetive também nas políticas nacionais: de saúde; de trabalho e emprego; de assistência social; sociojurídicas; linguísticas; de cultura; de direitos humanos; de comunicação; de esporte e de ciência e tecnologia – é instituição federal de ensino habilitada à oferta de Educação Superior (ensino, pesquisa e extensão), e à oferta de Educação Básica, em suas diferentes etapas e modalidades.

Os 23 objetivos e 136 metas do PDI estão estreitamente vinculados às competências regimentais do Instituto, consubstanciadas nos campos finalísticos em que foram reunidos no Plano – Políticas Públicas e Relações Institucionais; Educação Básica; Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão; Gestão do Conhecimento; Saúde, Surdez e Educação – somados ao campo da Gestão Institucional. São múltiplas as dimensões da atuação do INES como órgão específico e singular da estrutura organizacional do Ministério da Educação:

- Como instituição de **Educação Básica**, que mantém um Colégio de Aplicação de orientação bilíngue (LIBRAS e Português), que oferta Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, além de preparação para o trabalho e encaminhamento profissional;
- Como instituição de **Ensino Superior** que realiza, em contexto bilíngue (LIBRAS e Português), a formação inicial (graduação) e continuada (pós-graduação Lato Sensu) de profissionais da educação, bem como a pesquisa e a extensão;

- Como **Centro de Referência Nacional na Área da Surdez**, que atua:
 - No diagnóstico e atenção inicial em saúde auditiva, abertos à comunidade;
 - Na produção editorial orientada para a difusão de informações e conhecimentos nessa área, por meio impresso, audiovisual e eletrônico;
 - Na valorização das práticas culturais das comunidades surdas e no ensino da Língua Brasileira de Sinais aberto à comunidade;
 - Na cooperação técnica com Estados e Municípios em relação à formulação e implementação de políticas públicas e à difusão de conhecimentos e informações na área da surdez, na perspectiva da inclusão social e cidadania das pessoas surdas;
 - Na promoção de eventos nacionais e internacionais que visam socializar os resultados de pesquisas na área da surdez.

2.1.3 Vinculação do PDI com o PPA

A Lei 11.593 de 2012, que institui o Plano Plurianual 2012-2015 - PPA, inclui entre as diretrizes desse documento que orienta as ações do Governo Federal no Brasil a “garantia dos direitos humanos” e a “valorização da diversidade cultural”.

O documento *Dimensão Tática: Programas Temáticos*¹, relativo ao PPA 2012-2015, põe em relevo aspectos que dialogam com as vertentes da missão deste Instituto.

Em primeiro lugar, o texto diz que os objetivos da **Educação Básica** de formar “indivíduos autônomos e capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo” e de “contribuir para dotar os indivíduos de conceitos, habilidades e atitudes para o exercício da cidadania e para a redução das desigualdades sociais existentes” não podem ser alcançados, sem que a educação seja norteada pelos “princípios da **equidade**, da **valorização da diversidade**, dos **direitos humanos** (...) da garantia de padrão de qualidade, da **acessibilidade**, da **igualdade de condições** para o acesso e permanência do educando na escola, independentemente de cor/raça, etnia, sexo, local de domicílio ou condição de **pessoa com deficiência**”. [grifo nosso]

Em segundo lugar, o documento faz menção à **Educação Superior**. Realça que “um primeiro desafio que se coloca é a continuidade da expansão da oferta de vagas e matrículas na graduação”, mas lembra que “a expansão da oferta **em condições adequadas para o acesso de todos os segmentos** populacionais é um importante instrumento de inclusão social”. [grifo nosso]

E conclui que “outro desafio é a manutenção e ampliação das medidas que garantem **condições de acesso à educação superior para todos**, como a expansão e interiorização da rede pública federal gratuita, da concessão de bolsas de estudo e de financiamentos estudantis, além do apoio à permanência dos estudantes de baixa renda, de forma a reduzir a evasão”. [grifo nosso]

2.1.3.1 Programas temáticos

As principais ações finalísticas do INES, no PPA 2012-2015, podem ser compreendidas no âmbito do Programa Temático 2030 – Educação Básica, no qual a ação que lhe cabe é a 2030.20RI.26104.0033 – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica.

¹ Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/mp_004_dimensao_tatico_sociais.pdf Acesso em 06 dezembro 2012.

Com base no Anexo I da Lei 11.593 de 2012, transcrevemos Objetivos, Metas e Iniciativas entre aspas, e indicamos, nos Comentários, de que maneira o INES participa de sua efetivação.

Programa 2030 - Educação Básica:

“**OBJETIVO 0598** - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.”

*Comentário: Esse objetivo inclui tanto a **Iniciativa 02BY do PPA**, de “manutenção das instituições federais de educação básica” (como o INES, com seu Colégio de Aplicação) quanto a **Meta do PPA** de “elevar a taxa de inclusão escolar de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência”, para a qual colabora a ação do INES de cooperação técnica com as redes regulares de ensino de Estados e Municípios, e também a produção e envio de materiais de orientação e apoio, bem como o apoio à **Iniciativa 02CI do PPA**, relativa ao “acesso à rede mundial de computadores, a equipamentos e recursos tecnológicos digitais”, visando à “utilização pedagógica das tecnologias de informação e comunicação”, o que vem sendo feito desde 2012 com o projeto de acesso a tablets por parte do corpo docente e discente do Colégio de Aplicação do Instituto.*

Além disso, o INES também ajuda a efetivar outros Objetivos contemplados no Programa 2030:

“**OBJETIVO 0596** - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.”

“**OBJETIVO 0597** - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.”

*Comentário: Esses objetivos contemplam tanto a escolarização básica - ofertada no Colégio de Aplicação do INES – quanto a **Iniciativa 02BQ do PPA**, relativa à “formação inicial e continuada, presencial e a distância”, que inclui a “formação para docência intercultural” e para a “educação bilíngue”, algo que o Departamento de Ensino Superior do*

INES realiza com o curso bilíngue de graduação em Pedagogia – Licenciatura e com o curso de pós-graduação Lato Sensu em Educação Bilíngue.

A análise detalhada do PPA 2012-2015 indica que algumas ações finalísticas do INES ajudam a efetivar propósitos inscritos em **outros Programas Temáticos do PPA vinculados ao MEC**. Igualmente, para fins didáticos, transcrevemos Objetivos e Metas desses outros Programas entre aspas, e indicamos, nos Comentários, de que maneira podemos considerar que o INES colabora para sua efetivação.

Programa 2031 Educação Profissional e Tecnológica (Ministério da Educação):

“OBJETIVO 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.”

Comentário: O INES tem realizado nos últimos anos parcerias com o Sistema S que têm viabilizado a participação de pessoas surdas em cursos certificados de Educação Profissional, e isso também efetiva meta do Plano Nacional de Educação.

Programa 2032 – Educação Superior: graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão:

“OBJETIVO 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.”

*Comentário: No PPA, para esse Objetivo, incluem-se as Metas de “ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior” e de “ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020”, bem como as correspondentes **Iniciativas 03GA**, de promover acesso, permanência e sucesso na educação superior considerando “as especificidades das pessoas com deficiência”, e **03GD**, de promover “a pesquisa e a extensão” e garantir “condições de acessibilidade”. Todas essas metas e iniciativas são contempladas na Educação Superior do INES, e efetivam também metas e estratégias do Plano Nacional de Educação.*

Por fim, cabe registrar que a análise do PPA mostra que algumas ações finalísticas do INES ajudam a efetivar propósitos inscritos em **Programas Temáticos do PPA vinculados a outros Ministérios**. Novamente transcrevemos Objetivos e Metas desses outros Programas entre aspas, e indicamos, nos Comentários, de que maneira podemos considerar que o INES colabora para sua efetivação.

Programa 2071 – Trabalho, Emprego e Renda (Ministério do Trabalho e Emprego):

“OBJETIVO: 0869 - Promover o emprego e o trabalho decente no Brasil conforme compromissos assumidos pelo país na Agenda e no Plano Nacional do Trabalho Decente, visando ao enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, ao desemprego e à informalidade, aos baixos níveis de rendimentos e produtividade, às desigualdades de gênero e raça/etnia e ao combate a todo tipo de discriminação no mundo do trabalho.”

Comentário: O INES realiza ações em 5 (cinco) frentes que concorrem para a promoção do Trabalho Decente:

- *Termo de Adesão entre INES e Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, criado pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, em sua modalidade Bolsa-Formação, prevê participação prioritária de pessoas com deficiência;*
- *cursos de preparação para o trabalho e para a geração de renda;*
- *cadastramento e encaminhamento profissional de pessoas surdas;*
- *parcerias com instituições da rede regular de educação profissional, com vistas em acesso, permanência e formação profissional de pessoas surdas;*
- *diagnóstico clínico de surdez como um dos meios de viabilizar a participação de pessoas surdas em processos de habilitação e reabilitação profissional, bem como seu acesso ao mundo do trabalho via contrato de aprendizagem ou contrato de trabalho.*

Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) (Ministério da Saúde):

“OBJETIVO: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.”

*Comentário: O INES atua em consonância com a **Iniciativa 02PR do PPA** - Implementação da Política Nacional para a Pessoa com Deficiência, especificamente segundo a diretriz prevista para a “atenção básica” no Art. 3º da Portaria MS nº 2.073 de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva: ‘realizar ações de caráter individual ou coletivo, voltadas para a promoção da saúde auditiva, da prevenção e da identificação precoce dos problemas auditivos, bem como ações informativas, educativas e de orientação familiar.’ Todas essas atividades são realizadas pelas Divisões de Audiologia e de Fonoaudiologia do INES.*

2.1.3.2 Programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado

As ações do INES nessa esfera estão inseridas no Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação e são as seguintes:

- 2109.2004.26104.0033 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;
- 2109.2010.26104.0033 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados;
- 2109.2011.26104.0033 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados;
- 2109.2012.26104.0033 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados;
- 2109.20CW.26104.0033 - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos;
- 2109.4572.26104.0033 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

2.1.4 Contexto de planejamento estratégico

As ações do Instituto – dado ser ele órgão específico e singular da estrutura organizacional do Ministério da Educação, nos termos do Decreto 7.690, de 2012 – estão compreendidas, conforme transcrito a seguir, no contexto de planejamento estratégico do referido Ministério, que, no exercício de referência, bem como nos próximos anos, é pautado pela Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que “aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências”:

META 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

ESTRATÉGIA 1.11: priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

META 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

ESTRATÉGIAS

4.2: promover, no prazo de vigência deste PNE, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.3: implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas;

4.5: estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.7: garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.8: garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.10: fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.11: promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;

4.13: apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.14: definir, no segundo ano de vigência deste PNE, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.16: incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

META 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

ESTRATÉGIA 5.7: apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

META 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.

ESTRATÉGIA 7.30: universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

META 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS:

9.1: assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.11: implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

META 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

ESTRATÉGIAS:

10.4: ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.9: institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

META 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

ESTRATÉGIAS:

12.1: otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação;

12.3: elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos e elevar a relação de estudantes por professor (a) para 18 (dezoito), mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;

12.4: fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;

12.5: ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

12.8: ampliar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior;

12.9: ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

12.10: assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação;

12.15: institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

META 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

ESTRATÉGIAS:

13.3: induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente;

13.4: promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

13.7: fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

13.8: elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE e, no último ano de vigência,

pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional;

META 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIAS 15.5: implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial;

META 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

16.3: expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

16.4: ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.

2.1.5 Objetivos estratégicos do PDI e Plano de Ação para 2015

Com base no PDI INES 2012-2016, no texto proposto do PNE e no texto da Lei que aprovou o PNE, conforme mencionado anteriormente, os Objetivos Estratégicos e o correspondente Plano de Ação do INES seguem delineados por área de abrangência.

Políticas Públicas e Relações Institucionais

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
II – Participar da formulação e execução das políticas nacionais de educação, em uma perspectiva bilíngue (LIBRAS e Português).	* Avançar na estruturação do curso semipresencial de Pedagogia Bilíngue (LIBRAS e Português) com outras instituições de ensino superior;

III – Subsidiar a formulação das políticas nacionais de saúde, de trabalho e emprego, de assistência social, sociojurídicas, de cultura, de direitos humanos, de comunicação, de esporte e de ciência e tecnologia, no âmbito de sua competência na área da surdez.	* Estabelecer interlocuções com diferentes órgãos de políticas para contemplar as questões dos direitos linguísticos e sociais dos surdos.
IV- Promover e apoiar políticas linguísticas que contribuam para a valorização e difusão da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - como patrimônio imaterial do País em todo território nacional, e favoreçam a sua aquisição por crianças, jovens e adultos surdos, seus familiares e colegas de escola ou trabalho, bem como por profissionais que atendam essas pessoas.	<p>* Matricular anualmente 600 pessoas da comunidade em cursos presenciais de LIBRAS no INES;</p> <p>* Manter espaço de Estudos da LIBRAS, liderado por profissionais surdos docentes e/ou pesquisadores da LIBRAS e com participação aberta a linguistas e outros dedicados ao tema;</p> <p>* Promover o uso e a difusão da Língua Brasileira de Sinais por meio da TV INES.</p>
VI – Fortalecer e legitimar a referencialidade do Instituto na produção de conhecimento na área da Surdez.	* Redefinir a Política de Pesquisa do Instituto, em consonância com as demandas da área da Surdez e com os novos marcos organizacionais, abrangendo mecanismos de apoio da instituição à participação em estudos pós-graduados e à apresentação de trabalhos;

Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
VIII- Promover a formação, a qualificação e a educação continuada em uma perspectiva bilíngue, por meio da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, bem como de programas de pesquisa e extensão, com o objetivo de preparar profissionais com competência científica, social, política e técnica, habilitados à eficiente atuação profissional, observada a área de formação.	<p>* Matricular anualmente 60 novos alunos no Curso Bilíngue de Graduação em Pedagogia;</p> <p>* Promover a realização de concurso público de provas e títulos para o provimento de 15 (quinze) cargos efetivos de Magistério Superior, para o curso Bilíngue de Pedagogia, com atuação em regime de dedicação exclusiva, em jornada de 40 horas semanais;</p> <p>* Promover a realização de concurso público para o provimento de 15 (quinze) cargos efetivos de Intérprete de LIBRAS – Português para atuação em situações de aula e avaliação no Curso Bilíngue de Pedagogia, bem como em atividades de pesquisa e extensão;</p>

	<ul style="list-style-type: none"> * Institucionalizar o ensino de pós-graduação, mantendo-se a oferta de curso de Pós <i>Lato Sensu</i> e construindo, em 2014, um curso de Pós <i>Stricto Sensu</i> (Mestrado); * Construir uma política de acompanhamento de egressos do ensino superior; * Promover anualmente a realização da Semana Pedagógica, com palestras e mesas-redondas; * Promover – com recursos do Programa <i>Viver sem Limite</i>, da Presidência da República – e coordenar pedagógica e administrativamente a realização de um Curso de Pedagogia Bilíngue, na modalidade semipresencial, com 360 vagas ofertadas, sendo 60 para o INES e 300 para polos nas cinco regiões do Brasil – 30 vagas por polo – sendo 50 % do total de vagas reservadas para candidatos surdos.
IX - Promover e realizar pesquisas básicas e aplicadas no escopo de sua missão, assim como propor critérios e mecanismos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e tecnologia relacionadas à surdez.	* Manter Grupos e Núcleos de Pesquisa de que participem docentes da Educação Básica e da Educação Superior, alunos de pós-graduação, bem como servidores em geral, em temáticas relacionadas à área da surdez, à educação de surdos e à LIBRAS.

Educação Básica: Colégio de Aplicação

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
XI - Promover a educação de alunos surdos, através da manutenção de órgão de Educação Básica, visando garantir a escolarização – educação infantil, fundamental, média e de jovens e adultos – a educação profissional e a transição para o trabalho de pessoas surdas.	<ul style="list-style-type: none"> * Fazer com que todo o corpo docente da Educação Básica tenha o curso completo de LIBRAS e a utilize, efetivamente, como primeira língua nos processos de ensino e aprendizagem; * Qualificar novos professores para as atividades de ensino da LIBRAS e de assistência educacional em LIBRAS; * Criar e efetivar um programa de apoio à transição para o trabalho da pessoa surda a partir de 2012, em parceria com o MTE, composto de manual de legislação; manual de boas práticas; vídeo orientador para empresas; cadastro informatizado de pessoas surdas e de empresas acessíveis; cursos de preparação

	<p>para o trabalho (presenciais e a distância); cursos para profissionais de RH (incluindo LIBRAS);</p> <p>* Estender a disciplina LIBRAS para o Ensino Médio e atividades em LIBRAS para a Educação Infantil, conduzidas por professor de LIBRAS;</p> <p>* Ampliar a oferta de curso de LIBRAS aos familiares dos alunos do CAP/INES, preferencialmente no horário em que seus filhos estão na escola.</p> <p>* Ampliar o quadro de profissionais concursados nos cargos de Tradutores e Intérpretes de LIBRAS e de Professor da carreira do Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;</p> <p>* Matricular anualmente 500 (quinhentos) alunos na Educação Básica;</p> <p>* Estabelecer parcerias que viabilizem o acesso e a permanência de jovens surdos em cursos de educação profissional em Institutos Federais de Educação Tecnológica a partir de 2013, em consonância com o Pronatec;</p> <p>* Desenvolver projetos de interesse dos alunos relacionados às novas tecnologias de informação e comunicação, inclusive para ampliar as suas possibilidades de inserção na vida produtiva;</p> <p>* Estimular atividades relacionadas à produção artística dos alunos surdos (teatro, cinema, poesia, desenho, pintura, fotografia, etc.).</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Saúde, Surdez e Educação

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
XII - Desenvolver ações preventivas, diagnósticas e terapêuticas na área da surdez, associadas à construção e difusão de conhecimento, com ênfase na integração dos diversos setores de Ciências da Saúde;	<p>* Realizar continuamente o atendimento à população no campo do diagnóstico relacionado à saúde auditiva;</p> <p>* Desenvolver ações, campanhas e materiais de orientação relacionados às causas da surdez e às possibilidades de prevenção;</p> <p>* Fazer com que todos os profissionais da área de Saúde do INES (atuais e novos) realizem o Curso completo de LIBRAS ofertado pelo Instituto ou equivalente até 2015;</p>

	<ul style="list-style-type: none"> * Institucionalizar, até 2013, o atendimento a pessoas surdas, surdocegas e surdas com múltiplas deficiências no campo da Saúde; * Criar um banco de dados e uma política de gestão da informação em Saúde e Surdez – audiologia e fonoaudiologia, psicologia, serviço social, medicina, odontologia, terapia ocupacional, nutrição, fisioterapia – na perspectiva de simplificar e qualificar o atendimento ao cidadão e de possibilitar, inclusive por meio da construção de indicadores, a construção de conhecimento; * Estabelecer parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde para analisar e discutir a logística relativa à ocorrência de diagnóstico de surdez, na perspectiva de viabilizar e agilizar o atendimento; * Reorganizar a oferta de atendimento clínico em fonoaudiologia, desvinculado da grade curricular, na perspectiva da comunicação oral e escrita do aluno surdo, visando ao seu desenvolvimento global e integração social. * Disseminar o conhecimento produzido sobre a prática fonoaudiológica com alunos surdos, com ênfase na interface entre comunicação e aprendizagem, diretamente para os pais ou responsáveis (abrangendo linguagem, motricidade oral, audição, voz e uso de próteses auditivas) e para a sociedade em geral por meio de assessorias técnicas, participação em eventos, publicação de artigos, produção de materiais (folhetos, vídeos) e campanhas de esclarecimento; * Realizar articulação interinstitucional com vistas ao estabelecimento de convênios para obtenção e adaptação de aparelho auditivo e para avaliação e procedimento de implante coclear; * Contratar empresa para fornecimento regular de moldes e baterias de aparelho auditivo aos alunos do Instituto.
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Gestão do Conhecimento

Objetivo Estratégico (PDI)	Plano de Ação
XIV – Desenvolver e distribuir nacionalmente material didático-pedagógico para o ensino de alunos	* Construir um documento de Política Editorial que consiga: - abarcar a pluralidade das linhas de ação do Instituto orientadas para os direitos sociais e de cidadania das pessoas surdas;

<p>surdos, bem como materiais e publicações técnico-científicas relacionados à surdez.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - orientar a implantação de um sistema de intercâmbio; - qualificar, nos sistemas de avaliação (<i>Qualis</i> CNPq, por exemplo), os diferentes itens de nossa linha editorial; - ampliar e diversificar essa linha editorial, inclusive por meio de periódicos eletrônicos e da edição de publicações em LIBRAS eventualmente em novos suportes, como os <i>e-books</i>; <p>* Elaborar e distribuir a partir de 2013 materiais voltados para as metodologias de ensino de pessoas surdas (os dois segmentos do ensino fundamental e ensino médio), por meio de um Grupo de Trabalho (composto por professores da Educação Básica e da Educação Superior, técnicos, intérpretes), bem como materiais e publicações técnico-científicos;</p> <p>* Elaborar, a partir de 2013, com participação de qualificados Intérpretes de LIBRAS e de outros profissionais abalizados, um glossário de termos técnicos em LIBRAS para o apoio a docentes dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, na perspectiva de viabilizar a participação de pessoas surdas nos seus cursos, em consonância com o Pronatec, inclusive por meio de parcerias;</p> <p>* Produzir, em LIBRAS, material pedagógico, cultural e informativo de interesse da comunidade surda.</p>
<p>XV – Promover a difusão e o intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações na área de educação de alunos surdos.</p>	<p>* Realizar, a cada 2 (dois) anos, um Congresso Internacional Pluridisciplinar;</p> <p>* Efetivar, a partir de 2013, um sistema de intercâmbio de publicações com outras instituições acadêmicas e de pesquisa;</p> <p>* Realizar, anualmente, eventos como <i>Fóruns Educação, Linguagem e Surdez</i>, <i>Seminários</i> (incluindo <i>Grêmios Estudantil do INES</i>), <i>Encontros de Pais</i>, etc.</p>
<p>XVI – Cooperar tecnicamente com os sistemas de ensino, visando ao atendimento educacional de alunos surdos.</p>	<p>* Elaborar, negociar e implantar, em 2013, um projeto-piloto de cooperação técnica com os municípios da Baixada Fluminense no campo da educação de surdos desde a estimulação precoce e políticas complementares;</p> <p>* Criar, até 2014, um sistema de informação e acompanhamento das ações de cooperação técnica realizadas em diferentes lugares do Brasil, contemplando o assessoramento a distância e o rodízio entre profissionais;</p> <p>* Estabelecer parcerias com CAS e NAPES (Centros e Núcleos de Apoio na área da Surdez), em Estados e Municípios, com vistas a mapear as demandas de apoio, realizar ações em regime de colaboração e acompanhar o desenvolvimento das políticas;</p> <p>* Estimular, nos encontros com órgãos públicos de Estados e Municípios, a realização de levantamentos para identificar a existência de surdos em idade</p>

	escolar fora da escola, bem como a elaboração de projetos que mobilizem as famílias para que matriculem seus filhos surdos em instituições de ensino.
XVII – Desenvolver a referencialidade na área da surdez por meio da constituição de um campo específico e especializado de gestão da informação, da documentação, da memória e da difusão cultural.	<p>* Construir e publicar um documento de constituição (missão, objetivos, abrangência do acervo, localização, instalações, corpo funcional, atribuições) que contemple a atual Biblioteca do INES (acervo bibliográfico, documental e audiovisual); as atuais Bibliotecas ou Salas de Leitura de diferentes segmentos da Educação Básica; o atual Museu e o atual Arquivo Morto do Instituto como uma só unidade específica, na forma de <i>Centro de Informação, Memória, Documentação e Difusão Cultural na Área da Surdez</i>, gerenciado por Bibliotecário(a) efetivo(a), incluindo nesse documento diretrizes de relacionamento com Centros similares e com Bases de Dados Nacionais e Internacionais e inserindo o referido Centro no novo Regimento Interno do INES;</p> <p>* Elaborar um Termo de Referência e licitar um projeto de adequação da estrutura física, mobiliário e equipamentos do edifício atualmente utilizado pela Biblioteca do INES, respeitadas normas de acessibilidade.</p> <p>* Ampliar o quadro de profissionais dedicados ao futuro Centro por meio de lotação de mais Bibliotecários, além de Técnicos Administrativos de Nível Médio; Museólogo; Arquivista e Historiador;</p>
XVIII - Promover ação constante junto à sociedade, através dos meios de comunicação de massa e de outros recursos, relacionadas às potencialidades das pessoas surdas, na perspectiva de sua inclusão social e cidadania.	* Consolidar, em 2014, a Web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa – do Instituto, a TV INES.
XIX – Ampliar as ações de difusão de conhecimentos na área da surdez, bem como da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, por meio da Educação a Distância.	<p>* Estruturar a área de educação a distância no INES;</p> <p>* Promover a utilização do Estúdio do INES nos processos de educação a distância;</p>

Gestão Institucional

Objetivos Estratégicos (PDI)	Plano de Ação
XX – Promover a formação continuada dos profissionais do INES, na perspectiva de qualificar	* Consolidar o desenvolvimento do Programa de Apoio ao Plano Anual de Capacitação do INES – PAC INES, visando à constante melhoria da eficiência e eficácia dos processos e a qualidade dos serviços prestados à sociedade e ao

sua atuação, em consonância com as competências definidas pelos diferentes setores com vistas ao cumprimento da Missão Institucional.	cidadão surdo;
XXI – Promover, no INES, de maneira articulada entre os diferentes setores, a Gestão da Sustentabilidade Ambiental, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria 277, de 7 de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União.	<p>* Promover o mapeamento da sustentabilidade ambiental do INES, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem, dentre outros, critérios relativos à aquisição de bens e serviços; ao consumo de água e energia; à separação de resíduos recicláveis;</p> <p>* Construir um documento de diretrizes e orientações de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e divulgá-lo para todos os servidores;</p>
XXII – Estruturar, no INES, a área de Gestão da Tecnologia da Informação - TI, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria 277, de 7 de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União.	<p>* Realizar concurso público para o provimento de vagas relacionadas à Gestão da Tecnologia da Informação;</p> <p>* Promover o mapeamento da Gestão da Tecnologia da Informação no INES, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem quesitos de: planejamento; recursos humanos de TI; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; contratação de bens e serviços de TI;</p> <p>* Realizar um mapeamento das demandas dos diferentes setores em relação às prioridades da agenda institucional;</p> <p>* Construir um documento de diretrizes da Gestão da Tecnologia da Informação no INES;</p>
XXIII – Organizar o controle interno das ações do INES, para garantir a confiabilidade das informações, a obediência às leis e regulamentos, a salvaguarda dos seus recursos, e a eficácia e eficiência de suas ações.	<p>* Realizar, de modo participativo, uma avaliação da comunicação intersetorial quanto à eficácia e à eficiência;</p> <p>* Promover, de modo participativo, os ajustes necessários na comunicação institucional, incluindo a padronização de procedimentos e documentos;</p> <p>* Construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, de acordo com suas especificidades, com ênfase na perspectiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - do bom atendimento ao cidadão; - da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor; - da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores; - da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas.

2.1.6 Estratégias de atuação

Os Objetivos Estratégicos traçados – bem como o correspondente Plano de Ação – foram fruto de um processo de discussão e construção coletiva do Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016.

A divulgação deu-se por meio de: apresentações abertas no auditório do INES; envio das versões do texto à representação dos diferentes segmentos que compõem o Conselho Diretor do Instituto para compartilhamento com os pares e defesa do texto final em reunião aberta do Conselho Diretor. Após sua aprovação naquela Instância, por unanimidade, o documento foi divulgado via Intranet.

No início de cada ano letivo, os Departamentos finalísticos e não-finalísticos do INES, bem como a Assessoria da Direção Geral, apresentam a toda a comunidade INES, em auditório, relatos acerca dos Objetivos traçados para o ano anterior, do Plano de Ação adotado e dos correspondentes Resultados alcançados. Nesse momento, são explicitados alguns riscos ou obstáculos para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos, e também listadas algumas linhas de ação para o exercício seguinte.

As principais estratégias adotadas em 2015, no âmbito do Instituto, foram:

- a) análise e formulação em políticas públicas e gestão;
- b) Nomeação e posse de candidatos aprovados e habilitados em concursos públicos;
- c) estabelecimento de parcerias com outros entes do Poder Público e com a iniciativa privada;
- d) realização de eventos;
- e) realização de cursos regulares e cursos livres;
- f) produção de materiais de apoio na área da surdez e educação de surdos;
- g) cooperação técnica com entes federados;
- h) participação de servidores em eventos de capacitação;
- i) criação de comissões;
- j) criação de condições estruturais para a oferta de educação a distância;
- k) consolidação e ampliação do alcance de um veículo de comunicação (web TV) bilíngue acessível a pessoas surdas, pessoas com deficiência auditiva e pessoas ouvintes (TV INES).

2.1.7 Execução do Plano de Ação

Os resultados de execução das ações empreendidas para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos no PDI INES 2012-2016 seguem delineados por área de abrangência

Políticas Públicas e Relações Institucionais

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
* Avançar na estruturação do Curso semipresencial de Pedagogia Bilíngue e estabelecer interlocuções relativas aos direitos dos surdos.	<p>* Em 2014, foram feitos termos de referência e licitações necessários à estruturação do Curso no INES e nos polos, uma vez que já foi redefinido o currículo e foram designados os coordenadores de polo do Curso Semipresencial de Graduação em Pedagogia Bilíngue.</p> <p>* O INES prosseguiu sua participação em Grupo de Trabalho designado pelo MEC para a formulação da Política Nacional de Educação Bilíngue – LIBRAS e Português.</p>	-x-	* O INES consolidou seu papel político no cenário da educação nacional, em sintonia com os anseios das comunidades surdas brasileiras.
* Apoiar pesquisas.	<p>* O INES conta com 11 grupos de pesquisa no âmbito do Departamento de Ensino Superior cadastrados no CNPq, com participação de alunos bolsistas de Iniciação Científica e Extensão;</p> <p>* Foi apoiado o desenvolvimento de 57 pesquisas, das quais 19 cadastradas somente em 2015, sendo 9 internas e 48 externas, todas cadastradas na Divisão de Estudos e Pesquisas (DIESP);</p> <p>* Prosseguiu a implantação do Plano Anual de Capacitação e de seu Programa de Apoio, que abarcam o apoio institucional a ações de capacitação de longo prazo;</p> <p>* Encontra-se em discussão, no âmbito do Conselho Diretor do INES, minuta da nova Política de Pesquisa do Instituto.</p> <p>* Em 2015, foi pedido registro do Comitê de Ética em Pesquisa do INES (CEP-INES);</p>	-x-	O prosseguimento da oferta de pós-graduação Lato Sensu e a realização das pesquisas impulsionam a construção, a partir de 2015, de uma proposta de programa de estudos pós-graduados em nível de Mestrado.
* Subsidiar formulação de políticas públicas.	* Realizado Seminário Educação e Surdez, do INES, no município de Cametá-PA, com 412 profissionais capacitados em 3 dias de evento. Esse evento possibilita mapear demandas de apoio, identificar ações que poderão ser realizadas em parceria e acompanhar a	-x-	* O INES consolidou-se em seu papel de referência em políticas linguísticas e educacionais relacionadas às comunidades surdas.

	<p>concepção e o desenvolvimento de políticas públicas relacionadas à surdez.</p> <p>* Prosseguiu a participação do INES em Grupo de Trabalho formado pelo MEC para a formulação de uma política nacional de educação bilíngue – LIBRAS e Português.</p>		
<p>* Matricular anualmente 600 pessoas com curso de LIBRAS, criar Núcleo de Estudos de LIBRAS e realizar Exame de Certificação Pró-LIBRAS.</p>	<p>* O Curso de Libras presencial, desde 2014 com professores surdos concursados, alcançou 909 participantes concluintes, 73% do total de matrículas.</p> <p>* Em 2015, prosseguiu o funcionamento de um Núcleo dedicado a Estudos e Pesquisas sobre a LIBRAS, formado por profissionais surdos, intérpretes, professores e pesquisadores, que está construindo um glossário de termos acadêmicos na área de Pedagogia (Manuário – Glossário Acadêmico Bilíngue Libras / Português). Ele ganhou destaque na imprensa (jornal O Globo) e passou a ser um programa veiculado regularmente na TV INES.</p> <p>* Em 2015, o INES realizou a 7ª. Edição do ProLibras, em 34 cidades brasileiras (27 capitais e 7 do interior), com 8.623 inscritos para Ensino da Libras (45%) e Tradução/Interpretação (55%) e 1.434 aprovados e certificados ao final do Exame. Com esse resultado, desde 2006, data da primeira edição, já foram certificadas quase 8.000 pessoas.</p>		<p>* O INES consolidou-se em seu papel de referência na valorização e difusão da Língua Brasileira de Sinais e das produções culturais das comunidades surdas.</p>
<p>* Redefinir Política de Pesquisa e definir mecanismos de apoio a estudos pós-graduados.</p>	<p>* Uma minuta da nova Política de Pesquisa do Instituto em análise por parte da Direção Geral e do Conselho Diretor do INES.</p> <p>* Em 2015, prosseguiu a implantação de seu Plano Anual de Capacitação de Servidores – PAC INES e Programa de Apoio, que contemplam também o apoio a estudos pós-graduados.</p>	-x-	<p>* Prevê-se para 2016 a aprovação da Política Editorial e de Acervo do Instituto, bem como a designação do Comitê de Ética em Pesquisa.</p>

Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
<p>* Matricular 60 novos alunos no curso de graduação em Pedagogia;</p> <p>* Aperfeiçoar modelo de Edital de concurso, valorizando a Libras e a experiência em educação de surdos;</p> <p>* Manter a oferta de pós-graduação Lato Sensu;</p> <p>* Promover a Semana Pedagógica.</p> <p>* Viabilizar a realização de um Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue semipresencial e a distância para todo o Brasil.</p> <p>* Produzir, em LIBRAS, material pedagógico, cultural e informativo de interesse da</p>	<p>* O INES alcançou a meta de matrículas no curso de graduação, e o curso teve a maior demanda desde sua criação.</p> <p>* Em 2014 e 2015, no Concurso regido pelo Edital nº 29/2013, que valoriza o conhecimento de Libras e a experiência em educação de surdos, foram nomeados e empossados 28 professores para o Magistério Superior.</p> <p>* Manteve-se a oferta de pós-graduação Lato Sensu em Educação Bilíngue, com 36 aprovados para a turma 2015/2016 do curso.</p> <p>* Em 2015, foi realizada da tradicional Semana Pedagógica do INES, bem como a I Jornada de Iniciação Científica;</p> <p>* Em 2015, o INES adotou medidas estruturantes para a viabilização do referido Curso, incluindo a nomeação de docentes e tradutores e intérpretes concursados.</p> <p>* Em 2015, o INES levou ao grande público, via TV INES, diversos programas de interesse cultural e informativo das comunidades surdas.</p>	<p>* Ainda falta material acadêmico em LIBRAS, de grande importância para o desenvolvimento do aluno surdo. Têm sido produzidos filmes com material didático em LIBRAS, com supervisão linguística pela Diretora do Departamento de Ensino Superior, atuação de intérpretes de Libras / Português e consultoria de professor surdo.</p>	<p>O sucesso na implementação da graduação a da pós-graduação Lato Sensu – mesmo consideradas as grandes dificuldades enfrentadas pela escassez de Docentes efetivos, de Intérpretes e de Técnicos Administrativos, bem como de suporte em TI para gestão acadêmica – credenciou o INES a ser indicado pelo MEC para, dentro do Programa <i>Viver sem Limite</i>, da Presidência da República, conduzir um novo curso de graduação em Pedagogia bilíngue na modalidade semipresencial, para polos nas cinco regiões brasileiras, alcançando 360 alunos, surdos e não-surdos. Ao mesmo tempo, o Instituto, ao acumular experiência bem sucedida na oferta de pós-graduação Lato Sensu, credencia-se para, a partir de 2014, conforme Objetivo Estratégico do PDI, construir programa de pós-graduação Stricto Sensu. Adicionalmente, o lançamento da primeira obra acadêmica em Libras por um centro de referência representa tecnologia social colocada à disposição da comunidade e do Poder Público na perspectiva de que novas iniciativas promovam a acessibilidade do aluno surdo aos conteúdos do Ensino Superior.</p>

comunidade surda.			
* Construir documentos com diretrizes para pesquisa e constituir grupos de pesquisa.	* O DESU já possui documento de política e normas para as atividades de pesquisa (política e normas), mas no momento encontra-se em discussão, no âmbito do Conselho Diretor do INES, a elaboração de um documento unificado de Pesquisa, que contemple também as atividades realizadas pelo Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico - DDHCT. * Em 2014, funcionaram doze grupos de pesquisa, em atividade, com docentes da Educação Superior e da Educação Básica e alunos de Iniciação Científica, dedicados a temas relacionadas à educação de surdos e à LIBRAS.	-x-	* Espera-se que os resultados das ações credenciem o INES a propor a criação de um programa de pós-graduação Stricto-Sensu a partir de 2015, que também constitui Objetivo Estratégico institucional.
* Definir uma política de extensão.	* Em consonância com a Portaria nº 154/2012, que instituiu normas para as atividades de extensão, foram ofertadas atividades à comunidade e bolsas a alunos participantes de projetos de extensão.	* A ampliação da oferta de cursos demanda planejamento, bem como ampliação do quadro de Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais e também de Docentes efetivos. Em 2013, tomaram posse os primeiros Intérpretes efetivos do INES, e somente a partir de outubro de 2014 ingressaram novos docentes efetivos (os primeiros haviam ingressado em concurso de 2006).	* Em 2016, haverá esforço de ampliação da oferta, inclusive a partir da constituição de uma estrutura para ações em EAD.

Educação Básica: Colégio de Aplicação

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
* Matricular 500 alunos no CAP INES. * Ampliar o quadro de profissionais por meio de concurso, incluindo Intérpretes e Professores de	* Não foi alcançada a meta de matrícula no Colégio de Aplicação do INES. Das 500 vagas, foram preenchidas 433. * Os Concursos Públicos (Edital nº 09/2012 e Edital nº 29/2013) ampliaram significativamente o quadro docente do Ensino Básico e superaram definitivamente pendência de Tradutores e Intérpretes de Libras terceirizados.	* As ações vêm sendo implementadas, mas se faz necessário superar o déficit do quadro docente da Educação Básica, principalmente em face do número de professores próximos da aposentadoria. O concurso público aberto pelo Edital nº 29/2013 proveu 41 vagas de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.	* Faz-se necessária melhoria na gestão da informação relativa ao aluno. Trabalha-se na perspectiva de um cadastro único. Espera-se também uma melhor organização do trabalho docente, por meio de Portaria a ser aprovada pelo Conselho Diretor. Também se deve investir mais na divulgação do CAP-INES.

<p>LIBRAS.</p> <p>* Viabilizar acesso à educação profissional.</p> <p>* Estimular a produção artística dos alunos.</p>	<p>* Em 2015, a DIEPROINES conseguiu certificar 232 jovens e adultos em cursos de preparação para o trabalho e a geração de renda, e por intermédio de parcerias entre o INES, o Sistema S e 26 empresas, 182 pessoas surdas foram formalmente contratadas.</p> <p>* Em 2015, realizou-se exibição de trabalhos artísticos feitos por alunos surdos.</p>		
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Saúde, Surdez e Educação

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
<p>* Realizar atendimento para diagnóstico.</p> <p>* Fazer com que profissionais de Saúde frequentem</p>	<p>* Foram realizados 7.010 procedimentos, em atendimento a 457 alunos do INES e 2.667 pessoas da comunidade. Houve 1.870 atendimentos a bebês e crianças (da comunidade e do INES, sendo 1.033 testes da orelhinha), relacionados direta ou indiretamente ao acesso e permanência na escola. Além disso, os atendimentos realizados contribuíram para acesso ou permanência no trabalho, acesso ao transporte público gratuito (mobilidade urbana) e acesso, permanência a benefícios da assistência social ou saúde, incluindo reabilitação.</p> <p>* Novos profissionais das áreas de Audiologia, Fonoaudiologia, Medicina, Psicologia e Serviço Social frequentaram Curso de LIBRAS.</p> <p>* Uma vez completada a efetivação de novos profissionais da área, deverá ser reestruturado, em 2016, o atendimento em saúde ao público do INES.</p>	<p>-x-</p>	<p>* Consolida-se a importância do campo da Saúde Pública no conjunto de competências institucionais, o que sinaliza a necessidade de se redefinir o lugar desse campo na estrutura organizacional do Instituto, para ampliar e qualificar o quadro de recursos humanos, assegurar espaços e equipamentos necessários, aperfeiçoar a gestão e potencializar resultados.</p>

<p>curso de LIBRAS.</p> <p>* Melhorar gestão da informação e atendimento.</p> <p>* Disseminar conhecimento produzido na área.</p> <p>* Elaborar termo de referência para fornecimento de baterias para aparelho.</p>	<p>* Profissionais da área da Saúde Auditiva do INES ministraram aulas, e palestras e participaram de campanhas relacionadas ao tema da Saúde Auditiva. Além disso, apresentaram trabalhos em eventos nacionais e internacionais no campo da Audiologia, inclusive divulgando ações e materiais do Instituto, e realizaram assessorias técnicas. O Núcleo de Orientação e Saúde do Surdo – NOSS realizou ações de: capacitação e atendimento a alunos (e seus familiares) do CAP INES; disseminação de conhecimentos sobre a relação Saúde-Surdez em instituições de ensino superior (UERJ, UFF e UFRJ); apresentação de trabalhos em eventos; publicação de artigos; produção de banner e folder do Núcleo; distribuição de material didático sobre DST/AIDS e pré-produção (roteiro) de vídeo sobre aleitamento materno.</p> <p>* Em 2015, foram adquiridas e disponibilizadas, 653 baterias a alunos do INES, garantindo desta forma o pleno funcionamento de seus aparelhos auditivos.</p>	<p>* O NOSS necessita de reforço em seu quadro para poder desempenhar seu papel. Recomenda-se a participação de profissionais surdos, de administrativos e principalmente de profissionais da área de Saúde.</p>	
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Gestão do Conhecimento

--	--	--	--

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
<p>* Elaborar uma Política Editorial.</p> <p>* Produzir materiais de apoio à educação de surdos.</p> <p>* Construir glossário de termos técnicos para apoiar participação de surdos na educação profissional.</p> <p>* Produzir materiais em LIBRAS, segundo interesse das comunidades surdas.</p>	<p>* Elaborado, no âmbito da Comissão Editorial designada, documento de Política Editorial e de Acervo do Instituto, encontra-se pendente de análise e deliberação por parte do Conselho Diretor.</p> <p>* No total, foram encaminhadas a escolas, universidades, bibliotecas públicas, ONGs e polos do curso semipresencial de Pedagogia Bilíngue, coordenado pelo INES, 12.365 itens de materiais produzidos pelo INES – abrangendo publicações, CDs e DVDs – e foi lançado o material informativo para pais <i>Conhecendo melhor a Surdez</i>.</p> <p>* O Laboratório de Novas Tecnologias do INES tem produzido diversos materiais em LIBRAS: Editais filmados de Concursos Públicos, incluindo o ENEM em Libras; resenhas filmadas de textos acadêmicos; spots para o Portal INES; Plano de Desenvolvimento Institucional, Regimento Interno e normas de funcionamento do Colégio de Aplicação, sempre em Libras; registro de aulas, de eventos pedagógicos e de palestras; materiais para aulas da pós-graduação em Libras; material para assessoria técnica; produção de QR para revista Arqueiro (publicação técnica do INES), etc.</p>	<p>-x-</p>	<p>* A Política Editorial será analisada pelo Conselho Diretor em 2016.</p>
<p>* Realizar Congresso Pluridisciplinar.</p>	<p>* Realizados o XIII Congresso Internacional e o XIX Seminário Nacional, com 1.274 participantes de todo o Brasil e do exterior.</p> <p>* Eventos realizados: Fórum Educação,</p>	<p>-x-</p>	

<p>* Realizar eventos anuais.</p>	<p>Linguagem e Surdez: 184 participantes; XIX Encontro de Pais do estado do Rio de Janeiro: 193 participantes; Seminário Educação e Surdez em Cametá-PA: 412 pessoas; Assessorias Técnicas: 604 profissionais capacitados.</p> <p>* Visitas técnicas: o Instituto recebeu 714 pessoas, entre profissionais e estudantes, de todo o Brasil e também de 9 outros países.</p>		
<p>* Consolidar, em 2014, a TV INES como Web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa.</p>	<p>* A TV INES, primeira Web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa – do Brasil – criada em 2013, acessível por dispositivos Desktop, Mobile e Tablet, e que passou, no ano passado a transmitir também via satélite – teve, em 2015, mais de 625 mil visualizações, 80% a mais do que em 2014. A TV alcança principalmente jovens (de 18 a 24 anos, 29%) e adultos (de 25 a 59 anos, 63%), com quase 70% de público feminino, destacando-se o sucesso do Curso de Libras. Em 2015, a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp) recebeu o Prêmio <i>Direitos Humanos 2015</i>, na categoria "Inclusão da Pessoa com Deficiência", pelo projeto da TV INES, iniciativa idealizada pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). A honraria consiste na mais alta condecoração do governo brasileiro a pessoas e instituições que se destacam na defesa, na promoção e no enfrentamento às violações dos direitos humanos no país.</p>		<p>* O lançamento da TV INES teve impacto na mídia e nas comunidades surdas. Apresentadores e repórteres surdos ganharam destaque na mídia convencional, ajudando na difusão positiva da comunidade surda brasileira e de sua Língua de Sinais. O novo portal da TV INES, mais interativo, possibilita, além da avaliação, comentários e compartilhamento de vídeos em redes sociais e o envio de vídeos pelo público.</p>
<p>* Criar sistema de informação e acompanhamento da cooperação técnica.</p> <p>* Estabelecer contatos e parcerias com CAS relativos a políticas.</p>	<p>* Efetivados 6 assessorias técnicas, 1 seminário e 9 palestras, em diferentes Estados brasileiros, alcançando 1.229 profissionais, na sua maioria ligados à educação de surdos, principalmente da rede pública.</p> <p>* Nas ações de Cooperação Técnica com municípios, o INES demanda que as prefeituras informem resultados de levantamentos acerca do número de surdos do município, perfil, tipo de atendimento ofertado, etc. Isso impulsiona o autoconhecimento dos municípios e ajuda o INES a compatibilizar a cooperação às necessidades locais. O INES viabilizou a participação dos CAS</p>	<p>-x-</p>	<p>* Ainda se faz necessária a criação de um sistema de acompanhamento da Cooperação Técnica.</p>

	no Congresso Internacional;		
<p>* Reformar e restaurar edifício que abriga a Biblioteca.</p> <p>* Ampliar quadro de profissionais especializados nas áreas de Informação e Memória.</p>	<p>* Em 2014, foi concluída a reforma da Biblioteca. Foram iniciados os trabalhos de organização do acervo histórico e iconográfico, sob responsabilidade de Historiadora, e em 2016 deverá ser iniciado processo de restauro de itens raros.</p> <p>* No concurso público aberto por meio do Edital nº 9/2012, foi provida uma vaga para o cargo de Arquivista, e no concurso público regido pelo Edital nº 29/2013, foi provida uma vaga de Técnico em Arquivo.</p>	-x-	
* Realizar campanhas que valorizem potencialidades dos surdos.	* Em 2015, foi realizada uma Mostra de Artes Plásticas com produções de pessoas surdas.	-x-	* O evento deu visibilidade a trabalhos de jovens surdos criativos e talentosos.
* Estruturar a área de educação a distância.	<p>* Em 2015, o INES realizou ações estruturantes para viabilizar a oferta de um curso de graduação em Pedagogia Bilíngue na modalidade semipresencial para polos nas cinco regiões do Brasil a partir de 2017. O Departamento de Ensino Superior do Instituto criou o Núcleo de Educação <i>Online</i> (NEO) – através da Portaria nº 81 de 23 de março de 2015, publicada no D.O.U. de 25 de março de 2015. Foi formulado Plano de Gerenciamento do Projeto, estabelecendo pacotes de trabalho que começaram a ser desenvolvidos ao longo do ano de 2015. Os subprodutos do projeto serão:</p> <p>I. Plataforma colaborativa EAD/online – plataforma adequada ao público-alvo do curso: alunos ouvintes e surdos. Foco em animações, vídeos, jogos, chat, fóruns, que permitam aos professores atividades e materiais que atendam a falantes da língua portuguesa e a falantes de</p>	-x-	* O INES confirma seu papel de referência na área da surdez e da educação de surdos como agência nacional de formação.

	<p>Libras.</p> <p>II.Sistema acadêmico de gestão – sistema integrado à plataforma colaborativa, permitindo a professores e funcionários o acesso a dados de fluxo de alunos, controle de disciplinas, processos de avaliação, registro de atividades e emissão de certificados. Necessário ter acesso <i>mobile</i> a professores e alunos – <i>tablets</i> e celulares.</p> <p>II.Sistema de integração total entre os polos MCU – sistema de videoconferência e sistema de gestão acessível via internet.</p> <p>Em 2015, houve visita <i>in loco</i> do MEC, para autorização, e o Curso obteve nota 4. Nesse ano, foram também atendidas diligências em processo de credenciamento e autorização de EAD.</p>		
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Gestão Institucional

Síntese do Plano de Ação	Resultados das ações planejadas	Justificativas para não realização de ações	Impactos dos resultados em face dos objetivos
* Iniciar a implantação do Plano Anual de Capacitação, incluindo mapeamento de competências e necessidades de qualificação.	* Em 2015, ampliou-se o alcance das ações do Plano Anual de Capacitação (PAC/INES) e de seu Programa de Apoio, com 398 capacitações de servidores apoiadas pelo Instituto ao longo do ano.	-x-	* Vem-se desenvolvendo avaliação diagnóstica do perfil de competências e das demandas de capacitação desta instituição.
* Mapear condições e definir diretrizes de sustentabilidade.	<p>* Todos os Editais lançados pelo INES consideram os critérios de sustentabilidade indicados pela legislação vigente e pelos órgãos de controle.</p> <p>* Desde 2014, o INES participa do Projeto Esplanada Sustentável, de sustentabilidade ambiental no âmbito do Governo Federal.</p>	* O INES planeja qualificar servidores para atuação específica nesse campo.	
* Realizar concurso	* No concurso público aberto por meio do Edital	* Demanda-se autorização para novos	

<p>público para área de Gestão da Tecnologia da Informação;</p> <p>* Promover mapeamento da Gestão de TI no INES: planejamento; recursos humanos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; contratação de bens e serviços;</p> <p>* Formular diretrizes da Gestão da TI no INES;</p> <p>* Disponibilizar nova página do INES na internet, observados critérios de acessibilidade.</p>	<p>nº 09/2012, foram oferecidas 3 vagas de Analista de Tecnologia da Informação, cujo provimento efetivamente se concluiu em janeiro de 2015, em função das recorrentes vacâncias do próprio concurso. No concurso público aberto por meio do Edital nº 29/2013, foram providas 7 vagas para Técnico em Tecnologia da Informação, inclusive para atender às demandas relacionadas à participação do INES no Programa <i>Viver sem Limite</i>, da Presidência da República.</p> <p>* Em 2014, com base em mapeamento de demandas setoriais, o Instituto concluiu a elaboração de seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação, e nos termos de suas diretrizes de Política de Segurança em TI, adquiriu e passou a utilizar, em 2015, ferramenta de segurança tecnológica (antivírus), com softwares licenciados por 36 meses. Também em 2015, foi constituído Comitê de Tecnologia da Informação, para gestão do PDTI.</p> <p>* O novo Portal do INES na internet, sob supervisão de jornalista concursada do quadro do Instituto e competente também em Língua de Sinais já possui adaptações para observância dos critérios de acessibilidade, bem como da Lei de Acesso à Informação.</p>	<p>concursos em cargos de TI, e o quadro efetivo completo é algo relevante para o adequado tratamento dessa área considerada estratégica, dada a ampliação significativa das atividades do Instituto com a gestão inicial de um curso semipresencial (EAD).</p>	
<p>* Realizar, de modo participativo, uma avaliação da comunicação intersetorial quanto à eficácia e à eficiência;</p> <p>* Promover, de modo participativo, os ajustes necessários na comunicação institucional;</p> <p>* Construir, coletivamente, políticas de gestão da</p>	<p>* Desde 2014, a jornalista efetiva do quadro do INES, já capacitada também em Língua de Sinais, vem colaborando nos ajustes da área de comunicação do INES.</p> <p>* Funcionaram a contento a Ouvidoria Institucional e o Serviço de Informação ao Cidadão (E-SIC). Em ambos os serviços são asseguradas acessibilidade arquitetônica e de comunicação (Libras), bem como infraestrutura e espaço físico adequados. Os resultados são relatados e considerados nas instâncias competentes.</p> <p>1. Por meio da Ouvidoria, o INES vem recebendo e</p>	<p>As muitas demandas estruturais (TI, Elétrica, reformas arquitetônicas) vêm sendo acompanhadas desde meados de 2015 por engenheiro civil concursado do quadro efetivo do Instituto, bem como pela Comissão de Fiscalização de Obras constituída nesse ano.</p>	

<p>informação para os diferentes setores, com ênfase na perspectiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - do bom atendimento ao cidadão; - da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor; - da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores; - da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas. 	<p>respondendo consultas de alunos, professores, funcionários e público externo regularmente, na forma da Lei, de forma presencial, por telefone e por meio de link no Portal na internet. Em 2014, houve 14 atendimentos, a maioria (10 atendimentos ou 75%) relativa ao Colégio de Aplicação.</p> <p>2. Em relação ao e-SIC, que visa facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas, houve 21 atendimentos em 2015, 88% de Rio de Janeiro e Distrito Federal, assim distribuídos: 7 perguntas (30%) para Governo e Política – Administração Pública (concursos, gestão de recursos humanos); 3 para Educação – profissionais da educação (sobre Exame Prolibras); 3 para Educação – métodos e meios de ensino e aprendizagem (pedidos de materiais) e 2 para Ciência, Informação e Comunicação – gestão, preservação e acesso (acesso a documentos).</p>		
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

2.1.8 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados do plano

A Direção Geral desta UPC – com os Diretores de Departamento - bem como seus Departamentos internamente realizam reuniões periódicas com as coordenações e divisões para acompanhamento das atividades definidas em planejamento, definindo-se prazos e, em caso de necessidade, procedendo-se a ajustes que se mostrem necessários, acompanhados por meio de relatórios escritos de andamento dos processos ou por meio de apresentação presencial da situação. As atividades contempladas por lançamento de dados em Sistema possibilitam o acompanhamento também por esse meio, para fins decisórios.

2.2 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

2.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da UPC

Quadro – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Não se aplica ao INES.

Esta UPC não possui programas temáticos de governo sob sua responsabilidade, pois não tem a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignados à ação, mas apenas a um ou mais subtítulos desta ação, conforme explicitado nos itens subsequentes.

2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Em 2015, as despesas desta UPC ficaram abaixo do valor liberado pela LOA aprovada, já descontado o valor contingenciado. Ou seja, não houve fatores intervenientes no desempenho orçamentário, que se mostrou adequado às atribuições e ao planejamento da Instituição.

2.2.3 Execução física e financeira de Subtítulos de Ação

Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20RI - Func. Das Instituições Federais de Educação Básica				Tipo	Atividade	
Descrição	Manutenção das Instituições por meio de gestão administrativa, financeira e técnica, propiciando condições de funcionamento da Educação Básica nas Instituições Federais de Ensino de modo a atender adequadamente as demandas e especificidades dos alunos dessas Instituições, dentre outras, aquisição, elaboração, produção e distribuição de material didático-pedagógico e especializado, aquisição de material de consumo e permanente, elaboração de processos para a contratação de serviços de pessoas física e jurídicas, investimentos em obras e instalações, aplicação, reforma e adaptação, observados os limites da Legislação vigente.						
Iniciativa	02BY						
Objetivo	Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da Ed.Básica.			Código	598		
Programa	Educação Básica			Código	2030	Tipo	Apoio às políticas
Unidade Orçamentária	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	40.985.911,00	40.985.911,00	28.334.881,97	17.450.675,52	17.450.675,52	0,00	10.884.206,45
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0033	Aluno Matriculado		Unidade	2.930	2.930	2.079	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
33	8.082.439,71	5.640.696,38	848.138,54	Aluno Matriculado		Unidade	2.984

Fonte: Tesouro Gerencial/SIMEC/SIOP

Identificação da Ação							
Código	4572- Capacitação Serv.Pub.Federais Em Proc. Qualificação e Requalificação				Tipo	Atividade	
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.						
Iniciativa							
Objetivo	Proporcional aos servidores as condições necessárias ao seu pleno desenvolvimento na carreira, ao aprimoramento profissional e a melhoria da eficácia administrativa e pedagógica.	Código	4572				
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MEC	Código	2109	Tipo	Finalístico		
Unidade Orçamentária	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	608.000,00	608.000,00	193.071,18	184.091,18	184.091,18	0,00	8.980,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0033	Servidor Capacitado	Unidade	469	469	455		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
33	10.985,09	7.410,00	0,00	Servidor Capacitado	Unidade	258	

Fonte: Tesouro Gerencial/SIMEC/SIOP

Identificação da Ação							
Código	20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União				Tipo	Atividade	
Descrição	Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados civis da União.						
Iniciativa							
Objetivo	Garantir condições remuneratórias para todos os servidores do Instituto.			Código			
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do MEC		Código	2109	Tipo	Finalístico	
Unidade Orçamentária	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	36.577.856,00	37.077.856,00	36.311.156,96	36.311.156,96	36.311.156,96	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0033	Servidor Beneficiado		Unidade	não se aplica	não se aplica	não se aplica	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
33	5.444,03	5.444,03	0,00				
Fonte: Tesouro Gerencial/SIMEC/SIOP							

Identificação da Ação							
Código	0181 -Pagamento de Aposentadoria e Pensões -			Tipo	Operações Especiais		
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos Servidores Públicos Civis da União ou de seus Pensionistas.						
Iniciativa							
Objetivo	Garantir proventos de direito próprio dos Servidores Públicos Civis ou de seus Pensionistas.			Código			
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União			Código	0089	Tipo	Finalístico
Unidade Orçamentária	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Processados
0033	39.931.294,00	42.349.841,00	42.054.735,92	42.054.735,92	42.054.735,92	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0033	Aposentados e Pensionistas beneficiados		Unidade	não se aplica	não se aplica	não se aplica	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: Tesouro Gerencial/SIMEC/SIOP

Identificação da Ação							
Código	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Serv.			Tipo	Atividade		
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.						
Iniciativa							
Objetivo	Conceder benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados federais, inclusive pessoal contratado.	Código	2109				
Programa	Prog.de Gestão e Manutenção do MEC	Código	2109	Tipo	Finalístico		
Unidade Orçamentária	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Processados
0033	37.225,00	67.225,00	61.564,43	61.564,43	61.564,43	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
0033	Criança Atendida	Unidade	não se aplica	não se aplica	não se aplica		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: Tesouro Gerencial/SIMEC/SIOP

Identificação da Ação							
Código	2011 -Aux.Transporte aos Servidores Cívis e Empregados			Tipo	Atividade		
Descrição	Pagamento pela União de auxílio-transporte em pecúnia, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores, militares e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.						
Iniciativa							
Objetivo	Viabilizar auxílio-transporte em pecúnia, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual e demais considerações da sua descrição.	Código	2109				
Programa	Prog.de Gestão e Manutenção do MEC	Código	2109	Tipo	Finalístico		
Unidade Orçamentária	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo:()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Processados
0033	540.720,00	795.720,00	766.861,02	766.861,02	766.861,02	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0033	Pessoa Beneficiada		Unidade	não se aplica	não se aplica	não se aplica	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: Tesouro Gerencial/SIMEC/SIOP

Identificação da Ação							
Código	2012 - Aux.Alimentação aos Serv. Cíveis e Empregados				Tipo	Atividade	
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. O benefício é pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação.						
Iniciativa							
Objetivo	Conceder em caráter indezatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e demais considerações da sua descrição.	Código	2109				
Programa	Prog.de Gestão e Manutenção do MEC	Código	2109	Tipo	Finalístico		
Unidade Orçamentária	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos						
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo:()PAC ()Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Processados
0033	1.675.131,00	2.020.131,00	2.004.363,16	2.004.363,16	2.004.363,16	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0033	Pessoa Beneficiada		Unidade	não se aplica	não se aplica	não se aplica	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: Tesouro Gerencial/SIMEC/SIOP

Identificação da Ação							
Código	09HB - Contribuição da União p/ custeio regime previdência				Tipo	Operações Especiais	
Descrição	Pagamento da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos Servidores Públicos Federais a forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.						
Iniciativa							
Objetivo	Garantir o pagamento da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos Servidores Públicos Federais, conforme normas vigentes.			Código	2109		
Programa	Prog.de Gestão e Manutenção do MEC		Código	2109	Tipo	Finalístico	
Unidade Orçamentária	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2054	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Processados
0001	6.674.923,00	7.374.923,00	7.147.880,69	7.147.880,69	7.147.880,69	0,00	0,00
Execução Física							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0001	Servidor Beneficiado		Unidade	não se aplica	não se aplica	não se aplica	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: Tesouro Gerencial/SIMEC/SIOP

Identificação da Ação							
Código	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores			Tipo	Atividade		
Descrição	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.						
Iniciativa							
Objetivo	Conceder, em caráter suplementar, o benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, e demais considerações da sua descrição.	Código	2109				
Programa	Prog.de Gestão e Manutenção do MEC	Código	2109	Tipo	Finalístico		
Unidade Orçamentária	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0033	1.059.618,00	992.670,00	921.678,66	921.678,66	921.678,66	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0033	Pessoa Beneficiária		Unidade	não se aplica	não se aplica	não se aplica	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
33	4.095,00	0,00	4.095,00				
Fonte: Tesouro Gerencial/SIMEC/SIOP							

Identificação da Ação							
Código	00MI - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade			Tipo	Operações Especiais		
Descrição	Despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-Funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar, bem como com o pagamento de Auxílio-Natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho.						
Iniciativa							
Objetivo	Concessão do auxílio-funeral devido à família do servidor falecido na atividade ou aposentado, bem como do auxílio-natalidade devido à servidora por motivo de nascimento de filho.			Código	2109		
Programa	Prog.de Gestão e Manutenção do MEC		Código	2109	Tipo	Finalístico	
Unidade Orçamentária	26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Processados
0033	74.892,00	74.892,00	57.585,49	57.585,49	57.585,49	0,00	0,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
0033	Pessoa Beneficiaria		Unidade	não se aplica	não se aplica	não se aplica	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: Tesouro Gerencial/SIMEC/SIOP

2.2.4 Ações não previstas LOA do exercício – Restos a pagar OFSS

Não se aplica.

2.2.5 Ações do Orçamento de Investimento

Não se aplica.

Análise crítica:

Em 2015, o orçamento do INES, aprovado na LOA e somado aos créditos suplementares, totalizou um montante de R\$ 132.347.169,00 (cento e trinta e dois milhões, trezentos e quarenta e

sete mil, cento e sessenta e nove reais), valores gastos para custear as despesas correntes e de capital. Deste montante, R\$ 86.802.620,00 (oitenta e seis milhões, oitocentos e dois mil e seiscentos e vinte reais) foram gastos com Pessoal e Encargos Sociais; R\$ 3.950.638,00 (três milhões, novecentos e cinquenta mil e seiscentos e trinta e oito reais) com Benefícios; R\$ 32.524.679,00 (trinta e dois milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, seiscentos e setenta e nove reais) com outras despesas correntes e R\$ 9.069.232,00 (nove milhões, sessenta e nove mil, duzentos e trinta e dois reais) com investimentos.

A dotação inicial proposta no PLOA e aprovada na LOA para Despesas com Pessoal e Encargos Sociais era de R\$ 83.184.073,00, que comprovadamente não foi suficiente para custeá-las, devido ao acréscimo de despesas ao longo do exercício decorrente do aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional, etc...), demandando um acréscimo de aproximadamente 4,35%, onde foi necessário gerar um crédito suplementar de R\$ 3.618.547,00.

Comparando o Orçamento de Pessoal e Encargos Sociais deste ano com o de 2014, houve um aumento de aproximadamente 17,61% (R\$ 12.999.740,00), ocasionado pelo pagamento do RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) aos docentes e pelo aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional, etc...), instituído pelo Plano de Cargos e Salários através da Lei n.º 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores, tanto para técnicos administrativos como para os docentes.

Analisando os quadros acima detalhados, podemos concluir que a dotação orçamentária atribuída ao INES ofereceu plenas condições de realização das atividades definidas para o período.

Podemos concluir que os esforços realizados em 2015 concorrem para que as metas traçadas no Plano Nacional de Educação, aprovado na Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que tem por objetivo orientar os esforços do Governo Federal e dos sistemas de ensino até 2024, poderão ser alcançadas em menos tempo, o que representa efetivação de direitos dos cidadãos surdos brasileiros.

2.2.6 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não se aplica.

2.2.7 Restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	4.808.850,64	3.043.501,98	844.726,61	920.622,05
2013	3.285.818,25	2.604.349,89	4.906,53	676.561,83
2012	8.294,94	5.698,54	2.596,40	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI / Tesouro Gerencial

Análise crítica:

Em 2015, este Instituto movimentou na conta Restos a Pagar Não Processados inscritos em Exercícios Anteriores o montante de R\$ 8.102.963,83, tendo sido cancelado o valor de R\$ 852.229,54 e liquidado o valor de R\$ 5.653.550,41, ficando com saldo a pagar para o exercício de 2016, no valor de R\$ 1.597.183,88. O saldo de 2013 refere-se a valor a ser pago de repactuação que se encontra em análise.

Verificamos também que não houve impacto na gestão financeira da Unidade no exercício de 2015, decorrente do pagamento de Restos a Pagar. A permanência de saldo em Restos a Pagar em mais de um exercício financeiro são decorrentes:

- de obras que ainda estão em andamento;
- de serviços e materiais não entregues e/ou não executados pelos fornecedores.

Durante todo o exercício de 2015 houve atuação e cobrança da área financeira junto aos setores responsáveis pelas aquisições com o objetivo de orientar quanto aos prazos de entrega dos desses materiais e/ou serviços contratados, visando a um controle permanente dos Restos a Pagar não processados.

2.2.8 Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos

Quadro - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES					
CNPJ:	00.394.445/0273-01					
UG/GESTÃO:	152005/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada	1	-	1	2.867.150,07	-	1.377.952,00
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	1	-	1	2.867.150,07	-	1.377.952,00
Fonte: Tesouro Gerencial						

2.2.9 – Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores

Nota explicativa: Não houve prestação de contas no exercício de referência.

2.2.10 Visão gerencial da análise das contas prestadas

Nota explicativa: Não houve análise de prestação de contas no exercício de referência.

Análise crítica:

Em 2015, ocorreu um repasse para a Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, UG 153163, através de termo de execução descentralizada, com o objetivo de desenvolvimento de atividades de extensão para execução do Programa Nacional de Certificação de Proficiência no

ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e de certificação em Tradução e Interpretação da LIBRAS, em âmbito nacional.

O Prolibras foi instituído pelo Ministério da Educação – MEC, a partir do disposto no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, ao qual, por sua vez, regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

2.2.11 Visão gerencial das despesas

2.2.11.1 Despesas totais por modalidade de contratação

Despesas por Modalidade de Contratação				
Unidade Orçamentária:	Código UO: 26104		UGO: 152005	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	7.820.677,68	9.064.567,83	7.820.677,68	9.064.567,83
a) Convite				
b) Tomada de Preços		226.422,13		226.422,13
c) Concorrência				
d) Pregão	7.820.677,68	8.838.145,70	7.820.677,68	8.838.145,70
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	6.661.049,36	1.048.445,81	6.661.049,36	1.048.445,81
h) Dispensa	5.993.913,92	495.992,61	5.993.913,92	495.992,61
i) Inexigibilidade	667.135,44	552.453,20	667.135,44	552.453,20
3. Regime de Execução Especial	0,00	1.991,63	0,00	1.991,63
j) Suprimento de Fundos	0,00	1.991,63		1.991,63
4. Pagamento de Pessoal (k+l+m+n+o+p)	89.501.680,95	76.217.248,86	89.501.680,95	76.217.248,86
k) Pagamento em Folha	85.513.773,57	73.116.669,56	85.513.773,57	73.116.669,56
l) Diárias	233.440,11	87.291,04	233.440,11	87.291,04
m) Auxílio Alimentação	2.004.363,16	1.651.802,83	2.004.363,16	1.651.802,83
n) Auxílio Transporte	766.861,02	460.314,75	766.861,02	460.314,75
o) Auxílio Creche	61.564,43	35.668,40	61.564,43	35.668,40
p) Ressarcimento Ass. Médica	921.678,66	865.502,28	921.678,66	865.502,28
5. Outros	151.570,67	108.217,82	151.570,67	108.217,82
6. Total (1+2+3+4+5)	104.134.978,66	86.440.471,95	104.134.978,66	86.440.471,95
Fonte: Tesouro Gerencial				

Análise crítica:

Nas Despesas realizadas via Modalidade de Contratação dos Créditos Originários, poderemos verificar que esta Unidade tem cada vez mais optado pela modalidade do Pregão Eletrônico, sendo esta a mais utilizada para as contratações em 2015.

Quanto à contratação realizada na modalidade de Tomada de Preços, ainda é reflexo de contratações efetuadas em exercícios anteriores, e que ainda encontrava-se em vigor no exercício de 2014, prática esta que não mais vem sendo utilizada no âmbito deste Instituto, senão por justificativas técnicas e dentro das normas vigentes.

Quanto às Contratações Diretas, por meio de Dispensas e Inexigibilidades, não há como alterar esses tipos de contratações uma vez que suas maiores incidências se referem aos serviços essenciais à manutenção da Unidade, tais como: luz, gás, água e tratamento de esgoto, serviços de publicações em Diário Oficial da União e serviços de Correios - e que comprovadamente não há outros fornecedores que executem esses serviços, pois muitos decorrem de contratos de concessões e outros por serem do próprio governo, e também a execução do contrato firmado com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, para prestação de serviços de transmissão, exibição, operação, monitoramento, controle, programação e produção de programas de televisão por web – TV INES (Interprogramas, chamadas, vinhetas, reportagens, matérias especiais, gravações externas e em estúdio e recuperação de acervos), desenvolvimento, manutenção, atualização e hospedagem de aplicativos para dispositivos móveis, ininterruptamente, para todo o território nacional.

Em 2015 não houve despesas relacionadas a suprimento de fundos.

No tocante ao pagamento de pessoal, houve uma variação, de aproximadamente 17,43% a mais sobre o exercício de 2014, ocorrendo tal variação pelo pagamento do RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) aos docentes e pelo próprio aumento vegetativo da folha de pagamento, tanto para técnicos administrativos como para os docentes.

2.2.11.2 Despesas por grupo e elemento de despesa

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa								
Unidade Orçamentária: Instituto Nacional de Educação de Surdos					Código UO: 26104		UGO: 152005	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Pessoal								
31.90.11-Vencimentos e Vant.	35.406.814,46	26.306.799,55	35.406.814,46	26.306.799,55			35.406.814,46	26.306.799,55
31.90.01-Aposentadorias	33.755.915,94	31.471.922,75	33.755.915,94	31.471.922,75			33.755.915,94	31.471.922,75
31.90.03-Pensionista	8.298.537,41	7.689.158,43	8.298.537,41	7.689.158,43			8.298.537,41	7.689.158,43
Demais elementos do grupo	8.052.505,76	7.654.232,86	8.052.505,76	7.648.788,83	0,00	5.444,03	8.052.505,76	7.648.788,83
TOTAL PESSOAL	85.513.773,57	73.122.113,59	85.513.773,57	73.116.669,56	0,00	5.444,03	85.513.773,57	73.116.669,56
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
33.90.39/91.39-Out.Serv.Terc.PJ	16.441.691,13	8.019.190,62	9.295.625,47	5.310.457,51	7.146.065,66	2.708.733,11	9.295.625,47	5.310.457,51
33.90.37-Locação mão-de-obra	5.018.716,05	4.384.785,53	4.534.765,60	3.621.351,30	483.950,45	763.434,23	4.534.765,60	3.621.351,30
33.90.46-Auxílio Alimentação	1.936.511,10	1.545.949,25	1.936.511,10	1.545.949,25	0,00	0,00	1.936.511,10	1.545.949,25
Demais elementos do grupo	3.508.769,79	3.011.616,22	2.826.157,71	2.295.702,83	682.612,08	715.913,39	2.826.157,71	2.295.702,83
TOTAL OUTRAS DESP.CORR.	26.905.688,07	16.961.541,62	18.593.059,88	12.773.460,89	8.312.628,19	4.188.080,73	18.593.059,88	12.773.460,89
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
44.90.52-Material Permanente	2.607.454,59	1.060.869,12	28.145,21	445.543,24	2.579.309,38	615.325,88	28.145,21	445.543,24
44.90.39-Out.serv.terc.PJ	1.248,88	104.798,26	0,00	104.798,26	1.248,88	0,00	0,00	104.798,26
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL INVESTIMENTOS	2.608.703,47	1.165.667,38	28.145,21	550.341,50	2.580.558,26	615.325,88	28.145,21	550.341,50
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								
TOTAL GERAL	115.028.165,11	91.249.322,59	104.134.978,66	86.440.471,95	10.893.186,45	4.808.850,64	104.134.978,66	86.440.471,95
Fonte: Tesouro Gerencial								

Análise crítica:

Quanto às Despesas por Grupo e Elemento de Despesa, dos Créditos Originários da Unidade, neste quadro podemos verificar que aquelas relacionadas à área de pessoal têm maior relevância.

No exercício de 2015, o aumento da folha ocorreu pelo pagamento do RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) e pelo aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional e etc...), instituído pelo Plano de Cargos e Salários - Lei n.º 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores, tanto para técnicos administrativos como para docentes, bem como pela passagem de ativos para a inatividade.

Quanto às Outras Despesas Correntes, apresentam um grande aumento, comparando-se com o exercício de 2014, na natureza de despesa: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, em virtude da execução do contrato firmado com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, para prestação de serviços de transmissão, exibição, operação, monitoramento, controle, programação e produção de programas de televisão por web – TV INES (Inter programas, chamadas, vinhetas, reportagens, matérias especiais, gravações externas e em estúdio e recuperação de acervos), desenvolvimento, manutenção, atualização e hospedagem de aplicativos para dispositivos móveis, ininterruptamente, para todo o território nacional.

Quanto à natureza de despesa - Locações de mão-de-obra, esta unidade visa a suprir a deficiência de pessoal na área meio, onde se encontra a maior concentração de cargos em extinção - pedreiro, carpinteiro, bombeiro, porteiro, motorista, vigilante, cozinheiro, etc..., sem os quais não poderia manter a unidade funcionando.

No quadro Despesa de capital, na natureza de despesa de Material Permanente, houve uma grande despesa tendo em vista o investimento em equipamentos para atender diversos polos para o Programa Viver sem Limite.

2.2.11.3 Despesas com suprimento de fundos

Concessão de suprimento de fundos							
Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	152005	Não houve concessão	-	-	0	0,00	0,00
2014	152005	INES	-	-	7	35.000,00	5.000,00

Fonte: SIAFI

Utilização de suprimento de fundos								
Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a + b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor do Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	152005	Não houve concessão	-	-	-	-	-	-
2014	152005	INES	-	-	-	-	1.991,63	1.991,63

Fonte: SIAFI

Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência				
Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
152005	INES	Não houve concessão		
			TOTAL	0,00

Análise crítica:

Em 2015, não houve utilização do cartão de Pagamento do Governo e, no exercício de 2014, a despesa executada por meio de cartão de Pagamento do Governo Federal referiu-se à aquisição de material de consumo, totalizando R\$ 1.991,63.

2.2.12 Renúncia de receitas

Esta Unidade Jurisdicionada não realiza gestão de renúncias tributárias.

2.3 DESEMPENHO OPERACIONAL: INDICADORES E RESULTADOS

EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Relação candidato / vaga

Objetivo: aferir em que medida a escolarização bilíngue ofertada pelo Colégio de Aplicação do INES atende à procura por vagas na Educação Básica por parte de surdos, via ingresso ou transferência.

Horizonte: atender integralmente a demanda da comunidade onde se situa o Colégio, bem como de surdos que não têm atendimento próximo de sua residência e também as situações de transferência, inclusive para, caso se mostre necessário, realizar ações necessárias à ampliação do número de vagas ofertadas.

Equação básica: relação candidato / vaga é igual ao número de surdos cadastrados em situação de pré-ingresso ou transferência dividido pelo número de vagas ofertadas pelo Colégio de Aplicação do INES.

Resultado: O número de vagas ofertadas foi determinado pela meta do PDI = 500. O número de surdos matriculados = 433. Equação: $433 / 500 = 0,866$.

Análise crítica:

O INES atendeu em 100% à demanda de vagas (ingresso + transferência), mas a matrícula efetiva ficou em 86,6% das vagas disponíveis. Conforme mencionado em relatório anterior, tal flutuação nos resultados desse indicador pode se relacionar à crescente oferta de educação bilíngue em escolas-polo do município do Rio de Janeiro, bem como o processo de inclusão escolar que alcança outras regiões de origem de nossos alunos, como a Baixada Fluminense.

2. Relação alunos / docente

Objetivo: aferir em que medida os alunos do Colégio de Aplicação contam com um quadro permanente de professores dedicado ao ensino.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação de docentes na oferta de escolarização do INES.

Equação básica: a relação alunos / docente é igual ao número de alunos matriculados dividido pelo número de docentes.

Obs.: contabiliza-se 1,0 (um) por docente em jornada de 40 (quarenta) horas e 0,5 (zero vírgula cinco) por docente em jornada de 20 (vinte) horas.

Resultados: Em 2015, havia 202 professores designados no Colégio de Aplicação, mas desses, 20 eram professores substitutos (contratados temporariamente do INES ou então contratados do IFRJ em exercício no INES) e outros 52 estavam: ocupando chefias; em atividades fora de sala de aula (gestão e outras); em licença sem vencimentos e afastados para cursar mestrado ou doutorado. Assim, havia 130 (cento e vinte) docentes concursados do INES regentes efetivos de turma. O número máximo de alunos em processo de escolarização ao longo de 2015 foi de 433 (quatrocentos e trinta e três). Incluímos no cálculo apenas os professores do quadro permanente em efetiva

regência de turma (130) e os alunos em escolarização (433). O resultado da operação $504 / 120 = 3,33$.

Análise crítica:

O aluno do INES conta com um bom quadro de docentes dedicados ao ensino, considerados os seguintes fatores nesta instituição especializada:

- a) as peculiaridades do alunado (surdez severa e profunda);
- b) o fato de o INES receber muitas crianças ou mesmo jovens sem língua adquirida e em grande medida oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- c) o crescente ingresso de alunos surdos com outras condições de saúde nas turmas de escolarização (síndromes, quadros psiquiátricos, outras deficiências associadas).

O expressivo aumento do quadro docente deve-se a dois fatores. Em primeiro lugar, no concurso público aberto por meio do Edital nº 29/2013, foram providas 40 vagas de Professor da Carreira da Educação Básica, Técnica e Tecnológica. Em segundo lugar, embora estivesse previsto, não se confirmou um grande número de aposentadorias de docentes em 2015, dado que muitos professores aguardam incorporação de vantagens financeiras relativas ao RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências, definido na Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012) a seus vencimentos. Com o início dessa incorporação em 2016, pode-se dar como certo o reequilíbrio da relação professor-aluno a partir do expressivo aumento de aposentadorias voluntárias.

3. Índice de titulação do quadro docente efetivo

Objetivo: mapear o grau de titulação do corpo docente efetivo para orientar ações relativas ao apoio à sua qualificação, na perspectiva da melhoria de seu desempenho pedagógico e da consequente melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos do Colégio.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação das titulações mais elevadas no perfil de qualificação do corpo docente efetivo do CAP-INES.

Equação básica: índice de titulação do corpo docente efetivo é igual a $N \times 0,5 + G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5$ dividido por $N + G + A + E + M + D$, onde N = curso normal; G = graduação; A = aperfeiçoamento; E = especialização; M = mestrado e D = doutorado.

Resultados:

$N = 2 \times 0,5$	$G = 16 \times 1$	$A = 2 \times 2$	$E = 79 \times 3$	$M = 69 \times 4$	$D = 14 \times 5$
$N = 1,0$	$G = 16$	$A = 4$	$E = 237$	$M = 276$	$D = 70$

Equação: $604 / 182 = 3,31$

Análise crítica:

Considerando-se que a pontuação mínima esperada seria de 186 pontos – a totalidade do Quadro Docente efetivo apenas com Graduação, que é a exigência mínima em concursos para a Educação Básica, Técnica e Tecnológica – e pontuação máxima possível seria de 930 pontos – a totalidade do Quadro Docente efetivo com Doutorado – vemos que o INES vem avançando ano a ano quanto aos resultados deste indicador de qualificação docente: **60%** da pontuação máxima em 2013, **63,5%** em 2014, **65%** em 2015 – podendo e devendo melhorar os resultados desse Indicador nos próximos anos. Se o ingresso de docentes surdos nomeados em 2014 e 2015 trouxe ao Instituto, de maneira geral, profissionais em início de atividade e apenas com a titulação mínima exigida para o cargo, por outro lado o mesmo certame trouxe também profissionais com maior titulação –

mestrado e doutorado. Os mapeamentos e o apoio previstos no Plano Anual de Capacitação e em seu Programa de Apoio vêm colaborando para a melhoria desse quadro. A aposentadoria voluntária de docentes mais antigos e que detém menor titulação do que os recém-concursados – prevista para ocorrer de modo significativo a partir de 2016, com a incorporação de vantagens relativas à norma que instituiu o Reconhecimento de Saberes e Competências (Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012) – favorecerá igualmente a melhoria de resultados neste indicador.

4. Relação entre docentes substitutos e número total de docentes

Objetivo: aferir em que medida o Instituto está conseguindo implementar a diretriz de prover os cargos docentes por meio de concurso público, também em atendimento à diretriz governamental e dos órgãos de controle de substituição de terceirizados.

Horizonte: diminuir progressivamente o percentual de participação de professores substitutos em relação ao total de professores do Colégio de Aplicação.

Equação básica: número de professores substitutos dividido pelo número total de professores (efetivos do quadro permanente, mais substitutos, contratados pelo INES ou pelo IFRJ) e multiplicado por 100.

Resultados: Em 2014, tivemos 20 professores substitutos ou temporários (do INES e do IFRJ) para um total de 202 docentes efetivos vinculados ao CAP-INES: $20 / 182 = 0,09$.

Análise crítica:

O INES vem melhorando continuamente seus resultados nesse indicador, diminuindo a participação de substitutos em relação ao total do quadro docente – em 2013, havia sido de **0,19**, ou seja 19%, em 2014 foi de **0,13**, ou seja, 13%, e em 2015 foi de **0,09**, ou seja 9% – devido ao concurso público aberto por meio do Edital nº 29/2013, por meio do qual foram providas 40 vagas de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico em 2014 e 2015. E em 2015, concluíram-se prazos de contratos, o que também concorreu para a melhoria dos resultados, conforme previsão em relatório anterior.

5. Taxa de prontidão docente para a educação bilíngue

Objetivo: aferir em que medida os docentes das diferentes etapas da Educação Básica têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem para uma relação pedagógica bilíngue, em atendimento ao disposto no Decreto 5.626, de 2005.

Horizonte: ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de professores da Educação Básica do INES habilitados para a educação bilíngue com sujeitos surdos.

Equação básica (deverão ser feitos 4 (quatro) cálculos, um por Etapa de Ensino): número de professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, do Ensino Fundamental – Anos Finais e do Ensino Médio do CAP-INES com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de professores da respectiva Etapa de Ensino, no CAP-INES.

Resultados: O cálculo foi efetuado considerando-se apenas os professores respondentes de questionário aplicado pela Direção do Colégio. Outras possibilidades de aferição deverão ser consideradas no próximo exercício, dado o fato de que profissionais mais antigos do Instituto dominam bem a Libras pelo tempo de convívio e trabalho com surdos, mas muitos não chegaram a

fazer curso de Libras e tampouco obtiveram Certificado de Proficiência. Os resultados por Etapa foram:

Etapa SEDIN: 1,0 (100%)
Etapa CAAF: $2 / 2 = 1,0$ (100%)
Etapa SEF1 (1º segmento): = 1,0 (100%)
Etapa SEFN (Noturno): = 0,7 (70%)
Etapa SEF2 (2º segmento) / SEME: = 0,96 (96%)

Análise crítica:

Os resultados apresentam o quadro posterior à posse de novos professores aprovados e classificados no Concurso regido pelo Edital nº 29/2013, mantendo o mesmo patamar do exercício anterior. Cabe realçar que o referido Edital valorizou conhecimento prévio da Língua de Sinais, o que de fato motivou a aprovação de candidatos com conhecimento prévio. Adicionalmente, cabe informar que todos os profissionais nomeados e empossados a partir de aprovação no referido Concurso ingressaram automaticamente em turma específica do Curso de Libras ofertado pelo próprio Instituto.

6. Taxa de evasão escolar

Objetivo: dimensionar o fenômeno da evasão escolar com vistas a gerar intervenções que apoiem a permanência do aluno, do ponto de vista do atendimento em serviço social, psicológico, de apoio pedagógico, de assistência estudantil, etc.

Horizonte: diminuir gradativamente o fenômeno da evasão, por meio de políticas de apoio à família e ao aluno.

Equação básica: número de alunos de cada etapa da Educação Básica do INES desligados ao final do ano letivo dividido pelo número de alunos matriculados em cada etapa da Educação Básica no ano letivo.

Resultados: O número de alunos desligados ao final do ano letivo = 62. O número de alunos matriculados no ano letivo = 433. Equação: $62 / 433 = 0,14$.

Análise crítica:

O resultado de permanência de alunos matriculados tem oscilado: 86% em 2013, 90% em 2014, 86% em 2015. Os seguintes fatores deverão ser analisados: 1. a situação de vulnerabilidade socioeconômica de parcela considerável das famílias, particularmente a dependência do Benefício de Prestação Continuada – BPC e do Bolsa Família, identificada a partir de questionário socioeconômico aplicado para fins de atribuição de cestas básicas recebidas em parceria com o Poder Judiciário no apoio a penas alternativas e a partir de pesquisa de Mestrado em Educação (UNIRIO) conduzida por profissional do Serviço Social do Instituto, em especial no contexto de crise econômica e desemprego; 2. o fator da grande distância entre moradia e escola para a maioria dos alunos, também objeto de análise na mencionada pesquisa.

7. Taxa de utilização da biblioteca do INES

Objetivo: aferir em que medida o acervo bibliográfico disponibilizado ao corpo discente e docente do CAP INES vem sendo apropriado nos processos de ensino e aprendizagem por eles.

Horizonte: ampliar gradativamente a utilização da Biblioteca pelos alunos.

Equação básica: número de acessos à Biblioteca por parte de alunos do Ensino Fundamental – Anos Finais e do Ensino Médio (SEF2 e SEME) e de docentes desses segmentos em Atividades de Interação com Educandos (acesso = pesquisa em terminais de internet + pesquisa de itens do acervo + empréstimo de itens do acervo) dividido pelo total de alunos SEF2 e SEME + total de docentes SEF2 e SEME.

Resultados e análise crítica:

Em 2015, manteve-se o quadro anterior: apenas 7 ocorrências de pesquisa em acervo e 7 empréstimos de itens do acervo por parte de alunos do CAP-INES. Possivelmente, o uso de novas tecnologias *mobile* (*smartphones* e *tablets*) pode ter redirecionado as estratégias de pesquisa, uma vez que muitos textos importantes no contexto da Educação Básica – Literatura, por exemplo – encontram-se disponíveis na internet, inclusive no portal www.dominiopublico.gov.br, que é a Biblioteca Digital do Ministério da Educação.

8. Taxa de participação docente na referencialidade do INES na área da surdez

Objetivo: Dimensionar a participação dos docentes em Atividades de Interação com Educandos em ações de pesquisa e extensão concernentes ao papel do Instituto como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez.

Horizonte: Ampliar progressivamente a participação de docentes que atuam também na produção e difusão de conhecimento em relação ao conjunto de docentes do CAP-INES.

Equação básica: Número de docentes em Atividades de Interação com Educandos do Colégio de Aplicação que realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento no ano, dividido pelo número de docentes do CAP-INES.

Resultados: Para o cálculo deste Indicador, contabilizamos apenas os docentes efetivos do CAP-INES em regência de turma em sala de aula ou em laboratórios e oficinas, que são 130 (cento e vinte). Desses, 20 (vinte e dois) realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento. Equação: $20 / 130 = 0,15$.

Análise crítica:

O resultado de **15%** de engajamento de docentes do Colégio em atividades de pesquisa e extensão fica aquém das expectativas, dado que a Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012, ratificou o entendimento de que são atividades inerentes à carreira do Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico “o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão institucional”. No entanto, pode ser explicado pelo fato de que em 2014 e 2015 assumiu um expressivo contingente de novos professores efetivos que, apesar de terem boa titulação acadêmica, detêm ainda pouca familiaridade com o campo da educação de surdos a ponto de já contribuírem na difusão de conhecimentos. Encontra-se em discussão a criação de uma norma interna para organização do trabalho docente, que deverá criar condições para que essa importante dimensão da função docente possa ser exercida neste centro de referência.

9. Índice de tempestividade no atendimento educacional infantil

Objetivo: Aferir em que medida o atendimento a crianças surdas na Educação Infantil do INES se realiza no tempo certo em relação à ocorrência da surdez nessas crianças, na perspectiva de orientar

ações institucionais e interinstitucionais que, reduzindo tal intervalo, assegurem a tais alunos adequado desenvolvimento linguístico e cognitivo.

Horizonte: Diminuir progressivamente a diferença entre a idade média de ocorrência da surdez (estimada pela família ou clinicamente diagnosticada) em crianças atendidas na Educação Infantil do INES e a idade média de início do seu atendimento nessa Etapa de Ensino, por parte do Instituto.

Equação básica: Idade média de Início do Atendimento em Educação Infantil - IAEI das crianças matriculadas nessa etapa de ensino no INES menos idade média de Ocorrência (estimada pela família ou clinicamente diagnosticada) da Surdez (de *causa conhecida* – pré-natal, perinatal ou pós-natal – ou *idiopática*) - OS, onde IAEI é obtida pela soma das idades de ingresso de todas as crianças com matrícula ativa na Educação Infantil do INES dividida pelo número dessas crianças e OS é obtida pela soma das idades de ocorrência da surdez de todas as crianças com matrícula ativa na Educação Infantil do INES dividida pelo número dessas crianças, sendo atribuído 0 (zero) ano para os casos individuais de surdez de causa pré-natal ou perinatal.

Obs.: As *causas conhecidas* da surdez podem ser divididas em: **pré-natais** (hereditárias ou relacionadas a doenças adquiridas pela mãe durante a gravidez, tais como rubéola, sífilis, toxoplasmose, citomegalovírus, herpes, intoxicações intrauterinas; agentes físicos como raio X, alterações endócrinas como diabetes ou tireóide, ou ainda relacionadas a carências alimentares; **perinatais** (traumatismos obstétricos; anóxia); **pós-natais** (doenças infecciosas; bacterianas – ex.: meningites, otites, inflamações agudas ou crônicas das fossas nasais e da naso-faringe; virais; intoxicações; trauma acústico). A surdez é dita *idiopática* quando sua causa é desconhecida.

Resultados:

A) Idade média de início do atendimento no INES

- soma das idades: 55
- nº de crianças: 27
- equação: $55 / 27 = 2,04$

B) Idade média de ocorrência da surdez (1ª audiometria)

- soma das idades: 50
- nº de crianças: 27
- equação: $50 / 27 = 1,85$

Resultado final: A) - B) = $2,04 - 1,85 = 0,19$

Análise crítica:

Houve significativa diminuição (20% menos que no exercício anterior, ou seja, de 2,53 anos para 2,04 anos) na idade média de início de atendimento no INES. Dois fatores tiveram impacto nos resultados deste indicador em 2015: 1. a diminuição do número de alunos matriculados na Educação Infantil em relação ao exercício anterior – uma tendência que foi analisada em pesquisa de Mestrado em Educação (UNIRIO) por parte de profissional do Serviço Social do Instituto; 2. a disseminação do Teste da Orelhinha, que potencialmente viabiliza o ingresso “no tempo certo” de crianças surdas. A Divisão de Audiologia do INES realizou, em 2015, 1.033 testes da orelhinha em bebês. É possível avançar por meio de ações interinstitucionais no âmbito da implementação das políticas de saúde auditiva, bem como por meio de campanhas de comunicação de massa sobre prevenção e diagnóstico.

10. Taxa de sucesso nas ações de preparação para o trabalho e a geração de renda

Objetivo: aferir em que medida as ações de preparação para o trabalho e a geração de renda que o INES oferece à comunidade, na perspectiva da promoção do Trabalho Decente, têm possibilitado a permanência e a conclusão com aproveitamento por parte de pessoas surdas adultas.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de pessoas surdas que concluem com aproveitamento os cursos de preparação para o trabalho e a geração de renda que o INES oferece à pessoas surdas da comunidade.

Equação básica - observação: vínhamos trabalhando com a equação “número de concluintes dos cursos dividido pelo número de ingressantes”, mas optamos por redefinir a abordagem, uma vez que o número de ingressantes pode não refletir a capacidade e a adequação da oferta de vagas em relação à demanda. Assim, propõe-se como nova equação “número de concluintes dividido pelo número de vagas ofertadas”.

Resultados: Houve 232 concluintes para 261 vagas ofertadas inicialmente. Equação: $232 / 261 = 0,89$.

Análise crítica:

Os principais fatores que intervêm nesse resultado são: (1) a dificuldade na contratação dos Instrutores – nos termos da legislação vigente, o Instituto deve contratar pessoa jurídica – que ocasionou diminuição na oferta de cursos, e (2) o ingresso de pessoas surdas inscritas no mercado de trabalho: elas iniciam, mas, no meio do curso, param para poder trabalhar. Não obstante, o resultado de 89% de concluintes em relação às vagas ofertadas é positivo, mas deve ser compreendido no detalhe de estar alavancado em cursos que alcançam maior contingente, como Orientação para o Mercado de Trabalho. Uma análise ponderada da relação oferta x demanda mostra que, em 2015, houve cursos com significativa evasão, como Sistemas Operacionais, Editor de Textos e Corte e Costura. Sugere-se que a Divisão responsável realize pesquisa de satisfação com os participantes e também um levantamento de aptidões e interesses de pessoas surdas para subsidiar decisões sobre cursos que contemplem tanto os interesses e aptidões dos surdos quanto às demandas do mercado de trabalho ou as possibilidades efetivas de geração de renda.

11. Índice de efetividade na transição para o Trabalho Decente

Objetivo: aferir em que medida as oportunidades de acesso ao Trabalho Decente às quais o INES encaminha pessoas surdas cadastradas – via treinamento em serviço ou participação em processo seletivo, em empresas têm se traduzido em contrato de aprendizagem ou contrato de trabalho firmado entre essas pessoas e as empresas ofertantes das vagas.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de pessoas surdas com mais de 14 anos de idade e cadastradas pelo INES que, por meio do acesso a treinamento em serviço em empresas e de participação em processo seletivo realizado por empresas alcançaram efetiva inserção em Trabalho Decente.

Equação básica: número de pessoas Surdas ingressantes em Trabalho Decente - STD, onde STD equivale ao resultado da soma de contratos individuais de aprendizagem ou de trabalho firmados, dividido pelo número de Oportunidades de Acesso ao Trabalho tornadas disponíveis pelo INES - OAT, onde OAT compreende A (vagas de treinamento em serviço em empresas) + B (participação em processo seletivo em empresas).

Observação: Os postulados da Organização Internacional do Trabalho relativos ao Trabalho Decente foram adotados pelo Governo do Brasil ao assinar Memorando de Entendimento com

aquela Organização em 2003. No documento *Dimensão tática: programas temáticos*, do PPA 2011-2015, está registrado que:

Os desafios da inserção social e do acesso ao trabalho não serão totalmente superados se as formas de trabalho não contemplarem a dignidade e o respeito ao cidadão, o que se traduz em um **trabalho decente** e com qualidade, entendido como aquele adequadamente remunerado, exercido em conformidade com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário, em condições de equidade e segurança, capaz de garantir vida digna a trabalhadores e suas famílias. (...) [No período abarcado pelo PPA, o Brasil deverá promover] um diálogo entre setor público e privado, além da sociedade civil, em favor de um modelo de gestão que atribua ao trabalho e ao emprego, em suas mais variadas vertentes e as diversas formas de inserção produtiva, a condição de valor central (...) [incluindo] a oferta de cursos de qualificação social e profissional, **priorizando** [entre outros segmentos] as **pessoas com deficiência**. (BRASIL, 2012)

Resultados: Em 2014, houve 313 oportunidades de acesso ao trabalho, que compreendem (A) vagas de treinamento em serviço em empresas + (B) vagas em processo seletivo em empresas. Dessas vagas, 182 foram preenchidas. Equação: $138 / 149 = 58\%$

Análise crítica:

O resultado de 58% de efetivações no trabalho de pessoas surdas encaminhadas pelo INES em relação às vagas disponibilizadas é positivo, porque deve ser considerado o fato de que apenas uma das empresas ofertantes (Drogaria Venâncio) possuía 100 vagas, das quais preencheu apenas 12. Deve-se destacar que todas as 61 oportunidades de trabalho surgidas a partir das ações do Programa Jovem Aprendiz – em parceria do INES com o Sistema S e empresas como Ambev, Oi e Merck – geraram empregos com carteira assinada.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Quadro B.66.1 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2015	2014	2013	2012	2011
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Professores Equivalentes	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	201	206	219	213	190
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	NA	NA	NA	NA	NA
Alunos de Residência Médica (AR)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	NA	NA	NA	NA	NA

NA – Não se Aplica.

Quadro B.66.2 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2015	2014	2013	2012	2011
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	NA	NA	NA	NA	NA
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	NA	NA	NA	NA	NA
Grau de Participação Estudantil (GPE)	NA	NA	NA	NA	NA
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	NA	NA	NA	NA	NA
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	NA	NA	NA	NA	NA
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,4	3,51	3,57	3,12	3,12
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	NA	NA	NA	NA	NA

NA – Não se Aplica.

Em 2015, contou-se com 40 (quarenta) docentes em atuação no Curso de Graduação, sendo 31 Doutores, 5 Mestres, 2 Especialistas e 2 Graduados. Aplicando-se a fórmula do Índice de Qualificação do Corpo Docente – IQCD, temos: $[5 \times 31 + 3 \times 5 + 2 \times 2 + 1 \times 2] \div [31 + 5 + 2 + 2] = [155 + 15 + 4 + 2] \div [40] = [176] \div [40] = 4,4$. Portanto, em 2015, o ICQD do Curso Bilíngue de Pedagogia do INES foi de **4,4** (quatro vírgula quatro).

Análise crítica:

Nos termos da legislação vigente e com base em consulta informal à CGU, firmamos o entendimento de que os componentes dos indicadores em tela, de maneira geral (alunos em tempo integral; envolvimento discente com pós-graduação [Stricto Sensu]; conceito CAPES/MEC para pós-graduação [Stricto Sensu]; hospital universitário; residência médica; oferta semestral de cursos) não correspondem à realidade de uma instituição como o INES – que tão-somente mantém um curso de graduação (desde 2006) e um de especialização Lato Sensu (desde 2008) – e sim à de Universidades Federais. Nos quadros acima, assinalamos “NA” nos casos que correspondem a esse entendimento.

Quanto ao Quadro B.66.1, nos termos da Decisão do TCU em tela, “aluno efetivamente matriculado é aquele que realiza sua inscrição formal no curso, após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e que esteja cursando pelo menos uma disciplina. Incluem-se, também, alunos que estão fazendo somente o projeto final, monografia, dissertação ou tese, em graduação ou pós-graduação, conforme o caso”. Quanto ao Quadro B.66.2, registramos que a implementação do curso iniciou-se em 2006, com apenas 8 (oito) professores efetivos, 4 deles com doutorado, e com esse quadro se manteve por alguns anos. Com a ampliação do número de turmas, foi necessária a contratação de professores temporários e isso impactou nos resultados. Em 2013, com o compromisso assumido pelo INES de conduzir um curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue de abrangência nacional, foi lançado o Edital nº 29/2013, que logrou aprovar e nomear, em 2014 e 2015, 28 (vinte e oito) novos docentes de Magistério Superior para o

Quadro do Instituto, com titulação de Doutorado, o que teve impacto positivo sobre a qualificação docente. Isso explica a sensível melhora no perfil de qualificação do corpo docente do INES. A seguir, apresentamos outros Indicadores para o campo da Educação Superior, construídos pela Instituição.

1. Relação candidato / vaga

Objetivo: aferir em que medida a Educação Superior ofertada pelo INES atende à procura por vagas por parte de surdos e ouvintes.

Horizonte: atender integralmente a demanda das pessoas surdas e não-surdas por Ensino Superior, inclusive para, caso se mostre necessário, realizar ações necessárias à ampliação do número de vagas ofertadas.

Equação básica: relação candidato / vaga é igual ao número de candidatos em processo seletivo para ingresso no curso de graduação em Pedagogia dividido pelo número de vagas ofertadas pelo INES para o referido curso no ano letivo.

Resultado: Relação Candidato/Vaga					
2015	2014	2013	2012	2011	2010
6,35	6,06	5	5	4	1,8

Análise crítica:

O desenvolvimento do Curso, sua divulgação (na rede pública de ensino, na internet, nas redes sociais e nos movimentos surdos) e a inserção de egressos têm contribuído para o expressivo aumento da demanda. Em 2015, houve a maior procura desde a abertura do curso em 2006: 381 candidatos inscritos, para os turnos Manhã e Noite (anteriormente, Tarde e Noite), estabelecidos desde 2013 com o propósito de atender à condição do aluno trabalhador.

2. Relação alunos / docente em tempo integral

Objetivo: aferir em que medida os alunos do Ensino Superior do INES contam com um quadro permanente de professores dedicado ao ensino.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação de docentes em tempo integral na oferta de Ensino Superior pelo INES.

Equação básica: a relação alunos / docente em tempo integral é igual ao número de alunos matriculados dividido pelo número de docentes.

Obs.: contabiliza-se 1,0 (um) por docente em jornada de 40 (quarenta) horas e 0,5 (zero vírgula cinco) por docente em jornada de 20 (vinte) horas.

Resultado: Relação Alunos/Docente em tempo integral					
2015	2014	2013	2012	2011	2010
5,02	5,56	10,69	11,5	10,8	9,3

Análise crítica:

A demanda pelo Curso Bilíngue vem crescendo, como se depreende do fato de que o processo seletivo de candidatos para cursar essa Graduação em 2016, teve o maior número de inscritos desde sua criação, em 2006. Ao mesmo tempo, muitos alunos concluíram e apresentaram

suas monografias, alcançando a formatura e a colação de grau. Em 2014 e 2015, houve ampliação expressiva do número de professores efetivos e com boa titulação, a partir da nomeação professores do Magistério Superior aprovados no Concurso Público regido pelo Edital nº 29/2013.

3. Relação entre docentes temporários e número total de docentes

Objetivo: aferir em que medida o Instituto está conseguindo implementar a diretriz de prover os cargos docentes por meio de concurso público, também em atendimento às diretrizes governamentais e dos órgãos de controle.

Horizonte: diminuir progressivamente o percentual de participação de professores temporários em relação ao total de professores do Ensino Superior do INES.

Equação básica: número de professores temporários dividido pelo número total de professores.

Resultado: Relação Docentes substitutos/total de docentes					
2015	2014	2013	2012	2011	2010
0,00	0,19	0,57	0,55	0,63	0,61

Análise crítica:

Como já informado, ao longo da implementação fez-se necessária a contratação de professores temporários para assegurar a realização dessa ação e atender aos direitos dos alunos, uma vez que apenas em 2006/7 havia sido autorizado concurso público para o Magistério Superior, em que foram providas somente 8 de 10 vagas. O resultado positivo verificado em 2015, de zerar a participação de substitutos na força de trabalho docente, deve-se à nomeação, em 2014 e 2015, de professores efetivos aprovados no concurso público regido pelo Edital nº 29/2013.

4. Taxa de prontidão docente para a educação bilíngue

Objetivo: aferir em que medida os docentes da graduação ofertada pelo INES têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem para uma relação pedagógica bilíngue.

Horizonte: ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de professores habilitados para a educação em contexto bilíngue com sujeitos surdos e não-surdos.

Equação básica: número de professores do Ensino Superior do INES (graduação) com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de professores do Ensino Superior do INES (graduação).

Resultado: Taxa de prontidão docente para educação bilíngue					
2015	2014	2013	2012	2011	2010
0,55	0,16	0,24	0,26	0,27	0,27

Análise crítica:

Os resultados, que indicam sensível melhora na prontidão para o ensino bilíngue, têm relação com dois fatos: as nomeações, em 2014 e 2015, de docentes efetivos aprovados no Concurso regido pelo Edital nº 29/2013, e o fato de esse edital já valorizar o conhecimento da LIBRAS e a experiência de trabalho com surdos. Somente não são melhores porque os 28 docentes nomeados, em 2015, seguiram participando de curso de Libras ministrado por Professora do Instituto.

5. Taxa de sucesso no Ensino Superior

Objetivo: aferir em que medida a formação inicial desenvolvida pelo INES possibilita que os ingressantes no Ensino Superior do Instituto completem os estudos no respectivo tempo recomendado.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de alunos que concluem no prazo recomendado o curso de graduação INES em que se matricularam.

Equação básica: número de concluintes de graduação dividido pelo número de ingressantes 4 (quatro) anos antes.

Resultado: Houve 36 concluintes de graduação em 2015 para 56 ingressantes em 2011 (para o período 2012-2015, quatro anos de tempo previsto para realização do curso). Sendo assim, temos $36 / 56 = 0,64\%$.

Resultado: Taxa de sucesso no Ensino Superior					
2015	2014	2013	2012	2011	2010
0,64	0,73	1,2	0,46	0,22	0,17

Análise crítica:

Alguns fatores interferem nos resultado deste Indicador, como as dificuldades enfrentadas por alunos surdos na elaboração de suas monografias, a estruturação de recursos tecnológicos e humanos para registro filmado de apresentação em LIBRAS, e os trancamentos de matrícula motivados principalmente por questões de trabalho ou de vulnerabilidade socioeconômica. O INES vem investindo em ações que deverão melhorar esses resultados: geração de material de apoio acadêmico (resenhas) em LIBRAS; construção de glossário de sinais relacionados aos principais conceitos trabalhados no Curso de Pedagogia (projeto Manuário Acadêmico); elaboração de livro acadêmico em LIBRAS; criação de Programa de Assistência Estudantil para estudantes em situação de pobreza; mudança dos turnos em que se desenvolve o Curso, etc. Não obstante, consideramos positivo o resultado de 36 concluintes em 2014 em relação aos 56 ingressantes no processo seletivo de 2011, ou seja, 64% de concluintes no prazo mínimo previsto.

6. Taxa de evasão

Objetivo: dimensionar o fenômeno da evasão com vistas a gerar intervenções que apoiem a permanência do aluno, do ponto de vista do atendimento em serviço social, psicológico, de apoio pedagógico, de assistência estudantil, etc.

Horizonte: diminuir gradativamente o fenômeno da evasão, por meio de políticas de apoio à família e ao aluno.

Equação básica: número de alunos do Ensino Superior INES (graduação) desligados ao final do ano letivo dividido pelo número de alunos matriculados na graduação INES no início do ano letivo.

Resultado: Houve 49 desligamentos em 2015, para 233 matrículas no ano letivo (ativas e trancadas). Sendo assim, temos $49 / 233 = 0,21$

Resultado: Taxa de Evasão					
2015	2014	2013	2012	2011	2010
0,21	0,16	0,21	0,11	0,07	0,07

Análise crítica:

Houve retorno ao patamar de 2013 quanto à evasão. Possivelmente, um reflexo de vulnerabilidade socioeconômica de alunos e famílias face à crise pela qual passa o País. Segundo o Departamento de Ensino Superior do INES, “a evasão pode estar relacionada a diferentes fatores, como a redefinição por parte do(a) aluno(a) em relação ao curso de formação de sua preferência; moradia distante e/ou em área de risco, aliada a situação de vulnerabilidade socioeconômica (conflitos familiares, desemprego, insuficiência de renda, cuidado com filhos); insuficiência de rendimento acadêmico (alunos que tiveram sérias defasagens em sua formação básica, muitas vezes, não conseguem viabilizar uma permanência bem-sucedida na Educação Superior) e material didático em LIBRAS insuficiente”. As medidas adotadas pelo INES nos últimos anos incluem: geração de material de apoio acadêmico (resenhas) em LIBRAS; construção de glossário de sinais relacionados aos principais conceitos trabalhados no Curso de Pedagogia (projeto Manuário Acadêmico); elaboração de livro acadêmico em LIBRAS; mudança dos turnos em que se desenvolve o Curso, em favor do aluno trabalhador, etc. Encontra-se em análise minuta de Programa de Assistência Estudantil para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

7. Taxa de utilização da biblioteca do INES

Objetivo: aferir em que medida o acervo bibliográfico disponibilizado ao corpo discente do INES vem sendo apropriado nos processos de ensino e aprendizagem por docentes e discentes da Educação Superior do Instituto.

Horizonte: ampliar gradativamente a utilização da Biblioteca Especializada Vicente Penido Burnier pelos alunos e professores da Educação Superior do Instituto.

Equação básica: número de acessos (incluindo as situações de consulta ao acervo e de empréstimo de item do acervo) de alunos e professores do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação) dividido pelo total de alunos e professores do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação).

2.418 acessos por parte de alunos ou docentes / 201 alunos de graduação ou pós-graduação com matrícula ativa + 40 docentes (graduação e pós-graduação) = **10,03**.

Taxa de utilização da biblioteca do INES					
2015	2014	2013	2012	2011	2010
10,03	3,90	3,74	1,71	X	X

Análise crítica:

Os alunos têm utilizado com frequência a Biblioteca, mas os docentes podem fazê-lo com mais regularidade. De todo modo, o resultado é positivo, e apresentou expressiva melhora em relação ao ano anterior. Medida a ser adotada em 2016, em conformidade com o PDI, é a aprovação de uma Política de Acervo e a constituição de uma Comissão responsável pela avaliação e aquisição de acervo.

Os resultados de utilização da Biblioteca podem ser impactados pelo uso crescente de novas tecnologias de informação e comunicação como ferramentas de acesso ao conhecimento, incluindo livros e artigos científicos, a exemplo do portal www.dominiopublico.gov.br, Biblioteca Digital do Ministério da Educação, dos Bancos de Teses e Dissertações e do Portal de Periódicos da CAPES.

8. Taxa de participação docente na referencialidade do INES na área da surdez

Objetivo: Dimensionar a participação dos docentes do Ensino Superior do INES em ações de pesquisa e extensão concernentes ao papel do Instituto como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez.

Horizonte: Ampliar progressivamente a participação de docentes que atuam também na produção e difusão de conhecimento em relação ao conjunto de docentes do Ensino Superior INES.

Equação básica: Número de docentes da Educação Superior INES (graduação e pós-graduação) que realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento no ano dividido pelo número de docentes do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação).

Observação: Para todos os fins de cálculo, docentes que ministrem aulas tanto na graduação quanto na pós deverão ser contabilizados apenas uma vez.

Resultado: Taxa de participação docente na referencialidade do INES na área da surdez					
2015	2014	2013	2012	2011	2010
0,15	0,13	0,82	0,90	0,89	0,61

Análise crítica:

O resultado explica-se pelo ingresso de um número elevado de novos docentes via Concurso Público em 2014 e 2015 (28 professores), que ainda não têm condições de atuar na difusão de conhecimento dessa área específica. Mesmo assim, na série histórica, tem havido ampliação na participação docente na referencialidade do INES.

9. Taxa de participação de alunos do Ensino Superior em atividades de monitoria e iniciação científica

Objetivo: Dimensionar o grau de envolvimento dos discentes do Ensino Superior INES (graduação) nas atividades de monitoria e iniciação científica.

Horizonte: Ampliar progressivamente a participação de alunos em ações de monitoria e iniciação científica, para o aperfeiçoamento de sua formação e ampliação de horizontes de inserção futura na vida acadêmica – na docência, na pesquisa ou em ambas.

Equação básica: Número de alunos de graduação que participaram de atividades de iniciação científica ou monitoria no ano letivo dividido pelo número de alunos de graduação INES habilitados, nos termos das normas vigentes, a participar de tais atividades.

Houve participação de 17 alunos de graduação em atividades de I.C. ou Monitoria para 122 alunos habilitados (exclui-se o quantitativo de alunos de último período, conforme normas vigentes). Resultado $17 / 122 = 0,13$.

Resultado: Taxa de participação de alunos do Ensino Superior em atividades de monitoria e iniciação científica					
2015	2014	2013	2012	2011	2010
0,13	0,03	0,03	0,09	X	0,02

Análise crítica:

A instalação dos programas de apoio é recente, mas já está alavancando uma maior participação de alunos. No entanto, deve-se ressaltar que o cômputo contempla apenas Iniciação

Científica, uma vez que, apesar de normatizada, ainda não foi operacionalizada a prática da Monitoria.

10. Avaliação do curso de Graduação do INES segundo egressos

Objetivo: aferir a adequação da proposta curricular e das competências construídas no curso de graduação em Pedagogia do INES em relação à empregabilidade e às habilidades e competências requeridas no exercício profissional com base na percepção de seus egressos, como um balizamento para intervenções que se mostrem necessárias em termos de: currículo; planos de ensino; metodologias; perfil / qualificação do corpo docente; prontidão para a educação bilíngue; recursos didáticos, etc.

Horizonte: ampliar gradativamente a percepção positiva por parte dos egressos por meio de ações que aperfeiçoem o planejamento e desenvolvimento do curso de Pedagogia do INES.

Equação básica: percentuais médios obtidos a partir do posicionamento de egressos com respeito a afirmações sobre o curso bilíngue de graduação em Pedagogia do INES:

Com relação ao curso de Pedagogia do INES, de que você participou, expresse sua opinião com base em sua trajetória no curso e posterior inserção (ou não) no trabalho:

1. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram ótimas condições de empregabilidade e foram fundamentais para que eu alcançasse uma excelente inserção profissional, mostrando-se altamente relevantes para um exercício profissional competente.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

2. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram boas condições de empregabilidade, foram importantes para que eu alcançasse uma boa inserção profissional e se mostraram em boa medida condizentes com o que é requerido para um bom exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

3. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram razoáveis condições de empregabilidade e contribuíram para minha inserção no trabalho, mostrando-se adequados ao que é requerido no exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

4. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram pouca condição de empregabilidade e inserção profissional, mostrando-se aquém do que é requerido para o exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

5. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, não me asseguraram condições de empregabilidade e inserção profissional, mostrando-se incompatíveis ou insuficientes em relação ao que é requerido para o exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

Análise crítica: Encontra-se em pauta a formulação de uma Política de Acompanhamento de Egressos, que dará origem a uma sistemática de gestão da informação capaz de nutrir com dados o correspondente indicador.

REFERENCIALIDADE NA ÁREA DA SURDEZ

1. Índice de efetividade da ação do INES na transição do diagnóstico de surdez à escolarização formal

Objetivo: Aferir em que medida o atendimento em saúde auditiva ofertado pelo INES à comunidade tem concorrido para a efetivação do direito de pessoas surdas à educação.

Horizonte: Ampliar gradativamente, por meio da ação institucional e interinstitucional, a contribuição da ação diagnóstica do INES na área da surdez para a efetivação dos direitos de pessoas surdas à educação.

Equação básica: Número de pessoas de 0 a 14 anos de idade com surdez diagnosticada pela Divisão de Audiologia do INES – DIAU que foram encaminhadas formalmente para matrícula na Educação Infantil e no Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) – do INES ou de outras instituições escolares – dividido pelo número de pessoas de 0 a 14 anos de idade com surdez diagnosticada pela DIAU-INES.

Observação: Em 2014, o INES construiu formulários que são preenchidos no ato de agendamento / atendimento em audiologia, para nutrir com dados este Indicador. Os dados já começaram a ser coletados e mostram uma ampliação no percentual de atendimentos relacionados direta ou indiretamente relacionados ao acesso e permanência na escola por parte de crianças em idade de escolarização:

Quadro IV: Diagnóstico da surdez e acesso ou permanência na escola

	Total de pessoas atendidas			
--	-----------------------------------	--	--	--

Ano	Da comunidade	Alunos do INES	Bebês para teste da orelhinha	Crianças de até 12 anos	Percentual de atendimentos relacionados à escolarização
2013	3.506	581	1.550	1.067	78% (3.198 / 4.087)
2014	3.094	994	1.587	986	87% (3.648 / 4.088)
2015	2.667	457	1.033	837	74% (2.327 / 3.124)

2. Índice de efetividade da ação do INES na transição do diagnóstico de surdez ao Trabalho Decente

Objetivo: Aferir em que medida o atendimento em saúde auditiva ofertado pelo INES à comunidade tem concorrido para a efetivação do direito de pessoas surdas ao Trabalho Decente.

Horizonte: Ampliar gradativamente, por meio da ação institucional e interinstitucional, a contribuição da ação diagnóstica do INES na área da surdez para a efetivação dos direitos de pessoas surdas ao Trabalho Decente, abrangendo, para esses sujeitos, as situações de: ingressar na Educação Profissional ou Formação Inicial / Continuada regular, inclusive por meio de Bolsa-Formação do Pronatec; firmar Contrato de Aprendizagem (maiores de 14 e menores de 24 anos, nos termos da Lei 11.180, de 2005); firmar Contrato de Trabalho, ainda que em regime de experiência (maiores de 16 anos, nos termos da CLT); participar de processo de reabilitação profissional (art. 203 da Constituição; Decreto 129, de 1991, que promulga a Convenção 159, da OIT; Decreto 3.048, de 1999).

Equação básica: Número de pessoas com idade mínima de 14 anos, com surdez diagnosticada pela DIAU-INES, que foram encaminhadas para: matricular-se em curso de Educação Profissional ou Formação Inicial / Continuada regular, inclusive por meio de Bolsa-Formação do Pronatec; firmar Contrato de Aprendizagem; firmar Contrato de Trabalho, ainda que em caráter de experiência; ou participar de processo de Reabilitação Profissional junto ao INSS, dividido pelo número de pessoas com idade mínima de 14 anos, com surdez diagnosticada pela DIAU-INES.

Observação 1: Os postulados da Organização Internacional do Trabalho relativos ao Trabalho Decente foram adotados pelo Governo do Brasil ao assinar Memorando de Entendimento com aquela Organização em 2003. No documento *Dimensão tática: programas temáticos*, do PPA 2011-2015, está registrado que:

Os desafios da inserção social e do acesso ao trabalho não serão totalmente superados se as formas de trabalho não contemplarem a dignidade e o respeito ao cidadão, o que se traduz em um **trabalho decente** e com qualidade, entendido como aquele adequadamente remunerado, exercido em conformidade com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário, em condições de equidade e segurança, capaz de garantir vida digna a trabalhadores e suas famílias. (...) [No período abarcado pelo PPA, o Brasil deverá promover] um diálogo entre setor público e privado, além da sociedade civil, em favor de um modelo de gestão que atribua ao trabalho e ao emprego, em suas mais variadas vertentes e as diversas formas de inserção produtiva, a condição de valor central (...) [incluindo] a oferta de cursos de qualificação social e profissional, **priorizando** [entre outros segmentos] as **pessoas com deficiência**. (BRASIL, 2012)

Observação 2: Na passagem de 2013 a 2014, quando se iniciou o registro para esse indicador, foi apurada a seguinte relação entre o atendimento audiológico de jovens e adultos realizado pelo INES e a utilização desse atendimento pelos usuários desse serviço para o acesso ou a permanência no trabalho.

Quadro V: Atendimentos audiológicos e acesso ou permanência no trabalho

Ano	Jovens e adultos atendidos em exames audiológicos	Jovens e adultos atendidos em exames audiológicos para acesso ou permanência no trabalho	Resultado em termos percentuais
2013	1.470	587	40%
2014	1.515	885	58%

3. Taxa de sucesso em Curso de Libras

Objetivo: aferir em que medida o ensino de Libras desenvolvido pelo INES tem assegurado permanência e conclusão com bom aproveitamento.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de alunos que concluem com sucesso sua aprendizagem de Libras em curso ministrado pelo INES.

Equação básica: número de concluintes com aproveitamento do Curso de Libras nos dois semestres letivos, dividido pelo número de matriculados nos dois semestres letivos.

Resultados: 909 concluintes / 1.244 matriculados = **0,73**.

Análise crítica:

O resultado alcançado, de 73% dos alunos matriculados concluírem o Curso de Libras, pode ser considerado positivo, embora aquém do exercício anterior (87%). O número de desistentes no Curso de LIBRAS, segundo o relato dos alunos, está relacionado principalmente à situação socioeconômica, agravada pela atual crise e situação de desemprego crescente. O gasto com passagens é apontado como principal motivo de desistência e/ou trancamento da matrícula.

Entre 2014 e 2015, foi resolvido o problema de terceirização por meio de um Concurso Público: todos os professores de Libras do INES passaram a ser professores concursados, o que concorre positivamente para o sucesso do Curso.

4. Índice de qualificação da produção editorial científica do INES na área da surdez

Objetivo: aferir em que medida o produto editorial *Espaço*, informativo científico do INES a partir da nova Política Editorial – que visa difundir o conhecimento resultante de pesquisa na área da surdez – atende aos requisitos estipulados pelo Sistema Qualis, da Coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, para passar do Grau B4 para o Grau B3 até 2015. Buscar melhores resultados na avaliação do periódico científico institucional favorecerá a democratização do acesso à informação e ao conhecimento (via disponibilização on-line e indexação em bases de dados), em observância às diretrizes da Lei 12.527, de 2011 (art.3º, incisos II: “divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações” e III: “utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação”), bem como a captação e divulgação de artigos originais de pesquisadores de ponta na área da surdez, em cumprimento ao papel do Instituto como Centro de Referência.

Horizonte: elevar o resultado da avaliação do período científico *Espaço*, do INES, no Sistema Qualis, da Capes, de B4 para B3 até 2015, por meio do cumprimento anual dos critérios próprios do Grau almejado. A meta é alcançar e manter o resultado 1, que indicará que todos os 10 quesitos estão plenamente atendidos.

Equação básica: número de itens plenamente atendidos pelo periódico científico *Espaço*, do INES, em relação aos critérios estipulados para o Grau B3 no Qualis Capes, dividido pelo total de 10 (dez) critérios estipulados para o Grau B3 no Qualis Capes, a seguir discriminados:

- “1 – (X) É publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica;
- 2 – (X) Atende às normas editoriais da ABNT ou equivalentes (no exterior);
- 3 – (X) Tem circulação nacional;
- 4 – (-) Está disponível on-line;
- 5 – (X) Possui periodicidade mínima de 2 números anuais;
- 6 – (X) Apresenta regularidade na edição dos números;
- 7 – (-) Possui conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições;
- 8 – (X) Publica ao menos 12 artigos por ano, com diversidade institucional dos autores;
- 9 – (X) Pelo menos 40% de artigos estão vinculados a, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico;
- 10 – (-) Está indexado em, pelo menos, 2 bases de dados nacionais ou internacionais.”

Observações: 1. Nos termos do sítio < <http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis> >:

“Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero.”

2. Nos termos do Documento de Área - Educação, disponível no sítio < <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam> >, os critérios que possibilitam a um periódico alcançar a classificação B3 são os seguintes:

“Publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalentes (no exterior). Ter circulação nacional por meio de assinaturas/permutas, no caso de revistas apenas impressas, sendo recomendado que esteja disponível on-line. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais de diferentes instituições . Publicar no mínimo 12 artigos por ano, garantindo diversidade institucional dos autores; pelo menos 40% de artigos devem estar vinculados a, no mínimo, 3 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Estar indexado em, pelo menos, 2 bases de dados nacionais ou internacionais.”

Resultados: vide preenchimento dos quesitos acima: 70%.

Análise crítica:

O Resultado de 70% de atendimento dos critérios sinaliza a possibilidade de se alcançar, no médio prazo, uma elevação no Grau obtido no Sistema Qualis. Para tanto, encontra-se em análise minuta de Política Editorial para o Instituto, a ser divulgada, debatida e votada em 2015. O Instituto, e particularmente o Departamento onde se desenvolvem as ações da Comissão Editorial, passou a contar com Tradutor e Intérprete de Libras e o Instituto passou a contar com uma jornalista também concursada. O INES busca, junto ao Ministério do Planejamento cargos para o Quadro de Pessoal do INES relacionados ao seu papel editorial, incluindo Revisor de Texto, Fotógrafo; Web Designer, etc.

5. Índice de democratização do acesso ao conhecimento e à informação na área da surdez, produzido e/ou disseminado pelo INES.

Objetivo: aferir em que medida os conhecimentos e informações gerados e/ou veiculados pelo INES via produção editorial (vídeos institucionais, anais de eventos, livros, publicações avulsas, periódicos escaneados ou em versão eletrônica, documentos históricos, etc.) têm seu acesso democratizado – em cumprimento ao papel do Instituto como Centro de Referência e em observância às diretrizes da Lei 12.527, de 2011 (art.3º, incisos II: “divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações” e III: “utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação”), no sentido de estarem disponíveis para visualização e/ou *download* no Portal do Instituto na internet, observadas as normas de acessibilidade e respeitados os direitos autorais e demais dispositivos legais vigentes.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de itens da produção editorial do INES disponíveis no Portal do Instituto na internet.

Equação básica: número de itens (títulos) da produção editorial do INES plenamente disponíveis no Portal do Instituto na internet dividido pelo número de itens (títulos) catalogados da produção editorial do INES.

Resultados: Segundo dados de 2015, os títulos disponíveis da produção editorial do INES são 12 (doze), 5 em texto e 7 em vídeo, a saber:

1. TEXTO

- Arqueiro (periódico técnico)
- Espaço (periódico técnico-científico)
- Fórum (registro de evento)
- Série Histórica (documentos históricos do acervo)
- Material informativo para os pais: Conhecendo a Surdez

2. VÍDEO

- Arca de Noé
- Dicionário de Libras
- Implante Coclear
- Surdocegueira
- João e Maria em Libras
- Linguagem e Cognição (versão em Libras de uma obra acadêmica)
- Música Brasileira em Língua de Sinais: História, Política, Cultura

Desses 12 títulos existentes em estoque físico, apenas 2 (dois) encontram-se disponíveis no Portal do Instituto na rede mundial de computadores ou via link para o sítio eletrônico da TV INES, o que corresponde a **17%**.

Análise crítica:

Encontra-se em reformulação o Portal do INES na internet e, além disso, prevê-se a disponibilização de todos os conteúdos nos próximos anos por meio da TV INES, web TV do Instituto (parceria INES/ACERP). Produções do INES de anos anteriores, em especial da Série Educação de Surdos (Curso de Libras, Histórias Infantis, etc.) permanecem disponíveis no sítio da TV INES.

6. Taxa de qualificação de profissionais ligados à educação de surdos por meio de eventos locais, nacionais e internacionais promovidos pelo INES.

Objetivo: aferir em que medida os eventos promovidos pelo INES para a difusão de conhecimentos e informações na área da surdez alcançam profissionais ligados à educação de surdos – professores, intérpretes, fonoaudiólogos, gestores de escolas, equipe dos Centros de Formação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS de todo o Brasil, entre outros – com vistas a qualificar o atendimento das pessoas surdas em todo o Brasil.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação plena – inscrição, frequência e conclusão com suficiente aproveitamento – de profissionais ligados à educação de surdos nos eventos promovidos pelo INES.

Equação básica: número de profissionais ligados à educação de surdos que alcançaram participação plena nos eventos locais, nacionais e internacionais (Fóruns, Encontros, Seminários, Congressos, etc.) promovidos pelo INES para a difusão de conhecimentos e informações na área da surdez, dividido pelo total de participantes efetivos desses eventos.

Resultados: 3.196 profissionais ligados à educação de surdos de todo o Brasil foram capacitados por meio de ações do Instituto, incluindo 1 congresso internacional, 1 seminário na Região Norte (11 municípios atendidos), 2 fóruns no Rio de Janeiro, 14 assessorias técnicas (49 municípios atendidos), 5 palestras, 1 Programa de Prática Profissional e visitas técnicas que acolheram pessoas/profissionais do Brasil (18 Estados) e de 9 outros países. Equação: $3.196 / 3.389 = 0,94$.

Análise crítica:

O resultado de **94%** deve-se a um esforço de definição de foco – na apresentação de eventos como congressos e fóruns, indicar o público alvo, para evitar a inscrição de pessoas que acabam não participando com proveito (alunos muito jovens; amigos ou parentes de surdos); o mesmo no estabelecimento de parcerias para seminários e assessorias técnicas – sendo deduzido o evento que contou majoritariamente com a presença de pais de alunos (Encontro de Pais de Surdos).

7. Participação de profissionais ligados à educação de surdos em ações de cooperação técnica com Estados e Municípios, promovidas pelo INES.

Objetivo: aferir em que medida as ações de cooperação técnica com Estados e Municípios – promovidas pelo INES para apoiá-los na formulação e implementação de políticas públicas nessa área, visando à inclusão social e educacional das pessoas surdas, e para a difusão de conhecimentos e informações – têm alcançado profissionais ligados à educação de surdos – professores, intérpretes, fonoaudiólogos, gestores de escolas, equipe dos Centros de Formação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS de todo o Brasil, entre outros – com vistas a qualificar o atendimento educacional das pessoas surdas em todo o Brasil.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação plena – inscrição, frequência e conclusão com aproveitamento – de profissionais ligados à educação de surdos nas ações de cooperação técnica do INES com Estados e Municípios – Seminários, Assessorias Técnicas (de responsabilidade do INES), Palestras de profissionais do INES em eventos locais, a convite dos organizadores, bem como Visitas Técnicas ao INES.

Equação básica: número de profissionais ligados à educação de surdos que alcançaram participação plena nas ações de cooperação técnica promovidas pelo INES dividido pelo total de participantes nessas ações.

Resultados: Equação: $1.730 / 1.730 = 1,0$.

Análise crítica:

O índice de 100% reflete o interesse despertado, bem como sinaliza a efetivação do papel do INES como centro de referência nacional na área da surdez. Em 2015, em termos de cooperação técnica no Brasil, o INES promoveu 1 seminário, 14 assessorias técnicas e 5 palestras. Além disso, recebeu profissionais de todo o Brasil e até do exterior em visitas técnicas supervisionadas. Deve-se trabalhar para manter a participação desse público específico e ampliar a realização de Seminários nas regiões que mais necessitem.

3 GOVERNANÇA

3.1 Estrutura de governança

Tomando por base a referência a conselho de administração, entendemos que o Conselho Diretor previsto no Regimento Interno da Instituição cumpre funções semelhantes, uma vez que, com ampla representatividade – direção, docentes, discentes, técnicos administrativos e pais de alunos – tem como competências: a proposição de diretrizes de funcionamento; o parecer sobre proposta orçamentária; a participação no planejamento estratégico e no acompanhamento de sua execução; o estabelecimento de critérios para a realização de concursos; a concepção de requisitos e normas de avaliação de desempenho, progressão, mudança de regime de trabalho de técnicos e docentes, etc. Suas regras são estabelecidas em regimento próprio.

O INES mantém as seguintes Comissões:

- Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD): A criação de uma Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) em cada instituição federal de ensino reporta-se ao Decreto nº94.664, de 1987. Tendo passado por mais algumas regulamentações durante esse período, atualmente as Leis nº12.772 e 7.806, ambas de dezembro de 2012, definem que a CPPD deve “prestar assessoramento ao colegiado competente ou ao dirigente máximo na instituição de ensino, para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente”;
- Comissão Própria de Avaliação (CPA): A legislação básica que fundamenta a avaliação institucional é a seguinte: Lei 9.394/1996 (LDB); Lei 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e as atribuições da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES; Portaria MEC nº 2.051/2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES. As competências da CPA são:
 - sensibilizar a comunidade interna para a importância da autoavaliação institucional;
 - escolher a metodologia da aplicação de uma avaliação institucional voltada para o INES;
 - avaliar o INES de forma global, tendo em vista o permanente aperfeiçoamento das atividades fim e meio, bem como sua integração;
 - avaliar a qualidade do processo pedagógico;
 - apresentar à comunidade interna, convidando a comunidade externa para os momentos de apresentação, os resultados das avaliações do INES;
 - manter os relatórios da CPA disponíveis no site do INES.

Com respeito aos demais Comitês, temos a informar que:

- 1) em 2015, o Instituto constituiu seu Comitê de Tecnologia da Informação, visando à implementação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), elaborado em 2014. A realização sistemática de concursos públicos para Analista e Técnico de TI superou por completo as pendências com terceirizações nessa área considerada estratégica. Adicionalmente, cumpre informar que, nos termos das diretrizes de Política de Segurança em TI do PDTI/INES, o Instituto

passou a utilizar, em 2015, ferramenta de segurança tecnológica (antivírus) adquirida em 2014, com softwares licenciados por 36 meses;

- 2) em 2015, foi nomeado engenheiro concursado, que passou a analisar propostas e projetos de obras, e foi instituída, via Portaria, uma Comissão de Fiscalização de Obras. Encontra-se pendente a efetivação do Plano Diretor de Obras;
- 3) Em 2015, iniciou-se a discussão acerca de proposta de constituição do Conselho Escolar do Colégio de Aplicação do INES, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como mecanismo de gestão democrática;
- 4) Foi protocolado pedido de registro do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto (CEP-INES).

No tocante às ações de correição, os Processos Administrativos Disciplinares têm sido instaurados para apuração de ocorrências no âmbito da Unidade, e vem sendo utilizado regularmente o sistema CGUPAD.

Temos a informar, por fim, que em atendimento a diretrizes vigentes e a recomendações dos órgãos de controle, o INES adquiriu e instalou, no exercício de referência, um Sistema de Almoarifado e Patrimônio, para o qual vem sendo realizada capacitação desde 2014.

3.2 Atuação da unidade de auditoria interna

O INES ainda não pôde implantar sua Unidade de Auditoria Interna em 2015, considerando ter enfrentado grave carência no quadro de pessoal, sanada, em parte, somente a partir de outubro de 2014 e ao longo de 2015, quando teve início o provimento em caráter efetivo de candidatos aprovados no concurso regido pelo Edital nº 29/2013 (DOU de 30/12/2013). Além disso, faz-se necessário retomar as discussões para atualização do Regimento Interno do INES, a fim de redimensionar suas ações e sua estrutura.

3.3 Sistema de correição

As atividades de correição no âmbito desta UPC acontecem regularmente, observados os normativos em vigor, inclusive no tocante à utilização do sistema CGUPAD.

3.4 Avaliação do funcionamento dos controles internos

Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UPC são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UPC é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				

5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	X				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UPC na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UPC.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UPC.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da UPC estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UPC ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UPC, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UPC são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UPC possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UPC são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UPC é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UPC são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UPC é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UPC, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UPC, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UPC é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UPC tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x			
30. O sistema de controle interno da UPC tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		x			
Análise crítica e comentários relevantes: Como se percebe, algumas barreiras ainda precisam ser ultrapassadas para o alcance da efetividade das ações de controle interno. O sucesso na implantação de planos que tendem a modificar rotinas e comportamentos depende, inquestionavelmente, de forma como são conduzidos. Assim, para que tenhamos um efetivo controle interno integrado na nossa Instituição, há que se tomar medidas corretivas ou complementares, a fim de adequar e integrar toda a estrutura administrativa ao sistema. Em 2015 foram nomeados e empossados 09 servidores do quadro administrativos em educação do concurso público realizado no final de 2013; na área de TI houve a aprovação e publicação do PDTI. Destacamos ainda a necessidade de formalizar os procedimentos relativos aos controles internos. Para tornar a informação tempestiva e acessível, considerando que temos um quadro de servidores e usuários composto de pessoas surdas e ouvintes, em 2015 foi dada a continuidade a contratação da Empresa Viavel, que é a única no mercado, em solução tecnológica para comunicação com surdos e pessoas com reduzida capacidade de audição, por meio de equipamentos de videoconferência. Por fim, registramos que algumas iniciativas já definem claramente as responsabilidades delegadas aos respectivos agentes, como no caso dos fiscais dos contratos celebrados pela Unidade.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UPC.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UPC, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UPC.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UPC, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UPC.					

3.5 Ambiente de atuação

O ambiente de atuação do INES é de dupla natureza: o Instituto é, ao mesmo tempo, participante de processos de formulação de políticas públicas educacionais em nível nacional e ofertante de serviços educacionais em nível local. Isso demanda dupla expertise: acerca dos marcos jurídicos, políticos, teóricos e metodológicos concernentes à educação de surdos no mundo e no Brasil, e acerca das melhores práticas pedagógicas relacionadas a esse alunado.

O cenário no qual se insere o Instituto é complexo. Com quase 160 anos de existência, o que começou como pequena escola no Império é hoje um centro de referência nacional que oferta educação desde a estimulação de bebês até a pós-graduação. Nesse cenário, sua atuação nem sempre é bem compreendida, dadas suas especificidades históricas.

O INES já foi uma instituição asilar e segregadora, mas nem sempre e não apenas isso – tanto que nas décadas de 50 e 60 do século passado qualificou professores de todo o Brasil para o atendimento escolar de alunos surdos. Mas desde meados da década de 90 do século XX, teve seu papel redefinido na perspectiva de colaborar com os sistemas de ensino na quebra de barreiras a esses alunos e de promover a autonomia e a emancipação dos surdos como cidadãos e, cada vez mais, como integrantes de uma comunidade linguística brasileira – notadamente a partir da Lei 10.436/2002 e do

Decreto 5.626/2005, que reconheceram e dispuseram sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

As políticas educacionais vigentes definem como caminho prioritário a construção de escolas inclusivas, abertas e capacitadas ao atendimento da diversidade de seus alunos, incluindo aqueles com deficiência auditiva e com surdez.

E o ambiente de atuação do INES contempla o apoio à implantação dessas políticas, por meio:

- da formação e qualificação de docentes surdos e ouvintes (em nível de graduação e pós-graduação), no plano local (cursos presenciais) e nacional (curso a distância para polos de todo o País);
- da produção e socialização em nível local e nacional de conhecimento técnico e científico na área da surdez e da educação de surdos;
- da concepção, desenvolvimento e distribuição gratuita aos sistemas de ensino de materiais de apoio aos profissionais que atuam com alunos surdos ou com deficiência auditiva;
- da cooperação técnica com os sistemas de ensino na construção e implementação de suas políticas relacionadas a esse segmento da população;
- do apoio à consolidação e difusão da Língua Brasileira de Sinais, por exemplo, por meio da web TV bilíngue – Libras e Português – acessível de diferentes formas.

Ao mesmo tempo, deve-se realçar que o INES, como instituição de ensino, busca definir e aperfeiçoar sua identidade como referência em Pedagogia Bilíngue, sintonizada com as demandas de identidade linguística e cultural das comunidades surdas brasileiras, amparadas na legislação acima citada e, sobretudo, no Decreto 6.949, de 2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Com base no exposto, o cenário atual sinaliza que a missão do INES tem dois vetores:

- 1) apoiar os sistemas de ensino para que sejam construídas e consolidadas escolas públicas cada vez mais aptas a receber e atender com qualidade e acessibilidade o aluno surdo;
- 2) subsidiar a construção de uma política nacional de educação bilíngue – o que o Instituto vem fazendo, ao tomar parte em Grupo de Trabalho constituído pelo Ministério da Educação para esse fim – que contemple escolas bilíngues pautadas nas reivindicações das comunidades surdas brasileiras, ao mesmo tempo tentando tornar-se uma escola bilíngue de referência.

3.6 Gestão de riscos e controles internos

A seguir, descrevemos os principais riscos ou obstáculos ao cumprimento dos Objetivos Estratégicos, bem como as correspondentes ações adotadas para enfrentá-los:

Riscos ou obstáculos ao cumprimento dos Objetivos Estratégicos	Ações implementadas para mitigar os riscos ou obstáculos identificados
a) Havia significativo déficit, na força de trabalho, em diversas áreas fundamentais para os Objetivos	Com a distribuição dos cargos criados pela Lei 12.677, de 2012, e após negociações em Brasília, o

<p>Estratégicos, como Professor do Magistério Superior e Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Na Educação Superior, o risco relaciona-se ao reduzido número de professores efetivos no quadro e ao compromisso do INES de conduzir um curso de Pedagogia na modalidade a distância para todo o Brasil; na Educação Básica, o risco relaciona-se ao grande número de docentes em vias de se aposentar.</p>	<p>INES obteve a autorização para provimento de vagas. Foram publicados dois editais de concursos públicos: nº 09/2012 e nº 29/2013. Pelo primeiro, foram aprovados e nomeados 22 Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Pelo segundo Edital, foram nomeados e empossados 28 professores do quadro de Magistério Superior e 41 professores para o Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.</p>
<p>b) Incapacidade da instalação elétrica do Instituto de atender com eficácia e segurança às necessidades de todos os setores, com risco de mau funcionamento ou desligamento de equipamentos.</p>	<p>Em 2014, foi instalada uma nova subestação de energia elétrica para atender às necessidades de todo o Instituto e, além disso, foi realizada instrução processual completa para conclusão dos trabalhos inerentes à reforma elétrica de alta e baixa tensão do Instituto, iniciada em 2012. Em 2015, iniciaram-se os trabalhos de reforma elétrica, sob supervisão de engenheiro habilitado.</p>
<p>c) Dificuldade de acompanhamento técnico das obras estruturais, considerando-se a falta de profissional habilitado e de comissão especificamente dedicada a essa tarefa.</p>	<p>Em 2015, foi nomeado engenheiro civil e foi constituída Comissão de Fiscalização de Obras, que vem se reunindo regularmente.</p>
<p>d) A falta de Tradutores e Intérpretes Libras / Língua Portuguesa efetivos para a Educação Básica e a Educação Superior levava ao risco de interrupção das atividades letivas, uma vez que a instituição estava (e está) submetida ao imperativo de substituir integralmente os terceirizados.</p>	<p>Nos termos do Edital nº 9/2012, foram providas por meio de concurso público 28 vagas de Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, e nos termos do Edital nº 29/2013, foram nomeados e empossados, em 2014 e 2015, 26 candidatos aprovados e classificados para esse cargo.</p>
<p>e) As condições estruturais do edifício e mobiliário que abrigavam a Biblioteca do Instituto colocavam em risco o valioso acervo, considerado de referência na área da surdez.</p>	<p>Em 2014, concluiu-se a reforma e restauro do edifício da Biblioteca INES, com o cumprimento de todas as exigências da Prefeitura do Rio de Janeiro. Em 2015, iniciou-se processo de organização do acervo histórico do INES, bem como de seu arquivo, devendo iniciar-se em 2016 processo de restauração de itens raros.</p>
<p>f) Havia sério risco à segurança da informação e ao próprio desenvolvimento das atividades do Instituto por conta de desatualização de ferramentas de proteção.</p>	<p>Em 2014, o INES concluiu a elaboração de seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e, em atendimento às suas diretrizes de Política de Segurança em TI, foi adquirida ferramenta de segurança tecnológica (antivírus), com softwares licenciados por 36 meses. Em 2015, foi constituída Comissão de Tecnologia da Informação.</p>

3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 Canais de acesso do cidadão

A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidenta da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios

Em sintonia com esse dispositivo, o PDI INES 2012-2016 contempla, como um dos objetivos estratégicos da Instituição, “construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, com ênfase na perspectiva (...) do bom atendimento ao cidadão; da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor; da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores; da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas”.

Em 2013, foram implantados a Ouvidoria Institucional e o Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Em ambos os serviços, são asseguradas acessibilidade arquitetônica e de comunicação (Libras), bem como infraestrutura e espaço físico adequados. Os resultados são relatados e considerados nas instâncias competentes.

Por meio da Ouvidoria, o INES vem recebendo e respondendo consultas de alunos, professores, funcionários e público externo regularmente, na forma da Lei, de maneira presencial, por telefone e por meio de link no Portal na internet. Igualmente, encontra-se em funcionamento a Ouvidoria do Servidor, que recebe e encaminha demandas de cidadãos servidores públicos. Em 2014, foram 14 atendimentos, a maior parte (10 atendimentos, ou 75%) relativa ao Colégio de Aplicação.

Em relação ao e-SIC, que visa facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas e também possibilitar o recebimento de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, houve 21 atendimentos em 2015, 88% de Rio de Janeiro e Distrito Federal, assim distribuídos: 7 perguntas (30%) para Governo e Política – Administração Pública (concursos, gestão de recursos humanos); 3 para Educação – profissionais da educação (sobre Exame ProLibras); 3 para Educação – métodos e meios de ensino e aprendizagem (pedidos de materiais) e 2 para Ciência, Informação e Comunicação – gestão, preservação e acesso (acesso a documentos do Instituto).

A TV INES, primeira Web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa – do Brasil – criada em 2013, acessível por dispositivos Desktop, Mobile e Tablet, passou, no ano passado a transmitir também via satélite – teve, em 2015, mais de 625 mil visualizações, 80% a mais do que em 2014. A TV alcança principalmente jovens (de 18 a 24 anos, 29%) e adultos (de 25 a 59 anos, 63%), com quase 70% de público feminino, destacando-se o sucesso do Curso de Libras. Em 2015, a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp) recebeu o Prêmio *Direitos Humanos 2015*, na categoria "Inclusão da Pessoa com Deficiência", pelo projeto da TV INES, iniciativa idealizada pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). A honraria consiste na mais alta condecoração do governo brasileiro a pessoas e instituições que se destacam na defesa, na promoção e no enfrentamento às violações dos direitos humanos no país.

O sítio eletrônico do INES, acessível para pessoas surdas (vídeos em Libras) e para pessoas com deficiência visual (síntetizador de voz), disponibiliza, além das informações acerca do Instituto, seus serviços, produtos e eventos e modos de acessá-los, os telefones e e-mails de contato dos responsáveis de cada setor, bem como um mapa de localização do INES.

A imprensa em geral (TV, rádio e jornais) é atendida por jornalista concursada e nomeada no final de 2014, que já está fazendo curso de Libras e inicia colaboração no aperfeiçoamento do sítio eletrônico do INES para torná-lo mais eficaz e amigável no atendimento ao cidadão.

No sítio do INES, em 2015, foram disponibilizados links para os seguintes aplicativos de acessibilidade aos cidadãos:

- Dicionário de Libras Online;
- Link para o sítio < www.deficienteonline.com.br >, com oportunidades de emprego;
- Link para vídeo sobre educação de trânsito para surdos, no sítio do DETRAN-RJ;
- Link para o Guia de Aplicativos do Governo Federal, em <http://www.aplicativos.gov.br/> ;
- Suíte Vlibras, tradutor de conteúdo digital para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), disponibilizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para viabilizar o acesso de pessoas surdas aos conteúdos de computadores, dispositivos móveis e plataformas *web*;
- App TV INES, para acesso à programação da TV INES em smartphones (Android e Apple I-Phone);
- Hand Talk, ferramenta para dispositivos móveis que faz uso de um personagem para converter textos, imagens e áudio para Libras;
- Uni-Libras, dicionário com índice em Libras que permite ao usuário encontrar sinais por meio de vídeos, fotos e palavras. O aplicativo também oferece opções de busca (em Libras ou português) na internet, vídeos com intérprete e download de conteúdos;
- Sintetizador de Voz NVDA, leitor de ecrã, livre e de código aberto, para o sistema operativo Microsoft Windows. As informações do programa são fornecidas através de voz sintética e/ou Braille e permitem, às pessoas com deficiência visual, em igualdade de custos com os restantes indivíduos, aceder ao computador, que está a executar o Windows.

4.2 Carta de serviços ao cidadão

Embora o INES ainda não tenha formalizado a Carta de Serviços ao Cidadão – que será publicada em 2015 – em consonância com o disposto no artigo 4º do Decreto 6.932/2009, as informações claras, precisas e acessíveis (textos em português, vídeos em Libras para alcançar o cidadão surdo usuário da língua de sinais, sintetizador de voz disponível para alcançar o cidadão com deficiência visual e indicação de telefones e e-mail de todos os setores e mapa de localização do INES) relativas aos seguintes serviços/ produtos/ eventos estão disponíveis em seu sítio eletrônico na rede mundial de computadores < www.ines.gov.br >:

- Atendimentos clínicos: avaliação audiológica de bebês, crianças, jovens, adultos e idosos, sempre gratuitos e abertos à comunidade, com indicação da sistemática e telefones para agendamento;
- Ensino público gratuito:
 - Educação Básica: no Colégio de Aplicação do INES (incluindo descrição das etapas ministradas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio –; dos atendimentos específicos a alunos surdos com múltiplas deficiências e demais serviços, como a

qualificação para o trabalho e o encaminhamento ao emprego) – estão informados telefones, dias e horários de atendimento;

- Educação Superior: curso de Graduação em Pedagogia e Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Bilíngue. Estão disponíveis os editais de seleção (em português e em Libras), bem como informações relativas a: infraestrutura existente; recursos de acessibilidade e atendimento prioritário; mecanismos de participação da comunidade acadêmica (colegiado, centro acadêmico); laboratórios e biblioteca (incluindo catálogo online, mapa de localização e contatos telefônicos e via e-mail);
- Cooperação técnica com Estados e Municípios brasileiros: abrange seminários e assessorias técnicas: estão disponíveis as áreas de conhecimento atendidas, a duração de cada atividade, os requisitos materiais e tecnológicos, as normas, formulários, contatos, etc.
- Produtos: publicações impressas, CDs e DVDs produzidos pelo Instituto e encaminhados gratuitamente a instituições de ensino e pesquisa, bibliotecas, etc. Estão descritos: a forma de solicitação; a pessoa responsável; os telefones e o e-mail de contato;
- Eventos: seminários, congressos, fóruns, encontros realizados pelo INES, são sempre noticiados em português e em Libras;
- “Trabalhe conosco”: o cidadão interessado em trabalhar no INES encontrará sempre em formato acessível as informações relativas a concursos públicos, bem como as informações que lhe permitam conhecer o Instituto: história; estrutura e organograma; regimento interno; plano de desenvolvimento institucional; projeto político-pedagógico, etc.

4.3 Mecanismos para medir a satisfação quanto a produtos e serviços

Em 2016, o INES deverá formalizar instrumentos globais que lhe permitam avaliar sistematicamente a satisfação de usuários com seus produtos, serviços e eventos. Não obstante, o Instituto já adota mecanismos para medir a satisfação de cidadãos-usuários.

Temos os seguintes exemplos desses mecanismos:

- Formulários de avaliação por parte do participante são encartados no material fornecido em cada evento realizado pelo INES em todo o Brasil há pelo menos 10 anos: seminários, assessorias técnicas, fóruns, encontros de pais, congresso internacional, etc. Os resultados são tabulados e informados em relatórios setoriais, e tomados como subsídios para decisões futuras;
- A Comissão Própria de Avaliação – CPA – prevista na Lei 10.861, de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – aplica regularmente, desde 2008, questionários de avaliação dos serviços educacionais ofertados pelo INES, respondidos por alunos surdos e ouvintes de graduação e pós-graduação, abarcando qualidade das aulas, relacionamento com professores e demais servidores, infraestrutura existente, etc. Os resultados desses questionários são tabulados e analisados, e compõem documento encaminhado ao MEC em processos de credenciamento, reconhecimentos e reconhecimentos de curso, nos termos da legislação vigente;
- Os Professores do Curso de Libras aberto à comunidade já coletam subsídios a suas atividades por meio de avaliações respondidas por seus alunos acerca de

seu trabalho. A partir de 2015, o mesmo será feito também por docentes do Colégio de Aplicação do INES;

- A TV INES, web TV bilíngue – Libras e Português – mantida pelo Instituto, também fundamenta suas definições de programação a partir do nível de satisfação dos cidadãos-telespectadores, de maneira direta (mensagem) ou indireta (contagem de visualizações, acessos, streaming, etc.).

4.4 Acesso às informações da UPC

O INES disponibiliza, em seu sítio eletrônico na rede mundial de computadores < www.ines.gov.br > e de modo acessível para pessoas surdas, com deficiência auditiva e com deficiência visual, informações relativas a sua atuação consideradas relevantes e úteis ao cidadão que busca, com razão, uma gestão pública transparente. São elas:

- Regimento Interno;
- Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016;
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- Projeto do Curso de Graduação;
- Editais dos processos seletivos do curso de Graduação;
- Projeto Político-Pedagógico do Colégio de Aplicação;
- História do Instituto;
- Relatórios de Gestão;
- Link para o portal Transparência Pública, do Governo Federal, para informações acerca de licitações, despesas e convênios;
- Link para o Portal da Transparência, do Governo Federal, onde é possível acessar informações sobre servidores;
- Editais de concursos públicos em formato acessível;
- Legislação concernente aos direitos das pessoas surdas;
- Contato para imprensa, com jornalista concursada e credenciada;
- Contato para agendamento de visita técnica guiada ao Instituto;
- Legislação concernente ao direito de acesso à informação.

4.5 Avaliação do desempenho da UPC

O INES deverá lançar sua Carta de Serviços ao Cidadão em 2016, e nesse mesmo ano deverá elaborar e aplicar instrumentos que lhe permitam aferir a satisfação dos cidadãos-usuários com seus serviços, produtos e eventos, ampliando o escopo das avaliações de desempenho já indicadas no subitem 3.3, acima, e feitas regularmente pela Instituição.

4.6 Medidas relativas à acessibilidade

Com respeito à acessibilidade por parte de cidadãos surdos ou com deficiência auditiva, nos termos da Lei 10.098, de 2000, do Decreto 5.296, de 2004 e normas ABNT, o INES dispõe de:

- servidores capacitados para realizar atendimento em português oral ou em língua de sinais à pessoa surda que integre a comunidade do INES (alunos, professores, técnicos-administrativos, pais) e à pessoa surda ou com deficiência auditiva que procure o Instituto;

- professores da Educação Básica e da Educação Superior concursados e conhecedores das particularidades linguísticas relacionadas à surdez e à deficiência auditiva, inclusive no tocante à avaliação de conhecimentos a partir da produção escrita do aluno surdo, e todos com curso de Libras concluído ou em andamento;
- garantia da atuação de qualificados e concursados Tradutores e Intérpretes de Libras em atividades pedagógicas – ensino, pesquisa e extensão –, administrativas, artístico-culturais e científicas no âmbito da Educação Básica, da Educação Superior e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, alguns deles habilitados a atuar também como guias-intérpretes para acessibilidade de pessoas surdocegas;
- garantia de registro em vídeo de avaliações e monografias apresentadas em Língua de Sinais, com apoio de Tradutores e Intérpretes de Libras;
- inserção da Libras como disciplina no Ensino Fundamental e também no curso de graduação em Pedagogia;
- adoção de práticas da Pedagogia Visual reivindicadas pelo movimento social surdo e por pesquisadores para promover a acessibilidade linguística do aluno surdo;
- contratação de solução tecnológica (central de intermediação) para tradução e interpretação em Libras por meio da atuação de profissionais e de equipamento de videoconferência, que substitui com vantagem o telefone adaptado;
- manutenção de um sítio eletrônico totalmente acessível para cidadãos surdos e com deficiência auditiva, em que os conteúdos relevantes a esses segmentos (apresentação do Instituto, História, Regimento Interno, Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto político-Pedagógico, etc.) são apresentados em texto e em vídeo (Libras);
- disponibilização de dicionário virtual de Libras no sítio eletrônico do Instituto;
- produção e distribuição de materiais de apoio à educação de surdos, destinados a promover a acessibilidade a conteúdos pedagógicos e outros nas práticas pedagógicas do próprio Instituto e encaminhados gratuitamente aos sistemas de ensino de todo o Brasil;
- divulgação da produção científica recente em educação de surdos em evento internacional de periodicidade anual, em que é assegurada interpretação para a língua brasileira de sinais;
- concepção e desenvolvimento de uma web TV bilíngue – Libras e Língua Portuguesa – que estende seu alcance à rede mundial de computadores, a tablets, celulares, smartphones e TVs digitais e que é apresentada prioritariamente em Língua de Sinais (mas também com a sonorização cabível e legenda), levando informação, cultura e entretenimento ao cidadão surdo ou com deficiência auditiva;
- sinalização luminosa em elevador para indicação a essas pessoas;
- produção de conteúdos e mídias específicos em estúdio próprio (Laboratório de Novas Tecnologias) para viabilizar a acessibilidade linguística de alunos: resenhas, resumos, apresentações, palestras, etc., gravados em vídeo por pessoas surdas ou Tradutores e Intérpretes de Libras;
- construção, com base em estudos e pesquisas, de glossário de termos acadêmicos em núcleo de pesquisa com participação de profissionais surdos, Tradutores e Intérpretes de Libras, linguistas, professores do ensino superior e do CAP INES, etc. – projeto Manuário – Dicionário Acadêmico Bilíngue Libras/Português.

No tocante à acessibilidade por parte de cidadãos com deficiência visual ou com deficiência física e mobilidade reduzida, com base na aludida legislação, o INES contempla, para o período de vigência do PDI:

- assento de uso preferencial sinalizado nos auditórios do Instituto;
- elevador adaptado para acesso a palco, coxias e camarins no auditório do Instituto;
- pessoal capacitado para atender pessoas com deficiência visual;
- reserva de vagas sinalizadas no estacionamento da instituição, próximas ao prédio principal e ao prédio do Ensino Superior, para veículos que transportem pessoas com deficiência;
- disponibilização de área especial para embarque e desembarque dessas pessoas;
- atuação assegurada de Guia-Intérprete para pessoas surdocegas, uma vez que há Tradutores e Intérpretes de Libras concursados na Instituição que possuem qualificação para essa função;
- autorização para entrada de cão-guia para deficientes visuais;
- docentes que fizeram cursos nas áreas da deficiência visual e da surdocegueira, considerando que crianças surdocegas são atendidas no Instituto;
- existência de veículo leve movido a energia elétrica que serve para transporte na área do INES de pessoas com deficiência visual, física ou com mobilidade reduzida ou alunos surdos com múltiplas deficiências;
- participação de pessoas cegas e surdocegas em eventos do INES, sendo assegurada a atuação de guias-intérpretes quando demandado;
- garantia, para candidatos com deficiência visual, de prova ampliada e leitor no processo seletivo ao Curso Bilíngue de Pedagogia do INES;
- indicação sonora e em Braille dos andares no elevador do prédio da Educação Superior do INES.

5 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas referentes ao 4º trimestre de 2015

Revisão analítica do Balanço Patrimonial

Abaixo, será demonstrado o extrato dos principais grupos que compõem o balanço patrimonial com as respectivas análises de suas variações ocorridas durante o quarto trimestre de 2015:

Revisão Analítica do ATIVO (Balanço Patrimonial)

UG Executora	CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento CCon - Título (4)	30/09/2015		Diferença		DEZ/2015		
				Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AH%	Saldo Atual - R\$	AV%	
152005	INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS-RJ	ATIVO CIRCULANTE	CAIXA E EQUIVALENTES EM MOEDA NACIONAL	786.211	0,41%	(31.800)	-4,04%	754.412	0,39%	
			Total	786.211	0,41%	(31.800)	-4,04%	754.412	0,39%	
			DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0	0,00%	23.261	100,00%	23.261	0,01%	
		ATIVO NAO CIRCULANTE	ADIANTEMENTO CONCEDIDO A PESSOAL E TERCEIROS	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	
			CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	
			OUTROS CREDITOS A REC E VALORES A CURTO PRAZO	0	0,00%	0	-	0	0,00%	
		Total	0	0,00%	23.261	100,00%	23.261	0,01%		
		ESTOQUES	ALMOXARIFADO	1.359.258	0,71%	(20.132)	-1,48%	1.339.125	0,70%	
			OUTROS ESTOQUES	93.672	0,05%	0	0,00%	93.672	0,05%	
			Total	1.452.930	0,75%	(20.132)	-1,39%	1.432.797	0,74%	
		Total	2.239.142	1,16%	(28.671)	-1,28%	2.210.471	1,15%		
		ATIVO NAO CIRCULANTE	IMOBILIZADO	BENS IMOVEIS	179.825.959	93,39%	0	0,00%	179.825.959	93,41%
				BENS MOVIEIS	10.018.101	5,20%	28.145	0,28%	10.046.246	5,22%
				DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADA	(511.649)	-0,27%	(37.528)	7,33%	(549.177)	-0,29%
			Total	189.332.410	98,32%	(9.383)	0,00%	189.323.028	98,34%	
			INTANGIVEL	SOFTWARES	987.196	0,51%	0	0,00%	987.196	0,51%
		Total	987.196	0,51%	0	0,00%	987.196	0,51%		
Total	190.319.606	98,84%	(9.383)	0,00%	190.310.223	98,85%				
Total	192.558.747	100,00%	(38.054)	-0,02%	192.520.694	100,00%				
Total	192.558.747	100,00%	(38.054)	-0,02%	192.520.694	100,00%				

Figura 01 - Ativo

Nota explicativa:

Neste trimestre a principal alteração no Ativo foi decorrente da variação observada na conta 1.1.3.1.0.00.00 ADIANTAMENTO CONCEDIDO A PESSOAL E TERCEIROS, que passou a ter saldo de R\$ 23.261,00 em 31/12/2015, devido a solicitação de adiantamento de salários pelos servidores deste Instituto que gozariam férias no mês subsequente.

A variação verificada na conta 123.210.102 - Depreciação, exaustão e amortização acumuladas no valor de R\$ 37.527,88 demonstrado acima refere-se ao registro da Depreciação de BENS IMÓVEIS, realizado pela CCONT/STN.

Participo que o Instituto não fez o registro da depreciação dos bens móveis no período de 2015, conforme justificativa do Setor de Patrimônio: “Informamos que após a implantação do sistema ASI, pela empresa Link Data, foi verificada a obrigatoriedade de lançamento de tais dados no SIAFI para controle e compatibilização de saldos. No entanto, verificou-se também que nenhum dos servidores lotados no setor de Patrimônio tinha conhecimento necessário para utilizar o sistema. Como não encontramos no mercado cursos que contemplem a inserção destes dados patrimoniais no SIAFI, levamos algum tempo para encontrar alguém que obtivesse este conhecimento e pudesse nos orientar. Encontramos um servidor de outra Instituição, porém o chefe do Serviço de Patrimônio está em processo de transferência de Instituição e o novo servidor que assumirá como Chefe terá sua nomeação

publicada esta semana. Com isto, comprometemo-nos a capacitar a chefia e os servidores lotados no Serviço de Patrimônio, afim de que as exigências possam ser cumpridas daqui por diante”.

As demais variações observadas na análise horizontal das contas “almojarifado”, “bens móveis”, foram decorrentes dos lançamentos de rotina contábil.

Revisão Analítica “Passivo circulante” (Balanço Patrimonial)

Mês Lançamento	31/12/2015		30/09/2015		Diferença		AH(%)	
	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%
CCon - Título (4)								
OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	0	0,00%	2.721	0,06%	(2.721)	-0,06%	-100,00%	-100,00%
VALORES RESTITUÍVEIS	0	0,00%	29.163	0,61%	(29.163)	-0,61%	-100,00%	-100,00%
Total	0	0,00%	31.884	0,67%	(31.884)	-0,67%	-100,00%	-100,00%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CP	0	0,00%	4.753.701	99,33%	(4.753.701)	-99,33%	-100,00%	-100,00%
Total	0	0,00%	4.753.701	99,33%	(4.753.701)	-99,33%	-100,00%	-100,00%
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
PESSOAL A PAGAR	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Total	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
OBRIGAC FISCAIS A CP COM OS MUNICIPIOS - CONSO	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
Total	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%		
	0	0,00%	4.785.585	100,00%	(4.785.585)	-100,00%	-100,00%	-100,00%
	0	0,00%	4.785.585	100,00%	(4.785.585)	-100,00%	-100,00%	-100,00%
	0	0,00%	4.785.585	100,00%	(4.785.585)	-100,00%	-100,00%	-100,00%

Figura 02 – Passivo circulante

Nota explicativa:

Neste período as principais variações observadas foram as seguintes:

Na Conta 2.1.8.8.0.00.00 - VALORES RESTITUÍVEIS havia os seguintes saldos:

- 2.1.8.8.1.01.02 - RETENÇÃO DE INSS - R\$ 6.715,17;
- 2.1.8.8.1.01.06 - LIQUIDAÇÃO DE IMP. E CONT. DIVERSOS – R\$ 22.447,86;

Esses saldos são referentes à liquidação da retenção da contribuição para seguridade social e demais impostos referindo-se ao serviço prestado pela Empresa Torres Engenharia registrado na conta “composição das obrigações a fornecedores”. Estes valores foram pagos no mês subsequente.

Na Conta 2.1.3.1.1.00.00 - FORNECEDORES E CONTAS A PG NAC. A CP

A composição da conta relativa às obrigações com fornecedores é a seguinte:

PRESTADORA DO SERVIÇO	SALDO LIQUIDADO (R\$)
TORRES ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	354.561,01
ASSOC. DE COMUNIC. EDUC. ROQUETTE PINTO	3.969.557,47
CTO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA	289.505,70
PISOM SERVICE LTDA – ME	140.077,08
TOTAL	4.753.701,26

Estes saldos são referentes a liquidação de NFs referentes aos serviços prestados pelas Empresas listadas acima que não possuía saldo “financeiro” para pagamento, sendo assim registrada a

obrigação. Após a disponibilização de saldo financeiro pela SPO/MEC estas obrigações foram efetivamente pagas ou canceladas nos meses subsequentes.

Revisão Analítica “Patrimônio Líquido” (Balanço Patrimonial)

UG Executora	CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	Mês Lançamento CCon - Título (4)	30/09/2015		Diferença		AH(%)		01/4/2015		
				Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	Saldo Atual - R\$	AV%	
152005	INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS-RJ	PATRIMONIO LIQUIDO	RESULTADOS ACUMULADOS	192.217.831	100,00%	(192.217.831)	-100,00%	-100,00%	-100,00%	192.520.694	100,00%	
			SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS									
			Total	192.217.831	100,00%	(192.217.831)	-100,00%	-100,00%	-100,00%	-100,00%	192.520.694	100,00%
			Total	192.217.831	100,00%	(192.217.831)	-100,00%	-100,00%	-100,00%	-100,00%	192.520.694	100,00%
Total				192.217.831	100,00%	(192.217.831)	-100,00%	-100,00%	-100,00%	192.520.694	100,00%	

Figura 03 – Patrimônio Líquido

Nota explicativa:

DEMONSTRATIVO	SALDO/2015 (R\$)
Varição Patrimonial Aumentativa (VPA)	112.335.061,38
Varição Patrimonial Diminutiva (VPD)	112.032.199,13
Superávit do exercício:	302.862,25

Durante este trimestre com o fechamento do ano corrente (014) em comparação com setembro/2015 houve uma variação no Patrimônio Líquido ocorrendo um superávit de R\$ 302.862,25, decorrente da apuração do Resultado do Exercício obtido pela diferença entre os saldos da VPA e da VPD, conforme demonstrado no quadro acima.

Revisão Analítica Variação Patrimonial Aumentativa “VPA”

UG Executora	CCon - Grupo (2)	CCon - Subgrupo (3)	CCon - Título (4)	Mês																	
				Lançamento		30/09/2015		Diferença set-ago		31/10/2015		Diferença out-set		30/11/2015		Diferença nov-out		31/12/2015		Diferença dez-nov	
				Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%	Movimento Líquido - R\$	AV%
152005	INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS-RJ	TRANSFERENCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS INDEP.EXEC. ORCAMENT.	582,37	0,01%	(1.545.271,54)	-19,53%	1.099,25	0,01%	516,88	0,00%	58,49	0,00%	(1.040,76)	-0,01%	24.585,08	0,20%	24.526,59	0,20%	
				TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUCAO ORCA	8.122.191,19	99,96%	1.760.086,22	19,54%	10.910.035,92	99,98%	2.787.844,73	0,01%	11.743.196,40	99,99%	833.160,48	0,02%	12.517.198,11	99,80%	774.001,71	-0,19%	
				Total	8.122.773,56	99,97%	214.814,68	0,00%	10.911.135,17	99,99%	2.788.361,61	0,02%	11.743.254,89	99,99%	832.119,72	0,01%	12.541.783,19	99,99%	798.528,30	0,00%	
		Total				8.122.773,56	99,97%	214.814,68	0,00%	10.911.135,17	99,99%	2.788.361,61	0,02%	11.743.254,89	99,99%	832.119,72	0,01%	12.541.783,19	99,99%	798.528,30	0,00%
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.418,70	0,03%	(0,00)	0,00%	1.525,83	0,01%	(892,87)	-0,02%	1.002,29	0,01%	(523,54)	-0,01%	1.002,29	0,01%	0,00	0,00%	
					Total	2.418,70	0,03%	(0,00)	0,00%	1.525,83	0,01%	(892,87)	-0,02%	1.002,29	0,01%	(523,54)	-0,01%	1.002,29	0,01%	0,00	0,00%
					Total	2.418,70	0,03%	(0,00)	0,00%	1.525,83	0,01%	(892,87)	-0,02%	1.002,29	0,01%	(523,54)	-0,01%	1.002,29	0,01%	0,00	0,00%
		Total				8.125.192,26	100,00%	214.814,68	0,00%	10.912.661,00	100,00%	2.787.468,74	0,00%	11.744.257,18	100,00%	831.596,18	0,00%	12.542.785,48	100,00%	798.528,30	0,00%
		Total				8.125.192,26	100,00%	214.814,68	0,00%	10.912.661,00	100,00%	2.787.468,74	0,00%	11.744.257,18	100,00%	831.596,18	0,00%	12.542.785,48	100,00%	798.528,30	0,00%

Figura 04 – Variação Patrimonial Aumentativa (VPA)

Nota explicativa:

A principal variação verificada na VPA foi de 34,33% ocorrido no mês de outubro/2015 conforme demonstra a análise horizontal, referente à conta contábil 111.122.001 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO – pertencente ao grupo de contas “Transferências intragovernamentais” no valor de R\$ 2.787.844,73. O que proporcionou esta variação foi a necessidade de “crédito orçamentário” para ser transferido para a Universidade de Santa Catarina no valor de R\$ 2.067.150,07 fins executar a 7º edição do PROLIBRAS.

A partir dos movimentos apurados entre os meses de janeiro a dezembro de 2015, obtivemos o saldo total de VPA de R\$ 112.335.061,38 em contrapartida com o saldo de VPD de 112.032.199,13 ocasionando um superávit de R\$ 302.862,25 para o ano de 2015 conforme consta registrado no Patrimônio Líquido.

Revisão Analítica Variação Patrimonial Diminutiva “VPD”

UG Executora	CCon - Grupo (2)	Mês Lançamento		30/09/2015		Diferença out-set		31/10/2015		Diferença nov-out		30/11/2015		Diferença dez-nov		31/12/2015		
		CCon - Subgrupo (3)	Movimento		Movimento		Movimento		Movimento		Movimento		Movimento		Movimento		Movimento	
			Líquido - R\$	AV%	Líquido - R\$	AV%	Líquido - R\$	AV%	Líquido - R\$	AV%	Líquido - R\$	AV%	Líquido - R\$	AV%	Líquido - R\$	AV%	Líquido - R\$	AV%
152005	PESSOAL E ENCARGOS	BENEFICIOS A PESSOAL	322.717,36	2,82%	2.540,21	0,93%	325.257,57	3,75%	803,01	-1,51%	326.060,58	2,24%	(6.249,14)	2,21%	319.811,44	4,45%		
		ENCARGOS PATRONAIS	558.353,59	4,88%	7.174,58	1,64%	565.528,17	6,51%	676.193,46	2,00%	1.241.721,63	8,52%	(638.146,05)	-0,12%	603.575,58	8,40%		
		OUTRAS VPD - PESSOAL E ENCARGOS	3.822,52	0,03%	(2.751,98)	-0,02%	1.070,54	0,01%	2.474,25	0,01%	3.544,79	0,02%	8.171,26	0,14%	11.716,05	0,16%		
		REMUNERACAO A PESSOAL	2.670.719,39	23,33%	11.176,49	7,56%	2.681.895,88	30,88%	2.138.457,66	2,17%	4.820.353,54	33,06%	(740.191,90)	23,72%	4.080.161,64	56,77%		
		Total	3.555.612,86	31,06%	18.139,30	10,10%	3.573.752,16	41,15%	2.817.928,38	2,68%	6.391.680,54	43,83%	(1.376.415,83)	25,95%	5.015.264,71	69,79%		
	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	APOSENTADORIAS E REFORMAS	2.613.452,80	22,83%	(11.136,12)	7,14%	2.602.316,68	29,97%	1.310.797,24	-3,13%	3.913.113,92	26,84%	(1.275.333,81)	9,87%	2.637.780,11	36,70%		
		OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	974,78	0,01%	2.783,71	0,03%	3.758,49	0,04%	6.991,46	0,03%	10.749,95	0,07%	(591,32)	0,07%	10.158,63	0,14%		
		PENSOES	647.414,85	5,66%	18.298,22	2,01%	665.713,07	7,67%	322.255,64	-0,89%	987.968,71	6,78%	(347.547,13)	2,14%	640.421,58	8,91%		
		Total	3.261.842,43	28,49%	9.945,81	9,18%	3.271.788,24	37,68%	1.640.044,34	-3,99%	4.911.832,58	33,68%	(1.623.472,26)	12,07%	3.288.360,32	45,76%		
	USO DE BENS, SERVICIOS E CONS. DE CAPITAL FIXO	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	37.527,88	0,52%	37.527,88	0,52%		
		SERVICIOS	3.728.499,98	32,57%	(4.026.867,51)	-36,00%	(298.367,53)	-3,44%	3.499.599,39	25,39%	3.201.231,86	21,95%	(4.489.843,07)	-39,88%	(1.288.611,21)	-17,93%		
		USO DE MATERIAIS DE CONSUMO	100.117,15	0,87%	(37.218,72)	-0,15%	62.898,43	0,72%	6.097,06	-0,25%	68.995,49	0,47%	28.472,46	0,88%	97.467,95	1,36%		
		Total	3.828.617,13	33,44%	(4.064.086,23)	-36,15%	(235.469,10)	-2,71%	3.505.696,45	25,14%	3.270.227,35	22,43%	(4.423.842,73)	-38,48%	(1.153.615,38)	-16,05%		
	TRANSFERENCIAS E DELEGAÇOES CONCEDIDAS	TRANSFERENCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	802.418,70	7,01%	1.266.257,20	16,81%	2.068.675,90	23,82%	(2.067.673,61)	-23,81%	1.002,29	0,01%	0,00	0,01%	1.002,29	0,01%		
		Total	802.418,70	7,01%	1.266.257,20	16,81%	2.068.675,90	23,82%	(2.067.673,61)	-23,81%	1.002,29	0,01%	0,00	0,01%	1.002,29	0,01%		
	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	DESINCORPORACAO DE ATIVOS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
		INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	124,37	0,00%	124,37	0,00%	21.752,81	0,30%	21.877,18	0,30%		
		Total	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	124,37	0,00%	124,37	0,00%	21.752,81	0,30%	21.877,18	0,30%		
	TRIBUTARIAS	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
		Total	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%		
	OUTRAS VARIAÇOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	DIVERSAS VARIAÇOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	68,65	0,00%	68,65	0,00%		
		INCENTIVOS	0,00	0,00%	5.200,00	0,06%	5.200,00	0,06%	1.600,00	-0,01%	6.800,00	0,05%	6.800,00	0,14%	13.600,00	0,19%		
		Total	0,00	0,00%	5.200,00	0,06%	5.200,00	0,06%	1.600,00	-0,01%	6.800,00	0,05%	6.868,65	0,14%	13.668,65	0,19%		
	Total		11.448.491,12	100,00%	(2.764.543,92)	0,00%	8.683.947,20	100,00%	5.897.719,93	0,00%	14.581.667,13	100,00%	(7.395.109,36)	0,00%	7.186.557,77	100,00%		

Figura 04 – Variação Patrimonial Diminutiva (VPD)

Nota explicativa:

A composição das obrigações relativas aos gastos com pessoal ativo e encargos é a seguinte:

CONTA	VALOR R\$
PESSOAL E ENCARGOS NOV/2015	6.391.680,54
PESSOAL E ENCARGOS OUT/2015	3.573.752,16
DIFERENÇA	2.817.928,38

Neste trimestre a principal alteração neste item foi decorrente da apropriação do 13º salário na folha de pagamento do mês de novembro, ocasionando um aumento de 78,85% referente ao saldo do mês anterior.

A composição das obrigações relativas aos benefícios previdenciários e assistenciais é a seguinte:

CONTA	VALOR R\$
BENEFÍCIOS PREV. E ASSISTENCIAIS NOV/2015	4.911.832,58
BENEFÍCIOS PREV. E ASSISTENCIAIS OUT/2015	3.271.788,24
DIFERENÇA	1.640.044,34

Neste trimestre a principal alteração nesta conta foi decorrente da apropriação do 13º salário na folha de pagamento do mês de novembro, ocasionando um aumento de 50,12% referente ao saldo do mês anterior.

Conta 111.122.001 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO

A principal variação verificada neste item foi de 157,81% ocorrido no mês de outubro/2015 conforme demonstra a análise horizontal, referente à conta contábil 111.122.001 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO – pertencente ao grupo de contas “Transferências intragovernamentais” no valor de 2.067.150,07. O que proporcionou esta variação foi transferência de crédito orçamentário para a Universidade de Santa Catarina para executar a 7º edição do PROLIBRAS.

Conta 123.210.102 - DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZACÃO ACUMULADAS

A variação verificada na conta 123.210.102 - Depreciação, exaustão e amortização acumuladas no valor de R\$ 37.527,88 demonstrado acima refere-se ao registro da Depreciação de BENS IMÓVEIS, realizado pela CCONT/STN.

Conta 364.010.100 – INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Os registros de lançamentos verificados na conta 364.010.100 – Incorporação de passivos no valor de R\$ 124,37 para o mês de novembro e de R\$ 21.877,18 para o mês de dezembro/2015 são referentes aos pagamentos de despesas de exercícios anteriores a pessoal civil ativo, sendo sua contrapartida registrada na conta 211.110.101 - SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFÍCIOS, sendo esta zerada após o efetivo pagamento.

Conta 332.000.000 SERVIÇOS

Nesta conta, foram verificados os saldos no valor de R\$ 3.201,231,86 para o mês de novembro e de R\$ (1.288.611,21) para o mês de dezembro/2015, cuja diferença verificada na variação desses saldos foi de R\$ (4.489.843,07) ocasionada por cancelamentos de liquidações de despesas no mês de dezembro erroneamente lançadas no mês de novembro/2015, sendo sua contrapartida registrada na conta 2.1.3.1.1.00.00 - FORNECEDORES E CONTAS A PG NAC. A CP.

5.2 Evidenciação do del-credere das demonstrações contábeis

Não se aplica à UPC.

5.3 Notas Explicativas de conciliações dos regimes contábeis adotados (Lei 4.320/1964 e 6.404/1976) –

Não se aplica à UPC.

5.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas –

Não se aplica à UPC.

5.5 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

Informamos que após a implantação do sistema ASI, pela empresa Link Data, foi verificada a obrigatoriedade de lançamento de tais dados no SIAFI para controle e compatibilização de saldos. No entanto, verificou-se também que nenhum dos servidores lotados no setor de Patrimônio tinha conhecimento necessário para utilizar o sistema. Como não encontramos no mercado cursos que contemplem a inserção destes dados patrimoniais no SIAFI, levamos algum tempo para encontrar alguém que obtivesse este conhecimento e pudesse nos orientar. Encontramos um servidor de outra Instituição, porém o chefe do Serviço de Patrimônio está em processo de transferência de Instituição e o novo servidor que assumirá como Chefe terá sua nomeação publicada esta semana. Com isto, comprometemo-nos a capacitar a chefia e os servidores lotados no Serviço de Patrimônio, a fim de que as exigências possam ser cumpridas daqui por diante.

5.6 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.

A UPC, até a presente data, ainda não adotou sistemática de apuração.

5.7 Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

Esta UPC não tem créditos a receber.

6. ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

6.1 GESTÃO DE PESSOAS

6.1.1 Força de trabalho da UPC

Quadro - Força de trabalho

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	513	447	15	17
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	513	447	15	17
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	507	441	10	16
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	2	2	2	
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	4	4	3	1
2. Servidores com Contratos Temporários	30	20	18	13
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)	543	467	33	30

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – CRH / DEPA / INES

Quadro – Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	261	254
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	256	253
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	3	2
2. Servidores com Contratos Temporários		20
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		
4. Total de Servidores (1+2+3)	261	276

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – CRH / DEPA / INES

Quadro – Detalhamento do quadro de cargos em comissão e funções comissionadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	9	9	9	9
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	9	9	9	9
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	5	5	5	5
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	2	2	3	1
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados	2	2	2	
2. Funções Gratificadas	52	39		
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	52	38	28	28
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	1	1		
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	61	48		

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – CRH / DEPA / INES

Análise crítica:

Por meio das Portarias MPOG nº 242, de 04/7/2013, publicada no DOU de 05/7/2013, e nº 344, de 26/9/2013, publicada no DOU de 27/9/2013, o INES foi autorizado a realizar concurso público para provimento em caráter efetivo de cargos do quadro de pessoal, conforme quadro abaixo:

Cargo	Vagas
Professor da Carreira de Educação Básica, Técnica e Tecnológica	41
Técnico-Administrativo em Educação - Classe C	1
Técnico-Administrativo em Educação - Classe D	78
Técnico-Administrativo em Educação - Classe E	9
Professor do Magistério Superior	40

Algumas das carências do quadro de pessoal do Instituto foram supridas com o ingresso dos servidores aprovados no concurso realizado com base no Edital INES nº 29/2013 (DOU de 30/12/2013), para os cargos de Professor da Carreira de Educação Básica, Técnica e Tecnológica, Técnico Administrativo em Educação e Professor de Magistério Superior, cujas nomeações ocorreram a partir do mês de outubro de 2014 e se estenderam ao longo de 2015. Tais nomeações, em observância aos termos da Lei nº 8.745/93, levaram à diminuição do número de profissionais contratados. Igualmente, o Instituto conseguiu zerar sua cota de terceirizados contratados em desacordo com o Decreto nº 2.271/97.

A partir de 2016, com a esperada conclusão dos trabalhos relativos à concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências, nos termos da Lei 12.772, de 2012 e respectivos dispositivos de regulamentação, estima-se uma elevação significativa no número de aposentadorias voluntárias, principalmente da carreira docente.

6.1.2 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não houve no exercício de referência.

6.1.3 Qualificação e capacitação da força de trabalho da UPC

A Unidade vem mapeando demandas por capacitação em consonância com as competências institucionais requeridas e, nos termos do Decreto 5.707/2006 e dispositivos regulamentares, o Instituto, nos termos de seu Plano Anual de Capacitação – PAC e Programa de Apoio, vem apoiando servidores em eventos de capacitação de curta média e longa duração.

6.1.4 Despesas do pessoal

Quadro - Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00
	2014	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da UPC											
Exercícios	2015	21.627.695,11	9.191.275,52	2.745.400,73	2.229.367,75	1.995.877,23	1.336.329,10	NA	54.550,55	NA	39.180.495,99
	2014	28.759.158,32	520.025,60	1.950.569,02	5.740.665,64	1.443.962,89	1.200.404,24	NA	17.114,28	NA	39.631.899,99
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da UPC											
Exercícios	2015										0,00
	2014										0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015										0,00
	2014										0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	184.456,96	NA	15.480,70	7.213,50	9.533,00	17.888,74	NA	1.192,20	NA	235.765,10
	2014	76.197,32	NA	8.602,33	26.636,70	8.952,00	3.722,40	NA	NA	NA	124.110.750,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	553.310,77	NA	83.573,66	43844,13	20534,13	NA	NA	NA	NA	701.262,69
	2014	983.433,79	NA	54.416,52	17.472,87	106.904,72	NA	NA	NA	NA	1.162.227,90
Fonte: Coordenação de Recursos Humanos e Coordenação de Programação Orçamentária e Financeira (INES)											

6.1.4 Irregularidades na área de pessoal

6.1.4.1 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Por meio da Solicitação de Auditoria nº 201313588/001, de 22 de outubro de 2013, a Controladoria Geral da União, recebemos planilha contendo indícios de exercício de outra atividade remunerada por três professores com dedicação exclusiva; e/ou pertenceram, em dezembro de 2011, ao quadro societário de Sociedade Privada, na qualidade de Acionista diretor; e/ou Acionista presidente; e/ou Administrador; e/ou Diretor; e/ou Presidente; e/ou Sócio-gerente; e/ou Sócio administrador; e/ou Tesoureiro.

Procedemos à análise das ocorrências constantes das planilhas e informamos à CGU sobre a instauração de Processos Administrativos Disciplinares, de nº 23121.002126/2013-71, nº 23121.002123/2013-37 e nº 23121.002130/2013-39, a fim de apurar possíveis irregularidades. Os dois primeiros foram concluídos e arquivados, com aplicação da pena de Advertência, e não houve danos ao erário. O terceiro, relativo à Professora Leila Maria Dias Manhães de Paula, foi concluído em 10/12/2014, tendo sido aplicada a penalidade de Advertência, conforme Portarias e Julgamento. Foi solicitada à Unidade de Recursos Humanos do INES a adoção das providências para o ressarcimento ao erário, observado o relatório final. Em 18 de novembro de 2015, a servidora interpôs recurso.

Todos os processos encontram-se integralmente cadastrados no Sistema CGU-PAD.

6.1.4.2 Terceirização irregular de cargos

Não houve no período.

6.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

A Unidade vem mapeando as demandas por capacitação em consonância com as competências institucionais requeridas. No entanto, cumpre destacar que algumas categorias funcionais da carreira dos cargos Técnicos Administrativos em Educação, a exemplo, do Analista de Tecnologia da Informação (NS) e do Assistente de Alunos (NM), registram algumas desistências ou vacâncias, mas tais questões na sua quase totalidade foram sanadas por nomeações de candidatos aprovados e habilitados em concursos públicos, restando somente uma pendência, também prestes a ser sanada.

6.1.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

1. Relação entre número de servidores técnico-administrativos terceirizados e total de servidores dessa categoria no Instituto

Objetivo: aferir em que medida o Instituto está conseguindo prover os cargos da área técnico-administrativa por meio de concurso público, inclusive em atendimento às diretrizes governamentais e dos órgãos de controle de substituição de terceirizados, e também em observância aos princípios da economicidade, do fortalecimento da memória institucional e da qualidade dos serviços prestados.

Horizonte: diminuir progressivamente o percentual de participação de servidores terceirizados em relação ao corpo técnico-administrativo do Instituto.

Equação básica: número de servidores técnico-administrativos terceirizados, dividido pelo número total de servidores da área técnico-administrativa.

Resultados e análise crítica: Todo o quadro técnico administrativo do INES, nos termos da legislação vigente, é composto exclusivamente de servidores efetivos concursados. O INES alcançou a meta, em cumprimento à legislação vigente e às indicações dos órgãos de controle.

2. Taxa de prontidão bilíngue do corpo técnico-administrativo do INES

Objetivo: aferir em que medida os servidores da área técnico-administrativa do INES de nível médio e superior têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem à interação e à colaboração com profissionais surdos e também ao atendimento a pessoas surdas em Libras.

Horizonte: ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de servidores técnico-administrativos habilitados à interação e à colaboração com profissionais surdos e também ao atendimento a pessoas surdas em Libras.

Equação básica: número de servidores técnico-administrativos do INES com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de servidores técnico-administrativos do Instituto.

Observação: Ainda não foram criados instrumentos para levantamento de dados nesse Indicador, mas podemos adiantar que todos os servidores concursados nomeados nos últimos anos, nos termos de nosso PDI 2012-2016, têm passado pelos cursos de Língua de Sinais do INES. Em 2015, foram 109 servidores concluintes, entre os antigos e os recém-concursados.

3. Índice de titulação do corpo técnico-administrativo do INES

Objetivo: mapear o grau de titulação do corpo técnico-administrativo para orientar ações relativas ao apoio à qualificação na perspectiva da melhoria de seu desempenho profissional e do consequente aperfeiçoamento da gestão institucional e do atendimento às pessoas surdas.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação das titulações mais elevadas no perfil de qualificação do corpo técnico-administrativo do CAP INES.

Equação básica: índice de titulação do corpo técnico-administrativo é igual a $G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5$ dividido por $G + A + E + M + D$, onde G = graduação; A = aperfeiçoamento; E = especialização; M = mestrado e D = doutorado.

Observação: O INES conta com o seguinte perfil de corpo técnico administrativo:

Ensino Fundamental Incompleto (I) ou Completo (C)		Ensino Médio (Md), Médio e Técnico (MT), Médio Profissionalizante (MP) ou apenas Técnico (T)				Ensino Superior: Graduação (G); Aperfeiçoamento (A); Especialização (E); Mestrado (M)			
I	C	Md	MT	MP	T	G	A	E	Ms.
1	2	58	11	3	1	56	n/c	76	18

4. Taxa de capacitação de servidores públicos federais em exercício no INES em processos de qualificação e requalificação

Objetivo: aferir em que medida o corpo técnico-administrativo do Instituto vem participando de ações de capacitação, nos termos da Lei 8.112, de 1990 e consoante às diretrizes do Decreto 5.707, de 2006 – que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 1990 – bem como do Plano Anual de Capacitação do Instituto e seu Programa de Apoio, visando, nos termos desses documentos institucionais, “aprimorar os serviços prestados à sociedade e ao cidadão surdo” e “desenvolver nos servidores as competências necessárias para o alcance dos objetivos institucionais”.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação dos servidores técnico-administrativos em ações de capacitação.

Equação básica: número de servidores técnico-administrativos do INES que participaram plenamente – inscrição, frequência e conclusão com suficiente aproveitamento – de ações de capacitação, dividido pelo número de servidores do corpo técnico-administrativo do Instituto.

Observação: Em 2013, teve início a implementação do Plano Anual de Capacitação de Servidores do INES. No ano de 2015, iniciamos a coleta de dados, com os seguintes resultados ainda não discriminados entre corpo docente e corpo técnico-administrativo: 52 servidores participando de cursos e treinamentos em geral; 41 servidores participando de congressos, simpósios, fóruns, encontros, colóquios e outros, de natureza externa; 109 servidores participando de Curso de Libras ofertado pelo próprio INES e 190 servidores participando do Congresso Internacional do INES. Além disso, dentro do Programa de Desenvolvimento do PAC-INES, que prevê apoio institucional à realização de cursos de educação formal, de graduação, pós-graduação lato sensu e pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), tivemos 3 servidores apoiados para fazer graduação, 2 servidores apoiados para pós-graduação lato sensu e 1 servidor apoiado para mestrado. Em 2016, começaremos a separar as categorias de servidores para iniciar o acompanhamento por meio deste indicador.

6.1.7 Contratos de prestação de serviços

Quadro: Contratos de prestação de serviços

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Nacional de educação de Surdos						
UG/Gestão: 152005						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.	
			Início	Fim		
2010	Prestação de serviços continuados de 02 (dois) salva-vidas e de 01 (um) operador de piscina.	29.008.410/0001-80	21/06/2010	20/06/2015	Ensino completo	médio E
2011	Prestação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação diária, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos.	29.008.410/0001-80	17/02/2011	16/02/2016	Ensino Fundamental Completo	E
2011	Prestação de serviços de: combate, controle e monitoramento de pragas urbanas, englobando: dedetização, desratização, descupinização em todas as áreas internas e externas do INES, bem como combate às larvas de mosquito	40.453.110/0001-23	02/05/2011	01/05/2016	Não há especificação.	P
2011	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva	07.710.046/0001-43	01/06/2011	01/06/2016	Ensino Fundamental Completo	P

	nas instalações prediais					
2011	Prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos e serviços postais, telemáticos e adicionais, nas modalidades nacional e internacional	34.028.316/0002-94	15/08/2011	13/12/2015	Não há especificação.	E
2015	Prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos e serviços postais, telemáticos e adicionais, nas modalidades nacional e internacional	34.028.316/0002-94	14/12/2015	13/12/2015	Não há especificação.	P
2011	Prestação de serviços de suporte técnico (service desk) e manutenção de equipamentos de informática.	58.069.360/0001-20	25/07/2014	25/07/2015	Não há especificação.	P
2011	Prestação de serviços continuados de Telefonia Móvel (SMP) pós-pago, com fornecimento de aparelhos e do serviço de longa distância nacional, para uso funcional.	40.432.544/0001-47	27/11/2015	26/11/2016	Não há especificação.	P
2011	Prestação de serviços de: Assistência técnica, socorro mecânico e manutenção preventiva para veículos oficiais do INES.	72.400.401/0001-40	01/12/2014	01/12/2015	Não há especificação.	P
2012	Prestação de serviços técnicos continuados	27.815.174/0001-69	05/03/2015	05/03/2016	Nível técnico	E

	de Operação e controle de 2 (dois) estúdios de gravação e transmissão de vídeo-aulas e controle do Auditório, bem como Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de áudio, vídeo e iluminação dos estúdios e auditórios.					
2012	Prestação de serviços de suporte à infraestrutura de TI.	32.185.480/0001-07	24/06/2015	24/06/2016	Nível Técnico	P
2012	Prestação de serviços de suporte à infraestrutura de TI.	32.203.135/0001-40	24/06/2014	24/06/2015	Nível técnico	E
2012	Prestação de serviços de lavagem e passagem de roupas do INES.	33.216.805/0001-26	18/08/2015	18/08/2016	Não há especificação.	P
2012	Prestação de serviço de seguros automotivos.	61.573.796/0001-66	26/11/2015	25/11/2016	Não há especificação.	P
2013	Prestação de serviço de distribuição da publicidade legal impressa e/ou eletrônica	09.168.704/0001-42	02/01/2013	01/01/2018	Não há especificação.	A
2013	Prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais.	04.371.782/0001-26	22/01/2015	22/01/2016	Não há especificação.	P
2013	Contratação de serviços continuados	14.793.641/0001-55	03/01/2015	28/02/2016	Ensino Fundamental.	P

	de 23 recepcionistas.					
2013	Contratação de fornecimento mensal continuado de serviço telefônico fixo comutado STF, modalidade local e longa distância internacional das ligações originadas no Instituto Nacional de Educação de Surdos	33.000.118/0001-79	31/05/2015	31/05/2016	Não há especificação.	P
2013	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em todo o sistema de monitoramento por câmeras do INES	03.056.608/0001-26	01/05/2014	01/05/2015	Não há especificação.	E
2013	Contratação de serviços especializados para elaboração de projetos básicos de arquitetura e projetos complementares	09.540.426/0001-02	31/12/2014	28/01/2015	Nível superior.	E
2013	Contratação de serviços de feitura, distribuição, guarda de alimentos e limpeza da cozinha.	03.358.040/0001-06	10/09/2015	10/09/2016	Nível fundamental.	P
2013	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiro	32.086.274/0001-31	13/11/2015	13/11/2016	Não há especificação.	P
2013	Contratação de serviços especializados para manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas de	02.590.254/0001-32	02/01/2015	02/01/2016	Não há especificação.	P

	acessibilidade.					
2014	Contratação de serviços continuados de 04 (quatro) cozinheiros para atender a Divisão de Nutrição do INES.	08.228.161/0001-49	10/03/2015	10/03/2016	Nível fundamental.	P
2014	Contratação de serviços de vigilância/segurança patrimonial desarmada	03.372.304/0001-78	30/04/2015	30/04/2016	Nível fundamental.	P
2014	Contratação de serviços de programação visual (apuração, criação e execução do projeto gráfico e digital/eletrônica) para as publicações do INES	10.548.069/0001-08	09/06/2014	29/01/2015	Não há especificação.	E
2014	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da central telefônica PABX marca LEUCOTRON 01E130RA4RD.	68.568.021/0001-41	01/07/2014	01/07/2015	Não há especificação.	P
2014	Contratação de serviços de manutenção de sistemas de refrigeração.	11.013.411/0001-38	14/07/2014	14/07/2015	Não há especificação.	E
2014	Contratação de solução integrada de gestão administrativa, bem como os serviços especializados para implantação da solução de automação	24.936.973/0001-03	05/08/2015	05/08/2016	Não há especificação.	P

	do patrimônio/almoxarifado.					
2014	Contratação de serviços de coleta e transporte de lixo extraordinário.	11.937.243/0001-77	02/10/2014	02/10/2015	Não há especificação.	E
2014	Contratação de serviços de elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do INES	04.528.676/0001-03	29/09/2014	02/02/2015	Não há especificação.	E
2014	Fornecimento de solução para interpretação e comunicação com surdos e clientes com capacidade reduzida de audição, por meio de equipamentos de videoconferência e intérpretes em LIBRAS), em Regime de Comodato	13.659.947/0001-50	02/12/2014	02/12/2015	Não há especificação.	P
2014	Contratação de serviços continuados de 06 motoristas.	07.360.788/0001-96	13/11/2014	13/11/2015	A única exigência foi a carteira de Habilitação na categoria "D".	E
2015	Contratação de serviços continuados de 06 motoristas.	68.313.105/0001-34	03/11/2015	02/11/2016	A única exigência foi a carteira de Habilitação na categoria "D".	A
2015	Serviço de recebimento, armazenamento e distribuição de alimentos e materiais.	08.228.161/0001-49	06/04/2015	06/04/2016	Ensino médio completo ou Curso na área de Logística e Administração de Almoxarifado.	A
2015	Serviços de transmissão, exibição, operação, monitoramento,	02.196.013/0001-03	01/04/2015	01/04/2016	Não há especificação.	A

	controle, programação e produção de programas de televisão por web – TV INES					
2015	Serviços continuados de 06 (seis) motoristas.	10.243.854/0001-52	15/04/2015	13/07/2015	A única exigência foi a carteira de Habilitação na categoria "D".	E
2015	Prestação de serviços e fornecimento de mão de obra qualificada para a manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de refrigeração	11.013.411/0001-38	23/07/2015	23/07/2016	Auxiliar Técnico de refrigeração e Mecânico de Refrigeração.	A
2015	Prestação de serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva dos elevadores	05.531.749/0001-89	30/07/2015	30/07/2016	Não há especificação.	A
2015	Serviços de fiscalização e acompanhamento das obras e serviços de reforma elétrica e predial	01.329.144/0001-59	17/08/2015	17/04/2016	Nível superior completo.	A
2015	Prestação de serviço de reparo de fibra ótica para reestabelecer o provimento de acesso à internet.	07.661.363/0001-17	16/09/2015	13/10/2015	Não há especificação.	E
2015	Prestação de serviços de promoção de eventos.	12.966.492/0001-53	15/12/2015	31/12/2015	Não há especificação.	E
2015	Prestação de serviços de coleta e transporte de lixo extraordinário.	09.423.108/0001-61	13/10/2015	13/10/2016	Não há especificação.	A

2015	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em sistemas de monitoramento por câmeras.	35.855.733/0001-92	03/11/2015	02/11/2015	Não há especificação.	E
2015	Prestação de serviços continuados de 06 (seis) motoristas para dirigir veículos oficiais da Instituição.	68.313.105/0001-34	03/11/2015	02/11/2016	A única exigência foi a carteira de Habilitação na categoria "D".	A
2015	Prestação de serviços e venda de produtos e serviços postais, telemáticos e adicionais, nas modalidades nacional e internacional.	34.028.316/0002-94	14/12/2015	13/12/2020	Não há especificação.	A
2015	Prestação dos serviços de programação visual (apuração, criação e execução do projeto gráfico e digital/eletrônica) para as publicações do INES	00.568.263/0001-00	16/12/2015	16/12/2016	Não há especificação.	A
2015	Prestação dos serviços de produção gráfica para publicações do INES	12.622.028/0001-40	17/12/2015	17/12/2016	Não há especificação.	A

Fonte: Departamento de Planejamento e Administração do INES

Análise crítica:

Em 2015 o Instituto enfrentou algumas adversidades com os serviços prestados, o que demandou a tomada de ações por parte dos fiscais dos contratos, passamos a aduzir os problemas enfrentados:

Empresa CTO – A Referida empresa assumiu como remanescente, após a rescisão unilateral com a empresa Di Laroce, contrato n°22/2014, objeto do contrato foi a contratação de serviços continuados de 06 (seis) motoristas, porém não cumpriu com suas obrigações contratuais, houve diversas ocorrências, dentre elas destacamos: : Atraso no pagamento de ticket alimentação, Atraso no pagamento de vale transporte e atraso no pagamento de salário de seus funcionários. A empresa foi notificada das irregularidades, com aplicação da penalidade de advertência em função das ocorrências, porém as irregularidades persistiram. Portanto houve a rescisão unilateral do contrato.

Empresa CEMAX – A Referida empresa foi contratada para um contrato emergencial de 06 (seis) meses, o objeto do contrato foi a contratação de serviços continuados de 06 (seis) motoristas, devido as irregularidades com a empresa CTO. Cumpre esclarecer, que a empresa CEMAX, cumpriu legalmente com o contrato.

Empresa COMPETITIVIDADE – Houve nova licitação, como objeto a contratação de serviços continuados de 06 (seis) motoristas, a referida empresa assumiu, e até o momento vem cumprindo legalmente com o contrato.

Empresa de Refrigeração Exair – A referida empresa por diversas vezes apresentou problemas, houve as seguintes ocorrências: Atraso no pagamento de ticket alimentação, Atraso no pagamento de vale transporte e atraso no pagamento de salário de seus funcionários. Esclareço ainda, que a empresa foi notificada das irregularidades, com aplicação da penalidade de advertência em função das ocorrências citadas acima.

6.1.8 Contratação de estagiários

Nota explicativa: O INES não contou com quadro de estagiários em 2015.

6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA

6.2.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

6.2.1.1 Frota de Veículos Automotores de Propriedade da UPC

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

- Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950;
- Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996;
- Instrução Normativa nº 9, de 26 de agosto de 1994, do Ministério do Estado da Administração Federal e Reforma do Estado;
- Lei 8.112/90.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC;

Os veículos disponíveis são vitais para o pleno funcionamento do Instituto. Por meio da sua frota veicular, o INES assegura o atendimento de todas as suas demandas logísticas. Considerando os seus 11.000m² de área edificada e seus 44.000m² de área geográfica, destaca-se e ratifica-se como iniciativa pioneira a aquisição, em 2011, do Carro Elétrico, movido a bateria elétrica recarregável, utilizado para o transporte interno de pessoas com deficiência e/ou dificuldade de locomoção, consoante a matéria disposta no Decreto de nº 5.296/2004.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UPC (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

MARCA	MODELO	ANO	COMBUSTÍVEL	PLACA	CLASSIFICAÇÃO	QUANT.	GRUPO
Renault	Logan Sedan	2007/2008	Flex	KXP 1129	Veículo de serviço	01	IV-A
Renault	Logan Sedan	2013	Flex	KPW 3406	Veículo de serviço	01	IV-A
Volkswagen	Kombi	2008/2009	Flex	KNT 4433	Veículo de serviço	01	IV-A
ZC 2068 6P, com 01 cadeirante.	Veículo Elétrico Obs. Fabricado sob encomenda.	2011	Bateria Recarregável	LUX 9656	Veículo de serviço utilizado para transporte interno de pessoas com deficiência e/ou dificuldade de locomoção. Acessibilidade/Decreto 5.296/2004	01	IV-A
Agrale	Microônibus	2007/2008	Diesel	LUX 9656	Veículo de uso coletivo	01	IV-D
Fiat	Van-Ducato	2007/2008	Diesel	LUV 9886	Veículo de uso coletivo, adaptado com plataforma elevatória, com vistas ao transporte de cadeirante. Acessibilidade/Decreto 5.296/2004.	01	IV-D
Fiat	Van Ducato	2010	Diesel	LLM 5271	Veículo de uso coletivo	01	IV-D

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS - INES		
RELAÇÃO DE GASTOS DOS VEÍCULOS DO INES - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015		
VEÍCULOS	QUILÔMETROS RODADOS	CONSUMO DE COMBUSTÍVEL
KOMBI (KNT-4433)	8419 KM	1326,38 LITROS DE GASOLINA/ÁLCOOL
VAN DUCATO (LUV-9886)	6405 KM	1038,16 LITROS DE DIESEL
VAN DUCATO (LLM-5271)	8750 KM	1132,36 LITROS DE DIESEL
LOGAN (KXP-1129)	11096 KM	1601,53 LITROS DE GASOLINA/ÁLCOOL
LOGAN (KPW-3406)	5035 KM	1137,39 LITROS DE GASOLINA/ÁLCOOL
ÔNIBUS (LUX-9646)	1889 KM	729,01 LITROS DE DIESEL
TOTAL:	41.594 KM RODADOS	7018,78 LITROS DE

		GASOLINA/ÁLCOOL/DIESEL
MOTORISTAS	IDADE	
AVELINO	59	
ERNESTO	59	
ISMAEL	54	
LEANDRO	44	
LUCIANO	34	
PEDRO	43	
		IDADE MÉDIA DOS MOTORISTAS: 49 anos

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

GRUPO	MÉDIA
IV-A	7,2 anos
IV-D	8 anos

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros):

- Combustíveis e Lubrificantes Automotivos: R\$ 18.711,64
- Manutenção de Veículos: R\$ 41.304,61
- DPVAT: R\$ 1.160,44
- Seguro dos Veículos: R\$ 4.315,37
- Acessórios para Veículos: 0,00
- Instalação de Plataforma Elevatória para Acessibilidade: R\$ 0,00
- Total: R\$ 65.492,06

g) Plano de substituição da frota;

Está em fase elaboração o plano de diretrizes para a substituição de veículos. No entanto, vale a pena esclarecer que os veículos em funcionamento são revisados periodicamente – manutenção preventiva e corretiva –, assegurando-se as condições essenciais de utilização.

- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;
Atividades fins e meios da Instituição.
- i) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.
Adoção de todos os procedimentos de segurança que garantam a utilização da frota de veículos.

6.2.1.2 Frota de Veículos Automotores a Serviço da UPC, mas contratada de terceiros

- a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;
Não se aplica no caso do INES.
- b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;
Não se aplica no caso do INES.
- c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;
Não se aplica no caso do INES.
- d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;
Não se aplica no caso do INES.
- e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC;
Não se aplica no caso do INES.
- f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UPC (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;
Não se aplica no caso do INES.

- g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;
Não se aplica no caso do INES.
- h) Idade média anual, por grupo de veículos;
Não se aplica no caso do INES.
- i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;
Não se aplica no caso do INES.
- j) Estrutura de controle existente na UPC para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.
Não se aplica no caso do INES.

6.2.1.3 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Encontra-se em fase de elaboração, nesta UPC, o plano de diretrizes para a substituição de veículos e destinação de veículos inservíveis ou fora de uso. No entanto, vale a pena esclarecer que os veículos em funcionamento são revisados periodicamente – manutenção preventiva e corretiva –, assegurando-se as condições essenciais de utilização, por meio de contrato com oficina mecânica especializada. Existe, no momento, somente um veículo fora de uso: Volkswagen Parati, ano 2005, Flex, Placa KQQ 2647, considerada veículo de serviço pertencente ao Grupo IV-A. Ela deverá ser submetida à avaliação mecânica em 2016 para definição da possibilidade ou não de reparos para colocá-la em funcionamento.

6.2.2 Gestão do patrimônio imobiliário

6.2.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

Quadro - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UPC	
	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO

		2014	2013
BRASIL	UF 1 – Rio de Janeiro	9	9
	município 1 – Rio de Janeiro	9	9
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	0	0
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		9	9
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		9	9

Quadro – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UPC, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
15200 5	600100390.500-5	21	3	173.735.968,71	31.12.2015	216.693.769,83		
15200 5	600103032.500-6	Locação para terceiros	3	218.962,73	31.12.2015	273.103,25		

15200 5	600104260.500-9	Locação para terceiros	3	382.820,02	31.12.2015	477.475,75		
15200 5	600104666.500-6	Em regularizaçã o - outros	3	221.904,93	31.12.2015	276.772,94		
15200 5	6001046667.500-1	Em regularizaçã o – outros	3	428.133,88	31.12.2015	533.993,87		
15200 5	600104668.500-7	Em regularizaçã o - outros	3	181.710,02	31.12.2015	226.639,47		
15200 5	600104669.500-2	Em regularizaçã o - outros	3	181.710,02	31.12.2015	226.639,47		
15200 5	600104670.500-8	Em regularizaçã o - outros	3	250.362,86	31.12.2015	312.267,35		
15200 5	600104671.500-3	Em regularizaçã o - outros	3	246.423,86	31.12.2015	307.354,40		
Total: 219.328.016,33							0,00	0,00
Fonte: Atualização pelo índice IPCA								

6.2.2.2 Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UPC

Nota explicativa: não ocorreu em 2015.

6.2.2.3 Imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UPC

Nota explicativa: O INES não tem sob sua responsabilidade imóveis funcionais da União.

Análise crítica:

Os bens imóveis relacionados no quadro A.8.2.2.1, de propriedade da União e sob responsabilidade e cadastrados via SPIUNET na UG do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, são controlados pela Secretaria de Patrimônio da União-SPU/RJ. No âmbito do INES, o gerenciamento do Patrimônio é realizado pelo Serviço de Patrimônio, setor este ligado tecnicamente ao Departamento de Planejamento e Administração – DEPA/INES.

Em relação aos imóveis que se encontram em fase de regularização e imóveis ocupados irregularmente, tecemos as seguintes elucidacões:

Foi emitido o Ofício nº 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro, enviados à GRPU/RJ consultando a respeito da adequação da atual documentação e outras medidas necessárias. Considerando a ausência de resposta da GRPU/RJ, frente às exaustivas solicitações do INES, o prazo para o atendimento desta recomendação foi prorrogado para 31/05/2014, conforme Nota Técnica Nº. 321/2014/NAC3/GAB/CGU-Regional/RJ. Persistindo a falta de resposta por parte da GRPU/RJ e atendo às orientações da Controladoria Regional da União, foi solicitado novo prazo de dilatação de prazo por meio do Ofício Nº. 255/2014/DG/INES, datado de 30/05/2014. Como resposta do Ofício encaminhado por este Instituto, recebemos a resposta positiva de dilatação do prazo para 31/12/2014, por meio do Ofício de Nº. 19561/2014/NAC3/CGU-Regional/RJ/CGU-PR. Foi solicitado, também, pela CGU/RJ o envio de todas as cópias dos Ofícios encaminhados à GRPU/RJ, a saber: 206/2013/GAB/INES, de 15/05/2013; 429/2013/GAB/INES, de 15/08/2013, e 684/2013/GAB/INES, de 27/11/2013. Todos enviados eletronicamente. Assim, a CGU/RJ promoveu as gestões necessárias junto à GRPU/RJ, que por sua vez informou, por meio do Ofício de Nº. 7206/2014/SPU/RJ/CODEP/DIAPF, datado de 04/12/2014, que está realizando consultas junto a fontes de registros de imóveis, para então finalizar os trabalhos sob a sua responsabilidade e então viabilizar que o INES dê prosseguimento à solução das pendências, relativas a bens imóveis. Diante dos fatos cronológicos citados anteriormente, foi orientado pela CGU/RJ que não há necessidade de nova solicitação de dilatação de prazo para atendimento da recomendação por parte do INES. Já em relação aos imóveis ocupados por familiares de servidores falecidos, dentre as solicitações emitidas pela Procuradoria Regional da União, foi solicitada ao INES a emissão da Notificação Extrajudicial, solicitando a desocupação dos imóveis ocupados por familiares de servidores já falecidos. Desta feita, o INES providenciou tais notificações que foram recebidas por todos os ocupantes irregulares, tendo como data limite de desocupação voluntária o dia 10/03/2014. No entanto, nenhum dos moradores arrolados deixou os imóveis. Em face deste fato, o INES por meio do Ofício de Nº. 259/2014/GAB/INES, solicitou os préstimos da Procuradoria Regional da União, no sentido de promover as providências necessárias para a reintegração de posse dos imóveis, ocupados irregularmente, uma vez que não houve a desocupação voluntária. Tivemos conhecimento de que alguns moradores receberam a determinação de desocupação imediata. Todavia, os imóveis ainda continuam ocupados. Portanto, considerando que o INES não possui atribuição de caráter jurídico, a regularização dessas pendências independe da sua vontade. Estamos aguardando novas investidas da Procuradora Regional da União para a consecução dos feitos desejados.

6.2.2.4 Imóveis locados de terceiros

Nota explicativa: O INES não tem sob sua responsabilidade bens imóveis locados de terceiros.

6.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Instituição dispõe hoje de um quantitativo em torno de 493 estações de trabalho, 91 notebooks, 519 tablets, 19 servidores de rede, sendo 15 em Linux e 04 em Microsoft, 104 SWITCHs, 25 Racks, 02 Roteadores, 02 DIO, 12 prédios interligados por Fibra Óptica, tráfego de dados internamente a 10/100 Mb/s e um link de Internet por Fibra Óptica de 1GB/s de velocidade com a RNP - Rede Rio.

A Divisão de Informática durante este período vem atendendo a toda demanda de trabalho, executando treinamentos, desenvolvendo sistemas, orientando assim um melhor aproveitamento e tornando mais dinâmicos os trabalhos técnicos e pedagógicos.

Com referência aos equipamentos direcionados aos usuários, o INES se encontra em condições bastante aceitáveis no aspecto da atualização de hardware, pois as especificações técnicas da SLTI proporcionaram uma grande melhoria na aquisição de novos equipamentos, pois os padrões mínimos exigidos, sem dúvida, influenciaram na qualidade dos equipamentos adquiridos.

Ressaltamos as informações abaixo prestadas sobre o **processo de desenvolvimento/manutenção** do(s) seguinte(s) sistema(s):

O INES possui servidores de banco de dados concentrados no seu Data Center principal. Segundo dados levantados existem atualmente 55 bases de dados em 04 servidores físicos, isto acontece porque existem servidores de desenvolvimento e produção. A plataforma de banco de dados existente hoje no INES é SQL Server 2000, PostgreSQL e MySQL.

Sistemas de Informação do INES:

SISTEMA	DESCRIÇÃO	TECNOLOGIA	SITUAÇÃO
Sítio INESNET – IntraNet do INES	Sítio que disponibiliza as informações e serviços aos usuários da rede interna.	PHP / Wordpress PostgreSQL	Manutenção
GESTOR – Sistema de Gestão do Gabinete	Sistema que gerencia as informações do Gabinete, como: Notícias, Agenda e acompanhamentos gerencial dos demais sistemas.	PHP PostgreSQL	Manutenção
Novo sítio (portal) INES – Atualização do Portal Internet do INES	Novo portal com gerenciador de conteúdo, que se encontra em desenvolvimento.	PHP / Wordpress PostgreSQL	Manutenção
HELPDESK - GLPI	Sistema que controla e gerencia os atendimentos da área de informática.	PHP /GLPI PostgreSQL	Manutenção
SCRH – Sistema de Controle de RH	Sistema de controle do setor de Recursos Humanos e suas demais funções.	PHP MySQL	Manutenção
SAE – Sistema de Administração Escolar	Sistema de controle acadêmico para os alunos até o ensino médio.	PHP PostgreSQL	Manutenção
SES – Sistema de Entrada e Saída de Alunos	Sistema que controla e gerencia a entrada e a saída dos alunos.	PHP PostgreSQL	Manutenção
SES Refeitório	Sistema para controle da distribuição de alimentos , e cardápio pelo refeitório e nutricionista.	PHP MySQL	Manutenção
DESU	Sistema de controle acadêmico que atende aos alunos do ensino superior.	PHP PostgreSQL	Manutenção
SGU – Sistema de Gerenciamento Unificado	Sistema Global para o gerenciamento do departamento administrativo.	PHP PostgreSQL	Manutenção
SGA – Sistema de Gerenciamento de Almoxarifado	Módulo do SGU, que gerencia o setor de almoxarifado com todas as suas funções.	PHP MySQL	Manutenção
SGC – Sistema de Gerenciamento de Compras	Módulo do SGU, que organiza e informatiza as compras para o Instituto.	PHP PostgreSQL	Manutenção
SGL – Sistema de Gerenciamento de Licitações	Módulo do SGU, que controla e informatiza o setor de licitações.	PHP PostgreSQL	Manutenção
SGP – Sistema de Gerenciamento de Patrimônio	Módulo do SGU, que informatiza o setor de patrimônio.	PHP PostgreSQL	Manutenção
SIDOC – Sistema de Protocolo	Sistema de controle de movimentações	Visual Basic 6	Manutenção

	de documentos.	SQL Server	
Inscrições Vestibular	Sistema de Inscrições no Vestibular	PHP MySQL	Manutenção
Inscrições Libras	Sistema de Inscrições no Curso de Libras	PHP MySQL	Manutenção
Inscrições PROPP	Sistema de Inscrições do Programa de Prática Profissional na Área de Surdes.	PHP MySQL	Manutenção
Inscrições GINES	Sistema de Inscrições no Gremio Estudantil do Ines	PHP MySQL	Manutenção
Inscrições Ines Pais	Sistema de Inscrições no Evento Ines Pais	PHP MySQL	Manutenção
DIESP	Controle de estoque do DIESP	PHP MySQL	Manutenção
GitLab	Sistema de controle de versão	Git / Ruby	Manutenção
SISPAT-ASI	Sistema proprietário do departamento de Patrimônio		Manutenção
SOPHIA	Sistema proprietário da biblioteca		Manutenção
SOPHIA WEB - Biblioteca	Sistema Integrado ao SOPHIA, para consulta ao acervo da Biblioteca. Suporte esporádico para atualizações	PHP	Manutenção
DIEPRO – Sistema de Gestão Administrativa do Departamento	Sistema de controle de encaminhamentos profissionais.	PHP MySQL	Desenvolvimento
NOVO SCRH	Sistema de controle do setor de Recursos Humanos e suas demais funções.		Levantamento
SLP – Sistema de Logística de Publicações	Sistema que controla e informatiza o recebimento e distribuição das publicações.		Levantamento
SCE – Sistema de Controle do Estacionamento	Sistema para controle do estacionamento de veículos do Instituto.		Levantamento
SCL – Sistema de Controle do Curso de Libras	Sistema que controla e gerencia os alunos do curso de LIBRAS.		Levantamento
SPE – Sistema de Prontuário Eletrônico	Módulo do SAE, que controla e informatiza todos os atendimentos feitos aos alunos.		Levantamento
DIMO – Sistema de Controle dos Atendimentos Médico	Sistema de controle de perícias médicas.		Levantamento
DIAU	Sistema da Divisão de Audiologia		Levantamento

Destacamos ainda como pontos positivos da área de Informática neste ano:

- Suporte ao Congresso do INES.
- Atendimento a maior número de projetos de sistemas de informática.
- Ampliação do alcance da rede sem fio.
- Suporte aos usuários utilizando tecnologia de acesso remoto.
- Substituição de equipamentos antigos.
- Atualização de conteúdos do site do INES.
- Atualização dos servidores de DESENVOLVIMENTO e PRODUCAO
- Atualização do servidor de e-mails, utilizando o software ZIMBRA
- Aprovação e publicação do PDTI.
- Reformulação do novo portal do INES e sua implementação no mês de novembro de 2015.
- Reparo da fibra ótica, restabelecendo o provimento de serviços de acesso à internet, utilizados pelo Auditório do DESU, DIEPRO, Biblioteca e o Setor de Almojarifado.
- Manutenção preventiva de computadores.
- Instalação de micros e impressoras nos diversos Setores e Departamentos
- Manutenção da página da CPL - Comissão Permanente de Licitação, para a divulgação dos pregões eletrônicos.
- Apoio técnico aos diversos projetos da Instituição
- Suporte Técnico aos Fóruns mensais do DDHCT
- Manutenção do Sistema SAE.

- Participação no Fórum RNP 2015

Ações planejadas para o ano de 2016:

- Expansão do Link de fibra ótica, através da RNP do projeto da RedeCOMEP.
- Atualização e expansão gradativa do parque de equipamentos de informática.
- Reestruturação do cabeamento lógico de todo o INES.
- Implantação da rede sem fio corporativa.
- Ampliação do número de profissionais da área de desenvolvimento, rede e suporte.
- Aprovação da política de segurança do Instituto.
- Configuração e otimização de ativos de rede.
- Atualização dos computadores da sala dos servidores no 3º andar.
- Projeto para controlar a segurança na entrada e saída de pessoas nas dependências do Instituto.
- Aquisição de uma nova solução Firewall.
- Reestruturação da infraestrutura da rede lógica, visando melhorar o desempenho e a disponibilidade do serviço.
- Projeto de implantação da nova rede sem fio do INES com cobertura em todos os prédios.
- Atualização gradativamente do parque de equipamentos (computadores, notebooks e servidores)
- Implantação do Serviço *Outsourcing* de impressão.
- Contratação da nova equipe de desenvolvimento.
- Aquisição de uma nova solução Zimbra.
- Formalização do Acordo de Cooperação do INES com a REDECOMEP.
- Atualização dos computadores da Sala dos Servidores da DINFO.
- Atualização da versão do software de virtualização VMWARE.
- Proposta para contratação da nova equipe de Rede.
- Proposta para contratação da nova equipe de Suporte.
- Estudo da viabilidade para instalação de um gerador visando suprir eventuais piques ou falta de energia, sem causar interrupção dos nossos servidores.
- Verificar a possibilidade de hospedagem dos serviços de email e do sítio da instituição, simultaneamente no INES e na *cloud* da RNP, possibilitando talvez um plano de contingência na paralisação destes serviços.

6.4 GESTÃO DO USO DE RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Quadro - Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		x
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	x	
3.	As contratações realizadas pela UPC observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	x	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		x
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		x

6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		x
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		x
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
<p>Considerações Gerais: Em relação gestão ambiental, o Instituto vem trabalhando para aperfeiçoar e implementar procedimentos, com vistas à efetivação de práticas ambientais sustentáveis, no entanto ainda existe muito trabalho a ser feito. Destaca-se como ponto positivo, as iniciativas relativas à inclusão de exigências desta natureza nos Termos de Referências e utilização do Guia Prático de licitações sustentáveis da AGU, utilizados nos processo de contratação de serviços e aquisição de materiais. O instituto tem primado em adquirir materiais ecologicamente corretos e ou reciclados, citamos como exemplo a confecção da agenda Institucional em papel reciclado.</p>			

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO TCU

Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

UPC					
Denominação Completa					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Nota explicativa: não houve conclusão de atendimento a deliberações do TCU.

7.1.1 Deliberações do TCU pendentes de atendimento no exercício

Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

UPC					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	026.590/2011-5	7178/2012 2ª Câmara	1.9.6	DE	Ofício nº 2.342/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos					252
Descrição da Deliberação					
<p>Buscar o reforço da atuação da área de Tecnologia da Informação do Instituto, com contratação de pessoal especializado por meio de concursos públicos, capacitação do pessoal já alocado a essa área, implantação dos Planos Estratégicos de Tecnologia de Informação e de Segurança da Informação e também busca de orientação ministerial para alinhamento a políticas unificadas no setor.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Direção Geral e Departamento de Planejamento e Administração					
Síntese da Providência Adotada					
<p>No período de 2012 a 2014, foram realizados dois concursos públicos para o provimento de cargos de Analista de Tecnologia da Informação (três vagas) e de Técnico em Tecnologia da Informação (10 vagas). Também foi concluído o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que será implementado a partir de 2015. Em fevereiro de 2015 através da portaria nº 053 de 27 de fevereiro de 2015, publicada no boletim de serviço do Instituto foi instituída a comissão de avaliação do PDTI, a partir desta instituição iniciou-se os trabalhos para aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que após sua aprovação foi devidamente publicado no Site do Ines. Em atendimento ao PDTI substituiu-se o parque de máquinas do departamento de informática, feita a atualização de versão de correio eletrônico e o sistema de virtualização está em fase de licitação.</p>					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Em Janeiro de 2015 houve mudança de gestão no instituto, o que demanda certo tempo para que a nova direção e equipe se inteirem dos procedimentos em andamento e realize planejamento para consecução dos mesmos, além deste fato ocorre que os procedimentos licitatórios demandam de prazos legais para efetivação de contratação e aquisição de materiais e equipamentos. A composição do quadro de pessoal da área de informática do Instituto ainda não está completo devido</p>					

ordem judicial que assegura direito a candidato de ter sua vaga reservada. Além disso, continuamos investido na capacitação de profissionais do quadro do INES que atuam nesse campo, a fim de aprimorar o desenvolvimento de suas competências individuais. Em 2015 houve ainda contingenciamento no orçamento.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Como ponto positivo, destacamos o investimento em atividades de capacitação e início da implantação do PDTI; como ponto negativo, destacamos o contingenciamento no orçamento.

7.1.2 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UPC, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	48	48	2015
	Entregaram a DBR	48	48	2015
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos (INES)

7.1.3 Situação do cumprimento das obrigações

A Coordenação de Administração de Recursos Humanos do INES, unidade interna responsável pelo gerenciamento da recepção das Declarações de Bens e Rendas, solicita formal e anualmente a entrega do aludido documento pelas pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/93, que pode se dar em papel armazenado em envelope lacrado ou por meio de autorização para acesso às informações constantes da base de

dados da Receita Federal do Brasil. Para tanto, não conta com sistema informatizado nem realiza qualquer tipo de análise das Declarações de Bens e Rendas com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

7.1.4 Medidas adotadas em caso de dano ao erário

Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2015

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais						
	Não instauradas			Instauradas			
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU			
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*
Recebimento Débito			Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			

Nota explicativa: Não houve dano ao erário no âmbito desta UPC em 2015.

7.1.5 Alimentação SIASG e SICONV

Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV
<p>DECLARAÇÃO</p> <p>Eu, MARTA ISABEL BARROS DA SILVEIRA DUARTE, CPF nº 732.846.617-00, Diretora do Departamento de Planejamento e Administração - DEPA, do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p style="text-align: center;">Rio de Janeiro, 31 de março de 2016.</p> <p style="text-align: center;">MARTA ISABEL BARROS DA SILVEIRA DUARTE CPF: 732.846.617-00 Diretora do Departamento de Planejamento e Administração – DEPA/INES</p>

7.1.6 Informações contábeis

7.1.6.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público

No âmbito deste Instituto, importante trabalho vem sendo feito no sentido de implementar as disposições da NBC T 16.9, que *“estabelece os critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão”* e da NBC T 16.10 que *“estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público”*.

Esta UPC (UPC) ainda não está aplicando os dispositivos contemplados nas NBC T 16.9 e 16.10, em função de ter adquirido solução técnica de TI confiável para gerenciamento de patrimônio e almoxarifado e para realização dos cálculos necessários em agosto de 2014, como será a seguir detalhado, considerando que a aplicação dos dispositivos acima mencionados está condicionada à existência de uma ferramenta sistêmica totalmente confiável de bens da UPC, devidamente atualizada, para fins de processamento de cálculos contábeis.

Em 2012/2013, foi realizado levantamento patrimonial do INES, incluindo bens móveis e imóveis, cujo banco de dados já foi depurado, modelado e conciliado físico-contabilmente. Este banco, bem como os resultados finais de todo o processo de inventário foram disponibilizados em tabelas denominadas: Base Física Completa, Base Contábil Completa, Bens Conciliados, Sobra Física, Sobra Contábil, Sugestão de Baixa, Quadro Geral Resumo e Definições e enviados para a CGU em 03/12/2013, por meio do Ofício de N°. 695/2013/DG/INES. Tal mapeamento e modelagem de dados constituíram primeira e importante etapa de todo o processo a ser efetivado.

Em janeiro de 2014, foi instituída nova Comissão, sendo iniciados os trabalhos de um novo inventário, que se encontra em fase de depuração de dados.

Assim, para a implantação dos dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10, também tomamos as providências necessárias para a modernização e sistematização dos controles patrimoniais, tendo como a primeira etapa a realização de instrução processual, cujo objeto deteve-se à aquisição de sistema informatizado de gestão patrimonial, através de licitação.

Efetuamos a contratação de suporte técnico especializado para o fornecimento de software de gestão pública, a partir da data de 05/08/2014, conforme contrato de N°. 23/2014, relativo ao Processo de N°. 23.121.000020/2014-13, que também envolve serviços de solução de automação do patrimônio/almoxarifado inerente ao nosso Instituto. A implantação está em andamento, considerando a totalidade das demandas relativas às áreas citadas.

Em síntese, já realizamos os seguintes procedimentos técnicos: migração dos dados contidos nos registros de planilhas de que dispúnhamos e o levantamento e reemplacamento de todos os bens móveis do acervo (em finalização). Seguidamente, serão realizados os cotejamentos e a reavaliação dos bens adquiridos até 31/12/2009.

Assim, diante dos compromissos assumidos, nos últimos anos, já enviamos, por meio eletrônico, as prévias dos seguintes relatórios:

- 1) Prévia do Relatório Analítico de Bens Móveis - Por Conta;
- 2) Prévia do Relatório Sintético de Depreciação;
- 3) Prévia do Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB.

Por fim, ressaltamos que os trabalhos ainda não foram totalmente finalizados, e esperamos que, em tempo breve, consigamos regularizar por derradeiro todas as pendências ao INES aplicadas.

7.1.6.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

O Instituto Nacional de Educação de Surdos não é responsável pelo gerenciamento de Programas nem é responsável integralmente por uma Ação, mas somente por Subtítulos de Ação.

7.1.6.3 Conformidade contábil

A verificação da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Nacional de Educação de Surdos é realizada pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação.

7.1.6.4 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade dos registros contábeis no SIAFI

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UPC)		Código da UG	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UPC que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:			
a).....			
b).....			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local		Data	
Contador Responsável		CRC nº	

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro: Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201108900	Constatação 07 - Recomendação nº 03	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Descrição da Recomendação			
Considerando o exposto no processo 007247/2008-34 e na Orientação Normativa GEAPN nº. 03/2001, adotar as medidas necessárias junto à Secretaria de Patrimônio da União no Rio de Janeiro com intuito de obter parecer circunstanciado sobre a possibilidade dos imóveis (oito casas), hoje ocupados de forma irregular, terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração			
Síntese da Providência Adotada			
Informamos que foram cadastradas no SPIUnet as 06 (seis) casas de nº 02, 06, 08, 10, 12 e 16, pertencentes ao conjunto arquitetônico do INES e que foi enviado o Ofício nº. 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro/2013, solicitando pronunciamento da GRPU/RJ com relação à adequação da documentação já existente e quanto às próximas medidas a serem tomadas no sentido de regularizar o conjunto arquitetônico do Instituto, pré-requisito para a verificação da possibilidade dos imóveis terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Ofício nº 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro, enviados à GRPU/RJ consultando a respeito da adequação da atual documentação e outras medidas necessárias. Considerando a ausência de resposta da GRPU/RJ frente às exaustivas solicitações do INES, o prazo para o atendimento desta recomendação foi prorrogado para 31/05/2014, conforme Nota Técnica Nº. 321/2014/NAC3/GAB/CGU-Regional/RJ. Persistindo a falta de resposta por parte da GRPU/RJ e atendo as orientações da Corregedoria Regional da União, foi solicitado no prazo de dilatação de prazo por meio do Ofício Nº. 255/2014/DG/INES, datado de 30/05/2014. Como resposta do Ofício encaminhado por este Instituto, recebemos a resposta positiva de dilatação do prazo para 31/12/2014, por meio do Ofício de Nº. 19561/2014/NAC3/CGU-Regional/RJ/CGU-PR. Foi solicitado, também, pela CGU/RJ o envio de todas as cópias dos Ofícios encaminhados à GRPU/RJ, a saber: 206/2013/GAB/INES de 15/05/2013; 429/2013/GAB/INES de 15/08/2013 e 684/2013/GAB/INES, de 27/11/2013. Todos enviados eletronicamente. Assim, a CGU/RJ promoveu as gestões necessárias junto à GRPU/RJ, que por sua vez informou, por meio do Ofício de Nº. 7206/2014/SPU/RJ/CODEP/DIAPF, datado de 04/12/2014, que está realizando consultas junto a fontes de registros de imóveis, para então finalizar os trabalhos sob a sua responsabilidade e então permitir que o INES dê prosseguimento a solução das pendências, relativas bens imóveis. Diante dos fatos cronológicos, citados anteriormente, foi orientado pela CGU/RJ que não há necessidade de novo solicitação de dilatação por parte do INES.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ponto positivo: esforço inabalável por parte da CGU/RJ para a solução desta pendência. Ponto negativo: Morosidade na obtenção de orientação por parte da GRPU/RJ;

Quadro: Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108900	Constatação 07 - Recomendação nº 03	Nota Técnica nº 200, de 23/01/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Educação de Surdos			252
Descrição da Recomendação			
<p>Considerando o exposto no processo 007247/2008-34 e na Orientação Normativa GEAPN nº. 03/2001, adotar as medidas necessárias junto à Secretaria de Patrimônio da União no Rio de Janeiro com intuito de obter parecer circunstanciado sobre a possibilidade dos imóveis (oito casas), hoje ocupados de forma irregular, terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Planejamento e Administração			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Informamos que foram cadastradas no SPIUnet as 06 (seis) casas de nº 02, 06, 08, 10, 12 e 16, pertencentes ao conjunto arquitetônico do INES e que foi enviado o Ofício nº. 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro/2013, solicitando pronunciamento da GRPU/RJ com relação à adequação da documentação já existente e quanto às próximas medidas a serem tomadas no sentido de regularizar o conjunto arquitetônico do Instituto, pré-requisito para a verificação da possibilidade dos imóveis terem seus regimes de ocupação declarados como de utilização funcional. Três imóveis encontram-se irregularmente ocupados por familiares de servidores já falecidos. Em vista disso, foi enviado o ofício nº. 015/2013/GAB/INES, de 17 de janeiro/2013, para a Procuradoria Regional da União, solicitando providências no sentido de obter a reintegração da posse das mesmas. Como resposta aquela Procuradoria Regional da União, solicitou por meio do Ofício de Nº. 0178/25/2013-PRU/RJ, datado de 04/02/2013 a necessidade envio de documentação relativa aos feitos. Tal documentação foi encaminhada para a referida Procuradoria por meio do Ofício de Nº. 058/2013/GAB/INES, datado de 25/02/2013. Por razões externas, a referida Procuradoria solicitou o reenvio da documentação citada por meio do Ofício nº. 1154/25/2014-PRU/RJ/CPAM, datado de 19/02/2014. Assim, o INES reenviou toda a documentação solicitada, por meio do Ofício de Nº. 064/2014GAB/INES, datado de 24/02/2014. Dentre as solicitações emitidas pela Procuradoria Regional da União, foi solicitada ao INES a emissão da Notificação Extrajudicial, solicitando a desocupação dos imóveis ocupados por familiares de servidores já falecidos. Desta feita, o INES providenciou tais notificações que foram recebidas por todos os ocupantes irregulares, tendo como data limite de desocupação voluntário o dia 10/03/2014. No entanto, nenhum dos moradores arrolados deixou os imóveis. Em face desse fato, o INES por meio do Ofício de Nº. 259/2014/GAB/INES, solicitou os préstimos da Procuradoria Regional da União as providências necessárias para a reintegração de posse dos imóveis ocupados irregularmente, uma vez que não houve a desocupação voluntária. Tivemos conhecimento de que alguns moradores receberam a determinação de desocupação imediata. Todavia, os imóveis ainda continuam ocupados. Portanto, considerando que o INES não possui atribuição de caráter jurídico, a regularização dessas pendências independe da sua vontade. Estamos aguardando novas investidas da Procuradora Regional da União para a consecução dos feitos desejados.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Ofício nº 078/2013, reiterado pelo Ofício nº. 206/2013, de 15 de maio, e novamente pelo Ofício nº 684/2013, de 27 de novembro, enviados à GRPU/RJ consultando a respeito da adequação da atual documentação e outras medidas necessárias. Considerando a ausência de resposta da GRPU/RJ, frente às exaustivas solicitações do INES, o prazo para o atendimento desta recomendação foi prorrogado para 31/05/2014, conforme Nota Técnica Nº. 321/2014/NAC3/GAB/CGU-Regional/RJ. Persistindo a falta de resposta por parte da GRPU/RJ e atendo as orientações da Corregedoria Regional da União, foi solicitado no prazo de dilatação de prazo por meio do Ofício Nº. 255/2014/DG/INES, datado de 30/05/2014. Como resposta do Ofício encaminhado por este Instituto, recebemos a resposta positiva de dilatação do prazo para 31/12/2014, por meio do Ofício de Nº. 19561/2014/NAC3/CGU-Regional/RJ/CGU-PR. Foi solicitado, também, pela CGU/RJ o envio de todas as cópias dos Ofícios encaminhados à GRPU/RJ, a saber: 206/2013/GAB/INES de 15/05/2013; 429/2013/GAB/INES de 15/08/2013 e 684/2013/GAB/INES, de 27/11/2013. Todos enviados eletronicamente. Assim, a CGU/RJ promoveu as gestões necessárias junto à GRPU/RJ, que por sua vez informou, por meio do Ofício de Nº. 7206/2014/SPU/RJ/CODEP/DIAPF, datado de 04/12/2014, que está realizando consultas junto a fontes de registros de imóveis, para então finalizar os trabalhos sob a sua responsabilidade e então viabilizar que o INES dê prosseguimento a solução das pendências, relativas bens imóveis. Diante dos fatos cronológicos, citados anteriormente, foi orientado pela CGU/RJ que não há necessidade de novo solicitação de dilatação por parte do INES. Já em relação aos imóveis ocupados por familiares de servidores falecidos, dentre as solicitações emitidas pela Procuradoria Regional da União, foi solicitada ao INES a emissão da Notificação Extrajudicial, solicitando a desocupação dos imóveis ocupados por familiares de servidores já falecidos. Desta feita, o INES providenciou tais notificações que foram recebidas por todos os ocupantes irregulares, tendo como data limite de desocupação voluntário o dia 10/03/2014. No entanto, nenhum dos moradores arrolados deixou os imóveis. Face a este fato, o INES por meio do Ofício de Nº. 259/2014/GAB/INES, solicitou os préstimos da Procuradoria Regional da União, no sentido de promover as providências necessárias para a reintegração de posse dos imóveis, ocupados irregularmente, uma vez que não houve a desocupação voluntária. Tivemos conhecimento de que alguns moradores receberam a determinação de desocupação imediata. Todavia, os imóveis ainda continuam ocupados. Portanto, considerando que o INES não possui atribuição de caráter jurídico, a regularização dessas pendências independe da sua vontade. Estamos aguardando novas investidas da Procuradora Regional da União para a consecução dos feitos desejados.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ponto positivo: Articulação junto à Procuradoria Regional da União, no sentido de encontrar soluções para os impasses registrados. Ponto negativo: Morosidade na obtenção de orientação.

Fonte: Serviço de Patrimônio/INES

7.3 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Esta UPC não mantém contratos com empresas beneficiadas por desoneração da folha de pagamento.

7.4 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Esta UPC não realiza ações ou despesas com publicidade e propaganda.

7.5 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

7.5.1 Parcerias de cooperação técnico-científica

Em 2015, foram formuladas ou vigoraram as seguintes parcerias de cooperação técnico-científica:

Quadro VII – Convênios e instrumentos congêneres em vigor no exercício de 2015

Nº. DE ORDEM E DO PROCESSO	PARTÍCIPE	OBJETO	DATA DE ASSINATURA	VIGÊNCIA	PRORROGAÇÃO
Convênio nº 001/2011 Processo nº 23121.000044/2011-20 Termo Aditivo nº 001/2013 Termo Aditivo nº 002/2015	Instituto Nossa Senhora de Lourdes - INOSEL	Convênio de Concessão de Estágio - oferecimento de estágio obrigatório, não remunerado, no Instituto Nossa Senhora de Lourdes aos alunos regularmente matriculados no Curso Bilingue de Pedagogia do Departamento de Ensino Superior do INES e/ou no Curso de Capacitação de Professores da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Prorrogação do prazo de vigência do convênio por 24 meses. Prorrogação do prazo de vigência do convênio por 12 meses.	04/10/2011 04/10/2013 01/10/2015	04/10/2013 (24 meses) 04/10/2015 (24 meses) 04/10/2016 (12 meses)	Até 60 meses
Convênio nº 843/2012	Universidade Federal Fluminense - UFF	Concessão de estágios obrigatório e não obrigatório a alunos regularmente matriculados nos cursos da UFF: Biblioteconomia, Psicologia, Administração, Nutrição, Letras, História, Pedagogia, Física, Serviço Social, Ciências Biológicas, Geografia, História, Ciências Biológicas e Matemática.	25/4/2012	25/04/2017 (60 meses)	-----
Convênio nº20/2012 Processo nº 23102.001846/2012-66	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	Concessão de estágio obrigatório a alunos regularmente matriculados nos diversos cursos da UNIRIO: Biblioteconomia, Nutrição, Licenciatura em Letras, Letras, Licenciatura em História, História, Pedagogia, Serviço Social, Ciências Biológicas, Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Matemática.	24/04/2012 Vigência a partir da publicação (30/4/2012)	30/04/2017 (60 meses)	-----
Convênio / 2012 Processo nº 23079.023018/2012-42	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Convênio de Concessão de Estágio Obrigatório, nas áreas de Psicologia, Pedagogia, Nutrição, Letras, Biblioteconomia, História, Matemática, Física, Letras-Literatura, Letras-Inglês, Fonoaudiologia, Serviço Social, Ciências Biológicas, Educação Física, Geografia, Administração e Química.	04/05/2012	03/05/2017 (60 meses)	-----
Convênio nº47/2012 Processo nº E03/4923/2012	Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro – SEE/RJ	Oferta de estágio curricular para estudantes do INES em Unidades Escolares da Rede Pública Estadual de Ensino (DESU/ Estágio em Gestão).	25/10/2012	25/10/2017 (60 meses)	-----
Convênio nº 003/1038/2012	Vara de Execuções Penais da Comarca	Cooperação recíproca entre as partes, no sentido de viabilizar programas de monitoramento de penas e medidas alternativas à	14/11/2012	14/11/2017	-----

Processo nº 147.717/2012	da Capital do Estado do Rio de Janeiro	prisão.		(60 meses)	
Convênio nº 004/2013	Secretaria Municipal de Educação / Fundação Municipal de Educação de Niterói - FME	Convênio de Concessão de Estágio - oferecimento de estágio obrigatório, não remunerado, na Fundação Municipal de Educação de Niterói aos alunos regularmente matriculados no Curso Bilíngue de Pedagogia do Departamento de Ensino Superior do INES e demais áreas de interesse da FME; oferta de até 2 vagas para servidores da FME no Programa de Prática Profissional oferecido pelo INES, observados os requisitos do edital.	27/03/2013	27/03/2015 (24 meses)	Até 60 meses
Convênio nº 28/2014 Processo nº 07/002.284/2014	Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro - SME/RJ	Concessão de estágio não obrigatório em unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino a alunos do INES regularmente matriculados nos cursos de Licenciatura e Graduação.	18/5/2014	31/12/2015	-----
Convênio nº 29/2014 Processo nº 07/001.711/2014	Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro – SME/RJ	Concessão de estágio obrigatório em unidades escolares da Rede Municipal de Ensino a alunos do INES regularmente matriculados no Curso Superior Bilíngue de Pedagogia.	27/5/2014	27/5/2016	-----
Convênio nº 001/2014 Processo nº 23121.000516/2014- 97	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB	Convênio de Concessão de Estágio - oferecimento de estágio obrigatório, não remunerado, no Instituto Nacional de Educação de Surdos, aos alunos regularmente matriculados no Curso de Licenciatura em Letras/Libras/Língua Estrangeira da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.	09/10/2014	09/10/2016 (24 meses)	Até 60 meses
Convênio nº 001/2015 Processo nº 23121.001412/2014- 08	Universidade do Estado do Pará - UEPA	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e Língua Portuguesa), na modalidade à distância, conforme Plano de Trabalho.	29/5/2015	28/5/2020 (60 meses)	-----
Convênio nº 002/2015 Processo nº 23121.000668/2015- 71	Instituto Euvaldo Lodi - IEL	Convênio de Concessão de estágio obrigatório e não obrigatório – intermediação, pelo IEL, na qualidade de agente de integração, entre o INES e as CONCEDENTES, visando a implementação de programa de estágio.	25/6/2015	25/6/2020 (60 meses)	-----

Quadro VIII – Termos de execução descentralizada em vigor no exercício de 2015

Nº. DE ORDEM E DO PROCESSO	PARTÍCIPE	OBJETO	DATA DE ASSINATURA	VIGÊNCIA
TED nº 001/2014 Processo nº 23121.000818/2014-65	Universidade Federal do Ceará - UFC	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	22/12/2014	31/12/2015
TED nº 001/2015 Processo nº 23121.000817/2014-11	Universidade Federal da grande Dourados - UFGD	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	06/02/2015	31/12/2015
TED nº 002/2015 Processo nº 23121.001357/2014-48	Universidade Federal da Bahia - UFBA	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	13/4/2015	31/12/2015
TED nº 003/2015 Processo nº 23121.001358/2014-92	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	06/02/2015	31/12/2015
TED nº 004/2015 Processo nº 23121.001360/2014-61	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	06/02/2015	31/12/2015
TED nº 005/2015 Processo nº 23121.001184/2014-68	Universidade Federal do Amazonas - UFAM	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao oferecimento do Curso de Pedagogia Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais - Libras e Língua Portuguesa), na modalidade a distância, conforme Plano de Trabalho.	06/02/2015	31/12/2015
TED nº 006/2015 Processo nº 23121.001031/2015-30	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Cooperação técnica entre os partícipes, visando ao desenvolvimento de atividades de extensão para execução da 7ª edição do Programa Nacional de Certificação de Proficiência no Ensino da Língua Brasileira de Sinais e para certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras-PROLIBRAS.	24/7/2015	03/12/2015

Quadro IX – Convênios, termos de execução descentralizada e outros dispositivos, elaborados em 2015 e em processo de formalização prevista para 2016

INSTRUMENTO	INSTITUIÇÃO	OBJETO
Termos de Execução Descentralizada	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Termos de Execução Descentralizada	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Termos de Execução Descentralizada	Universidade Federal do Amazonas	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Termos de Execução Descentralizada	Universidade Federal da Bahia	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Termos de Execução Descentralizada	Universidade Federal do Ceará	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Termos de Execução Descentralizada	Universidade Federal da Grande Dourados	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Termos de Execução Descentralizada	Universidade Federal da Paraíba	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Termos de Execução Descentralizada	Universidade Federal do Paraná	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Termos de Execução Descentralizada	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Convênio	Universidade Estadual de Campinas	Oferta do Curso de Graduação em Pedagogia Bilíngue – Licenciatura, na modalidade a distância.
Convênio	Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro	Encaminhamento de alunos do Curso de Pedagogia Bilíngue do INES a oportunidades de estágio não obrigatório.
Convênio	Fundação Municipal de Educação de Niterói	Encaminhamento de alunos do Curso de Pedagogia Bilíngue do INES a oportunidades de estágio obrigatório.

Convênio	Faculdades Integradas Simonsen	Aceitação de estagiários no INES para realização de estágio obrigatório.
Convênio	Universidade Veiga de Almeida	Aceitação de estagiários no INES para realização de estágio obrigatório.
Convênio	Universidade Castelo Branco	Aceitação de estagiários no INES para realização de estágio obrigatório.
Convênio	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Aceitação de estagiários no INES para realização de estágio obrigatório.
Acordo de Cooperação Técnica	Instituto de Neurologia Deolindo Couto – Universidade Federal do Rio de Janeiro	Colaboração mútua nas áreas técnico-científica e de intercâmbio cultural, abrangendo atividades de ensino, pesquisa, assistência e extensão universitária, embasadas no estrito interesse da melhoria da saúde, articulada à produção acadêmica, e nos princípios da cooperação interinstitucional.
ESTUDO/LEVANTAMENTO	Instituto Nacional de Educação de Surdos	Aceitação de estagiário para estágio não obrigatório no INES

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016.

MARCELO FERREIRA DE VASCONCELOS CAVALCANTI
Diretor Geral do INES

ANEXO 1 – PLANO DE AÇÃO 2016

Com base no PDI INES 2012-2016 e nos resultados alcançados até o presente, temos o seguinte Plano de Ação para 2016:

Políticas Públicas e Relações Institucionais

Objetivo Estratégico	Plano de Ação
I – Mapear as condições socioeconômicas, epidemiológicas e culturais relacionadas à surdez no Brasil;	* Construir o Mapa Nacional da Surdez e da Pessoa Surda no Brasil, por meio de parcerias;
II – Participar da formulação e execução das políticas nacionais de educação, em perspectiva bilíngue (LIBRAS e Português);	* Constituir, no INES, uma Câmara Técnica de Políticas Públicas e Surdez, para promover a análise, o debate e a formulação de proposições em políticas e legislação;
III – Subsidiar a formulação de políticas públicas nacionais no âmbito de sua competência na área da surdez;	* Traçar diretrizes políticas para o alinhamento do Instituto às estratégias governamentais de implementação do Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei 13.005, de 2014, em especial quanto à implantação da educação e das escolas bilíngues para surdos.
IV- Promover e apoiar políticas linguísticas que contribuam para a valorização e difusão da LIBRAS.	* Matricular anualmente 600 pessoas da comunidade em cursos presenciais de LIBRAS no INES; * Realizar o Exame Nacional de Certificação de Proficiência em LIBRAS – Pró-LIBRAS.
V – Promover e apoiar políticas e ações que viabilizem o letramento, em Língua Portuguesa, de alunos surdos;	* Criar um Grupo de Estudo dedicado ao tema da aquisição da língua portuguesa pelo aluno surdo;
VI – Fortalecer a referencialidade do Instituto na produção de conhecimento na área da Surdez	* Instituir um Comitê de Ética em Pesquisa e publicar a nova política de pesquisa do Instituto.
VII – Definir uma agenda de relações institucionais.	* Mapear instituições locais, nacionais e internacionais com as quais o INES mantém ou poderá criar intercâmbio e colaboração, bem como temas estratégicos para tais laços.

Educação Superior: Ensino, Pesquisa e Extensão

Objetivo Estratégico	Plano de Ação
VIII- Promover a formação inicial, a qualificação e a educação continuada em perspectiva bilíngue, para surdos e não-surdos.	* Matricular anualmente 60 novos alunos no Curso Bilíngue de Graduação em Pedagogia; * Realizar Concurso Público para vagas remanescentes não preenchidas de Magistério Superior; * Implementar o Curso de Pedagogia Bilíngue para polos em todas as regiões do Brasil nas modalidades semipresencial e a distância no Programa <i>Viver sem Limite</i> ; * Manter oferta de curso de Pós <i>Lato Sensu</i> e construir, a partir de 2014, curso de Pós <i>Stricto Sensu</i> (Mestrado); * Ampliar o espaço para atividades letivas do Ensino Superior; * Construir uma política de acompanhamento de egressos;

	* Promover anualmente a realização da Semana Pedagógica.
IX - Promover e realizar pesquisas básicas e aplicadas no escopo de sua missão;	* Criar Coordenação de Pesquisa e de Extensão;
X – Desenvolver a extensão aberta à participação da população.	* Ampliar o leque de cursos livres de extensão ofertados à comunidade.

Educação Básica: Colégio de Aplicação

Objetivo Estratégico	Plano de Ação
XI - Promover a escolarização básica de alunos surdos;	<ul style="list-style-type: none"> * Ampliar a prontidão docente para educação bilíngue, fortalecendo competências em LIBRAS; * Criar um espaço de convivência em LIBRAS; * Definir abordagem sobre aquisição de Línguas Estrangeiras escritas (Espanhol, Inglês); * Reorganizar a equipe e a sistemática de trabalho da Coordenação Pedagógica; * Matricular anualmente 500 (quinhentos) alunos; * Implementar a participação de alunos surdos e surdos da comunidade no Pronatec / Viver sem Limite; * Criar e efetivar um programa de apoio à transição para o trabalho da pessoa surda, em parceria com o MTE, composto de manual de legislação; manual de boas práticas; vídeo orientador para empresas; cadastro informatizado de pessoas surdas e de empresas acessíveis; cursos de preparação para o trabalho (presenciais e a distância); cursos para profissionais de RH (incluindo LIBRAS); * Criar um banco de dados e uma política de gestão da informação sobre o aluno do INES, realizar uma pesquisa sobre causas da evasão escolar e construir uma política de acompanhamento de egressos da Educação Básica; * Estender a disciplina LIBRAS para o Ensino Médio e atividades em LIBRAS para a Educação Infantil; * Ampliar a oferta de curso de LIBRAS aos familiares dos alunos do CAP/INES; * Desenvolver com alunos projetos relacionados às novas tecnologias de informação e comunicação; * Estimular atividades relacionadas à produção artística dos alunos surdos (teatro, cinema, poesia, desenho, pintura, fotografia, etc.).

Saúde, Surdez e Educação

Objetivo Estratégico	Plano de Ação
-----------------------------	----------------------

<p>XII - Desenvolver ações preventivas, diagnósticas e terapêuticas na área da surdez, associadas à construção e difusão de conhecimento;</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Realizar continuamente o atendimento à população no campo do diagnóstico de saúde auditiva; * Desenvolver ações, campanhas e materiais de orientação relacionados à surdez e à prevenção; * Criar equipe multidisciplinar (fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social, pediatra) de acolhimento, avaliação e orientação à família desde o diagnóstico da surdez; * Promover reforma e nas edificações e instalações que servem ao trabalho em Audiologia / Otorrinolaringologia e ao trabalho em Fonoaudiologia; * Aprimorar a relação entre o diagnóstico, a “fila de espera” e a educação infantil; * Definir política de avaliação dos bebês, incluindo protocolo de atendimento e prazos, e uma proposta pedagógica de educação precoce, com definição dos recursos e profissionais necessários; * Fazer com que todos os profissionais da área de Saúde do INES (atuais e novos) realizem Curso de LIBRAS; * Institucionalizar atendimento a pessoas surdas, surdocegas e surdas com múltiplas deficiências no campo da Saúde; * Criar banco de dados e uma política de gestão da informação em Saúde e Surdez; * Reorganizar fluxo de informação no INES (DIAU, Serviço Social, Secretaria, Serviço Médico, SEDIN), criando-se prontuário eletrônico único com acesso livre pelos setores de Serviço Social, Psicologia, Audiologia, Fonoaudiologia e Médico e restrito por outros segmentos. * Estabelecer parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde para analisar e discutir a logística relativa à ocorrência de diagnóstico de surdez; * Reorganizar a oferta de atendimento clínico em fonoaudiologia, desvinculado da grade curricular, na perspectiva da comunicação oral e escrita do aluno surdo, visando ao seu desenvolvimento global e integração social; * Disseminar o conhecimento na área da surdez; * Formular Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em <i>Saúde, Surdez e Educação</i>; * Estabelecer convênios relacionados a aparelho auditivo e implante coclear; * Contratar empresa para fornecimento regular de moldes e baterias de aparelho auditivo aos alunos; * Construir um curso de Aperfeiçoamento em Audiologia, para graduados em Fonoaudiologia.
<p>XIII - Desenvolver programas de</p>	<ul style="list-style-type: none"> * Institucionalizar a ação de reabilitação, definindo diretrizes,

reabilitação para pessoas surdocegas ou surdas com múltiplas deficiências ou condutas típicas;	ampliando e qualificando recursos humanos, adequando instalações, disponibilizando recursos materiais e tecnológicos e estabelecendo parcerias.
------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Gestão do Conhecimento

Objetivo Estratégico	Plano de Ação
XIV – Desenvolver e distribuir nacionalmente material didático-pedagógico para o ensino de alunos surdos, bem como materiais e publicações técnico-científicas relacionados à surdez;	<ul style="list-style-type: none"> * Aprovar e implementar Política Editorial e Política de Acervo; * Elaborar e distribuir materiais voltados para as metodologias de ensino de pessoas surdas; * Elaborar glossário de termos técnicos em LIBRAS para o apoio à participação de pessoas surdas nos cursos do Pronatec / Viver sem Limite; * Produzir, em LIBRAS, material pedagógico, cultural e informativo de interesse da comunidade surda.
XV – Promover a difusão e o intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações na área de educação de alunos surdos;	<ul style="list-style-type: none"> * Efetivar sistema de intercâmbio de publicações com outras instituições acadêmicas e de pesquisa; * Realizar, anualmente, eventos como os Fóruns <i>Educação, Linguagem e Surdez</i>, os Seminários (incluindo o do Grêmio Estudantil do INES - GINES), Encontros de Pais, etc.
XVI – Cooperar tecnicamente com os sistemas de ensino, visando ao atendimento educacional de alunos surdos;	<ul style="list-style-type: none"> * Elaborar, negociar e implantar um projeto-piloto de cooperação técnica com os municípios da Baixada Fluminense no campo da educação de surdos desde a estimulação precoce e políticas complementares; * Realizar parceria com a Prefeitura do Rio para a inserção de crianças na educação infantil municipal e também, no que couber, para a doação de aparelhos auditivos; * Criar, até 2014, sistema de informação e acompanhamento das ações de cooperação técnica; * Ampliar parcerias com Centros e Núcleos de Apoio na área da Surdez para desenvolvimento das políticas;
XVII – Desenvolver a referencialidade na área da surdez por meio da constituição de um campo específico e especializado de gestão da informação, da documentação, da memória e da difusão cultural;	<ul style="list-style-type: none"> * Construir documento de constituição (missão, objetivos, abrangência do acervo, localização, instalações, corpo funcional, atribuições) que contemple a atual Biblioteca do INES (acervo bibliográfico, documental e audiovisual); as atuais Bibliotecas ou Salas de Leitura de diferentes segmentos da Educação Básica; o atual Museu e o atual Arquivo Morto do Instituto como uma só unidade específica, na forma de <i>Centro de Informação, Memória, Documentação e Difusão Cultural na Área da Surdez</i>; * Obter acesso gratuito ao Portal de Periódicos da Capes, para disponibilizar a alunos, professores, servidores e pesquisadores o amplo e sempre atualizado acesso à literatura acadêmica; * Elaborar em 2012 um Termo de Referência relativo à restauração de itens do acervo de obras e documentos raros, bem como à apresentação e acompanhamento da implementação de diretrizes de conservação desse segmento do acervo, efetivando a licitação e as correspondentes ações até 2013;

	<ul style="list-style-type: none"> * Elaborar um Termo de Referência para a construção de edifício próprio da Biblioteca Especializada Monsenhor Vicente Penido Burnier do INES; * Construir e disponibilizar a página do citado Centro na internet, observando-se as normas de acessibilidade; * Construir e implantar uma Biblioteca Digital do INES na internet; * Constituir outros repositórios digitais INES na internet: materiais produzidos pelo INES; trabalhos acadêmicos produzidos pelos discentes da Educação Superior do INES; * Criar Espaço de Memória da Surdez e da Educação de Surdos no Brasil, visando preservar, valorizar e divulgar o patrimônio histórico, cultural e científico relacionado ao INES e contribuir para a preservação da memória da área da surdez no Brasil; * Ampliar o quadro de profissionais: Técnico Administrativo de Nível Médio; Museólogo e Historiador; * Constituir uma Comissão Permanente de Seleção e Aquisição de Acervo; * Implementar o controle de ingresso de usuários.
XVIII - Promover ação comunicativa sobre as potencialidades das pessoas surdas, visando à sua inclusão social e cidadania;	<ul style="list-style-type: none"> * Realizar, em articulação com a Comunicação Social do MEC, uma campanha sobre os surdos, com spots televisivos e cartazes para todo o Brasil. * Ampliar o alcance da TV INES, inclusive por meio de parcerias com os centros de referência estaduais na área da surdez (CAS) nos Estados brasileiros.
XIX – Ampliar a difusão de conhecimentos na área da surdez, bem como da LIBRAS, por meio das novas Tecnologias de Informação e Comunicação.	<ul style="list-style-type: none"> * Ampliar a utilização do Estúdio do INES na elaboração de materiais em LIBRAS.

Gestão Institucional

Objetivo Estratégico	Plano de Ação
XX – Promover a formação continuada dos profissionais do INES, na perspectiva de qualificar sua atuação, em consonância com as competências definidas pelos diferentes setores com vistas ao cumprimento da Missão Institucional.	<ul style="list-style-type: none"> * Implementar o Plano Anual de Capacitação – PAC do INES e seu Programa de Apoio; * Mapear competências relacionadas aos diferentes setores do Instituto; * Diagnosticar o perfil de formação e qualificação da força de trabalho do INES e relacioná-lo às competências; * Propiciar a difusão de conhecimentos relativos à construção de projetos de pesquisa, à Política de Pesquisa da Instituição e aos Grupos e Núcleos de Pesquisa existentes; * Propiciar a difusão de conhecimentos relativos ao planejamento e gestão de cursos e aulas, incluindo especificações de materiais; * Promover palestras e oficinas de planejamento e gestão

	relativas às ações dos diferentes setores do INES.
XXI – Promover a Gestão da Sustentabilidade Ambiental.	<p>Promover o mapeamento da sustentabilidade ambiental do INES, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem, dentre outros, critérios relativos à aquisição de bens e serviços; ao consumo de água e energia; à separação de resíduos recicláveis;</p> <p>* Construir documento de diretrizes e orientações de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e divulgá-lo para todos os servidores;</p> <p>* Fazer levantamento, catalogação e avaliação da biodiversidade do trecho de Mata Atlântica que compõe a área do INES;</p> <p>* Realizar ações de preservação da Mata, e de educação ambiental com alunos e comunidade.</p>
XXII – Estruturar, no INES, a área de Gestão da Tecnologia da Informação.	<p>* Realizar Concurso Público para provimento de vagas relacionadas à área;</p> <p>* Promover mapeamento da TI, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010;</p> <p>* Realizar mapeamento das demandas dos diferentes setores em relação às prioridades da agenda institucional;</p> <p>* Implementar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação no INES;</p> <p>* Elaborar novo Portal INES na internet, observando critérios de acessibilidade.</p>
XXIII – Organizar o controle interno das ações do INES, para garantir a confiabilidade das informações, a obediência às leis e regulamentos, a salvaguarda dos seus recursos, e a eficácia e eficiência de suas ações.	<p>* Instituir uma unidade de auditoria interna;</p> <p>* Construir, de modo participativo, um código de ética do servidor do INES;</p> <p>* Realizar, de modo participativo, uma avaliação da comunicação intersetorial quanto à eficácia e à eficiência;</p> <p>* Promover, de modo participativo, os ajustes necessários na comunicação institucional, incluindo a padronização de procedimentos e documentos;</p> <p>* Construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, de acordo com suas especificidades, com ênfase na perspectiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - do bom atendimento ao cidadão; - da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor; - da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores; - da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas.